



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 45 TERÇA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2016



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-T0)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
- 2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
- 3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
- 4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 48ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE ABRIL DE 2016

1.1 – ATA	5
-----------------	---

1.1.1 – ABERTURA	5
------------------------	---

1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
-------------------------------------	--

1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2)	5
--	---

1.1.2.2 – Oradores	
---------------------------	--

SENADOR PAULO PAIM – Defesa de PEC subscrita por S. Ex ^a que propõe uma assembleia revisional popular para dispor exclusivamente sobre a reforma política, eleitoral e partidária; e outro assunto.....	5
--	---

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Expectativa por maior apoio popular contra o impeachment da Presidente Dilma Rousseff; e outros assuntos.....	8
---	---

SENADORA REGINA SOUSA – Críticas a veículos de imprensa por, supostamente, abordarem o impeachment sob uma perspectiva machista.....	14
--	----

SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder – Observações sobre a discussão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados; e outro assunto.....	17
--	----

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Pesar pelo falecimento do Sr. Vallecio Chieppe.....	22
---	----

SENADOR ALVARO DIAS – Preocupação com o aumento e custo de rolagem da dívida pública federal.....	23
---	----

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Críticas à gestão do PT no Governo Federal	28
---	----

1.1.2.3 – Requerimentos	
--------------------------------	--

Nº 279/2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Ney Maranhão	32
---	----

Nº 280/2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de voto de aplauso e congratulações ao Blog do Magno	32
---	----

1.1.3 – ENCERRAMENTO.....	32
---------------------------	----

1.2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS	
------------------------------------	--

1.2.1 – EXPEDIENTE	
--------------------	--

1.2.1.1 – Abertura de prazo	
------------------------------------	--

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 658/2015	33
---	----

1.2.1.2 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes	
--	--

Nº 38/2016, em resposta ao Requerimento nº 886/2015, do Senador Cássio Cunha Lima.....	33
--	----

1.2.1.3 – Recurso	
--------------------------	--

Nº 7/2016, interposto no prazo regimental, para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 658/2015.....	34
---	----

1.2.1.4 – Requerimentos	
--------------------------------	--

Nº 277/2016, do Senador Dário Berger, de desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 71/2014, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nºs 66/2011, 42/2013 e 48/2014.....	35
--	----

Nº 278/2016, do Senador Ricardo Ferraço, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Vallecio Chieppe.....	36
---	----

Nº 279/2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Ney Maranhão	38
---	----

Nº 280/2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de voto de aplauso e congratulações ao Blog do Magno	39
---	----

1.2.1.5 – Término de prazos	
------------------------------------	--

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projeto de Lei da Câmara nº 101/2012 e dos Projetos de Lei do Senado nºs 263/2010; 378/2014; e 584, 597 e 732/2015	40
--	----

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 105/2013; 94/2014; 131 e 142/2015 e aos Projetos de Lei do Senado nºs 374/2012 e 297/2013, ambos Complementares.....	40
---	----

1.2.2 – CONGRESSO NACIONAL**1.2.2.1 – Comunicações**

Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 719/2016 (**Ofício nº 70/2016**). Serão feitas as substituições solicitadas.....

41

Da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PSD/PROS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 719/2016 (**Ofício nº 85/2016**). Será feita a substituição solicitada

42

Da Liderança do Bloco Parlamentar PP/PTB/PSC na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 720/2016 (**Ofício nº 71/2016**). Será feita a substituição solicitada

43

2 – ATAS**2.1 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 3ª Reunião, realizada em 7 de março de 2016	44
Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de março de 2016	101

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	157
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	160
5 – LIDERANÇAS	161
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	164
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	183
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	193
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	241

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS	265
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	275

48ª Sessão, Não Deliberativa, em 11 de Abril de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência da Srª Vanessa Grazziotin, do Sr. Paulo Paim, da Srª Regina Sousa
e do Sr. Fernando Bezerra Coelho.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 16 horas e 55 minutos.)

ATA

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide item 1.2 do sumário**)

Dando início à nossa ordem das inscrições, quero convidar, como primeiro orador inscrito, o Senador Paulo Paim. Fizemos uma pequena e breve permuta. Senador, com a palavra V. Exª, para falar no tempo regimental e no que V. Exª mais precisar. Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, na verdade, eu iria falar sobre este tema na semana passada, mas tive que ir para o hospital devido a um problema de vesícula. Fiquei no hospital e não me fiz presente aqui na quarta nem na quinta. E voltarei aos exames, amanhã.

Faço esta fala, Srª Presidenta, sobre uma PEC que apresentei que trata da formação de uma assembleia revisional sobre o sistema político, partidário e eleitoral brasileiro. Srª Presidenta, como todos já sabem, apresentei proposta de emenda à Constituição com o objetivo da formação de uma assembleia revisional no intuito de reformar o sistema político, partidário e eleitoral brasileiro.

O que diz a PEC, Srª Presidente?

Acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a eleição de representantes do povo, para participar de uma assembleia revisional, para dispor exclusivamente sobre a reforma política, eleitoral e partidária, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara e do Senado, nos termos do §3º do art. 60 da nossa Constituição, promulgam, uma vez aprovada naturalmente, a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos [aqui que começa a emenda]:

"Art. 101. No dia 2 de outubro de 2016, junto com o pleito municipal, serão eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado e no Distrito Federal, 129 (cento e vinte e nove) representantes do povo, para participar de assembleia revisional unicameral, para tratar exclusivamente da reforma política, eleitoral e partidária.

§1º Nenhum Estado ou o Distrito Federal terá menos de 2 (dois) ou mais de 17 (dezessete) representantes [pela nossa proposta] à assembleia revisional.

§2º Além dos candidatos registrados por partidos políticos ou coligações poderão concorrer às eleições de que trata este artigo candidatos registrados [dentro de critérios] por listas avulsas formadas por cidadãos eleitores.

§3º Os atuais ocupantes de cargos eletivos federais, estaduais, municipais e respectivos vices e suplentes não poderão ser candidatos à assembleia revisional [por isso, ela é exclusiva] e os eleitos [para dela participarem] não poderão ser candidatos às primeiras eleições gerais que lhe seguirem.

§4º Às eleições para a assembleia revisional serão aplicadas as inelegibilidades previstas na Lei nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2012.

§5º O horário reservado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita das eleições [...] será acrescido no tempo destinado à propaganda para as eleições à assembleia revisional.

Art. 102. A assembleia revisional será instalada no dia 1º de fevereiro de 2017 pelo Presidente do Congresso Nacional e encerrará seus trabalhos impreterivelmente no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da instalação.

Parágrafo único. Os trabalhos da Assembleia Revisional [político-partidária eleitoral] ocorrerão sem que haja qualquer prejuízo [para os já eleitos e] ao funcionamento regular do Congresso Nacional.

Art. 103. Serão objeto da assembleia revisional exclusiva de que trata o art. 101 os Capítulos IV (Dos Direitos Políticos) e V (Dos Partidos Políticos) do Título II e os Capítulos I (Do Poder Legislativo) e II (Do Poder Executivo) do Título IV da Constituição Federal.

§1º É vedada qualquer alteração nos dispositivos constitucionais não abrangidos pelos Capítulos aqui arrolados no *caput*, excetuada alteração destinada a eliminar contradição ou incongruência surgida em razão de alteração efetuada pela assembleia revisional.

§2º A assembleia revisional observará o disposto no art. 60, §4º, da Constituição Federal.

Art. 104. As alterações constitucionais efetuadas pela assembleia revisional serão aprovadas em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos seus membros e após o encerramento dos trabalhos da assembleia serão submetidas a referendo popular [...] [após tudo ajustado e orientado, conforme discussão com o próprio Tribunal Superior Eleitoral].

§1º Se o referendo previsto no *caput* aprovar as alterações efetuadas, essas serão promulgadas sob a forma de emenda constitucional de revisão.

§2º Promulgada a emenda constitucional de revisão, as novas regras do sistema político, eleitoral e partidário serão aplicadas a partir das eleições de 2018.”

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o disposto nesta Emenda Constitucional no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Sra Presidenta, o momento por que passamos é grave. O País está dividido: posições políticas divergentes têm proporcionado o embate entre os brasileiros, que vão às ruas em protestos a favor ou contra o atual Governo. Os ânimos exaltados, as discussões acaloradas, o furor do choque de ideias e de pontos de vista chegam ao máximo. Nossa sociedade corre o risco de uma irremediável polarização com consequências imprevisíveis, independentemente da discussão que se trata, hoje, na Câmara dos Deputados.

O que nós queremos é assegurar uma assembleia exclusiva que não tem nada a ver com a proposta de *impeachment* que está aí. Seria esse, sim, um caminho de conciliação, para que o novo Congresso e o novo Presidente ou Presidenta, eleito nas eleições de 2018, pudesse se basear num novo marco, numa nova redação, no que tange aos interesses dos partidos políticos e ao próprio processo eleitoral.

O volume de investimentos – quase todos sabemos – tem sido reduzido, fruto de expectativas que espelham a incerteza no quadro político, independentemente do resultado. O desemprego recrudesceu nos últimos meses...

A Sra Regina Sousa (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O Senador me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Regina. V. Ex^a sempre tem...

A Sra Regina Sousa (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu subscrevi a sua emenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

A Sra Regina Sousa (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu a acho muito interessante e estava pensando aqui: quem sabe, o senhor usa do prestígio que percebemos que o senhor tem com o pessoal e consegue um regime de urgência nessa PEC? Porque ela é muito importante para arredondar a questão política, que é o grande problema neste País. As pessoas estão passando a ideia – inclusive, Senadores, aqui, nesta Casa, dizem, a toda hora, que, no dia 22 de abril, estará tudo resolvido neste País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não resolve nada, independentemente do resultado.

A Sra Regina Sousa (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, eu acho que essa questão do processo eleitoral, do sistema eleitoral precisa ser resolvida. E, com este Congresso, nós não resolvemos. Houve toda a tentativa, e, no final, a montanha pariu um rato. Assim, um regime de urgência cairia bem nessa sua PEC. Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, eu agradeço pelo apoio de V. Ex^a, que tem uma visão clara e foi uma das primeiras a assinar o documento.

É bom lembrar que coletei 56 assinaturas. Nenhum Senador se negou a assinar. Se eu tivesse mais tempo – mas tinha pressa em apresentar –, tenho quase certeza de que chegariam às 81, porque nós sabemos

que este Congresso não pode fazer uma reforma política devido aos vícios de anos, que, queiramos ou não, acabaram deixando marcas profundas na própria Casa.

Então, uma assembleia revisional, sem prejuízo em nada no calendário eleitoral, sem prejuízo de Vereador, sem prejuízo de Prefeito, sem prejuízo de Deputado estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e da Presidente da República, seriam eleitos paralelamente ao processo natural do Congresso, no dia 2 de outubro. E, aí, haveria o tempo necessário para fazer o que chamo de revolução de choque na própria democracia, para que a população, então, dissesse quem iria fazer a reforma das reformas, o que chamo de reforma-mãe de todas as outras.

As outras viriam na sequência, depois da reforma política.

Fui Constituinte em 1988, e grande parte do que está hoje na Carta Magna teve a nossa participação. Quando digo nossa, refiro-me ao campo progressista daquela época, que enfrentava, com muita dureza, o Centrão.

No momento que ora vivenciamos, mais do que em qualquer outro momento da história, deve haver uma preocupação maior com a preservação das instituições e da plena democracia.

Como eu dizia hoje, num evento internacional, não dá para, em qualquer momento de crise, atacar a democracia, seja aqui, seja na Venezuela, seja nos Estados Unidos – a maioria ali era de sindicalistas dos Estados Unidos –, seja na Itália, na Alemanha, ou aqui na Argentina. Eu posso ter outra visão, mas, democraticamente, houve alternância. E aí? Tudo bem.

Por isso tudo, é papel fundamental da classe política estabelecer as bases de uma nova concertação pluripartidária que possibilite a retomada da normalidade absoluta da política, da economia, do social, dentro do atual quadro que manda a nossa Constituição.

Compete a nós, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, no exercício da arte da boa política, lançar as âncoras de preservação do ambiente democrático e as pontes que possibilitem uma transição pacífica, tranquila e consensual para uma nova etapa da vida nacional neste período em que o Congresso funcionará – oxalá! – com todo o seu potencial, e, ao mesmo tempo, esse grupo de eleitos pelo povo vai elaborar um novo marco da política partidária e eleitoral.

Com esse espírito de conciliação, sem querer tirar o mandato de ninguém e ciente da responsabilidade que a atual conjuntura nos exige, é que vimos submeter à apreciação dos nossos queridos pares essa proposta de emenda à Constituição, que tem por escopo a criação de novos marcos institucionais para o exercício da política em nosso País.

A referida proposta prevê a eleição de um grupo de cidadãos para compor uma assembleia revisional que será responsável pela elaboração das novas bases de funcionamento do sistema político-eleitoral a partir de 2018.

A assembleia que ora proponho deverá ser formada por brasileiros e brasileiras que não estejam exercendo mandato e que não possam concorrer a cargos eletivos nas eleições subsequentes. Ou seja, não vão legislar em causa própria porque não estão no exercício do mandato e porque também não pretendem ou a lei não permite que sejam eleitos ali na frente, porque, senão, ocorreria o mesmo que ocorre hoje.

A reforma pretendida estabelecerá as diretrizes de funcionamento dos partidos e do sistema político que deverão balizar, a partir de então, todo o processo eleitoral no nosso País.

Sabedores que somos dos erros e defeitos de nosso atual sistema partidário-eleitoral e das tensões a que temos sido submetidos em função dessas imperfeições, não podemos mais postergar a tão falada reforma política, reforma que deverá ser isenta do imediatismo, porque não precisa ser corrida, de interesses partidários ou pessoais, visando, sim, dotar o País de um sistema político eficiente, democrático, que atenda plenamente aos anseios de nossa Nação.

E, portanto, com o espírito republicano e da forma mais aberta e conciliadora, nós todos, Senadores e Deputados, abriríamos mão de fazer uma reforma política e diríamos: "Que o povo eleja esses 129 novos federais, para que eles possam fazer a dita reforma".

Queremos que essa proposta contribua para abrir as portas do entendimento político e para traçar o caminho do aperfeiçoamento institucional em prol do fortalecimento da nossa democracia.

Senadora Gleisi, V. Ex^a não me pediu um aparte. Mas eu, da tribuna, quero falar sobre V. Ex^a.

Eu fiquei muito indignado. Eu só fui ver o vídeo sobre V. Ex^a no fim da tarde de ontem. Um absurdo, um desrespeito, uma covardia atacarem daquela forma truculenta, absurda. E um "grupelho" – desculpe-me a expressão, mas é assim que eu vejo. Não vi ali o povo.

Quero deixar aqui, de público, a minha total solidariedade. O que eu disse para V. Ex^a, numa pequena mensagem, eu repito aqui: os melhores homens e mulheres deste País, para o bom combate, são chamados nos momentos mais difíceis. Por isso V. Ex^a está na linha de frente e, por isso, foi covardemente ofendida, mas

em nenhum momento abaixou a cabeça. Eu assisti ao vídeo. Firme. V. Ex^a é daquelas pessoas que, para mim, tem compromisso com o País, com a Nação, além inclusive do seu Estado. Por isso, em nenhum momento vacilou.

Mas que fique aqui registrado sobre aqueles que produziram aquele vídeo: mais covardes, impossível! Façam comigo isso! Eu não tenho a diplomacia de V. Ex^a.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Paim. Agradeço suas palavras e também a manifestação que V. Ex^a me mandou pelas redes. Agradeço a todos que se manifestaram, dando-me solidariedade, apoio. De fato, foi uma situação fora do comum. As pessoas estavam ali já me aguardando, um grupo de seis ou sete pessoas, um grupo pequeno, mas muito rancoroso, muito raivoso. V. Ex^a sabe que nós nos criamos na luta pela democracia, na luta por bandeiras de trabalhadores, de direitos, na luta democrática. Sabemos que a manifestação faz parte da vida e não temos problema para lidar com elas. Nós mesmos fizemos muitas manifestações. Mas aquilo, de fato, não foi uma manifestação. Foi uma agressão. Sinto muito por aquelas pessoas que não sabem conviver com a democracia e que, ao se manifestarem, agridem, exprimem o que há de pior no ser humano, de maior rancor, sabendo que aquilo não vai resolver, não vai adiantar nada. Mas quero agradecer suas palavras, assim como as de todos os que me escreveram, que me mandaram e-mails. Aos que foram me receber de novo no aeroporto no sábado à tarde, quando embarquei de volta para Brasília e também aqui em Brasília, quero agradecer as manifestações de solidariedade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu soube que, aqui em Brasília, uma delegação grande estava aguardando V. Ex^a.

Fica aqui, então, o meu apoio registrado, total e irrestrito. Na linha que V. Ex^a falou, ter posição pró ou contra *impeachment* é legítimo. Nós temos nos posicionado claramente, acho que todos que estão no plenário neste momento, contra o *impeachment*. Mas respeitamos os que são a favor! Agora, ofensa, agressão? Aí não! Tudo tem limite! Por isso, usamos muito o termo: a forma como está sendo colocada é um atentado à democracia. Por isso é que nós estamos do outro lado. Entrincheirados, não. Ataque à democracia, não!

Parabéns a V. Ex^a!

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta o Senador Paim.

Convido V. Ex^a, Senador Paim, a dirigir nossos trabalhos, mas, antes disso, daqui mesmo, Senadora Gleisi, quero dizer que vou tratar também desse assunto ao qual o Senador Paim se referiu, a agressão violenta que V. Ex^a sofreu na última quinta-feira. Eu não poderia deixar de, estando aqui nesta cadeira, prestar também a minha solidariedade, que vou repetir ali da tribuna, porque, como disse o Senador Paim, foi uma atitude das mais covardes a que eu já assisti.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Paim, convido V. Ex^a para dirigir os trabalhos.

(A Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Convido, para fazer uso da tribuna, a nobre Senadora Vanessa Grazziotin, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a Comissão do *Impeachment* da Câmara dos Deputados está reunida desde a metade da manhã debatendo o relatório do Deputado Jovair Arantes. A discussão foi encerrada na madrugada de sábado. E, conforme acerto de procedimentos, os trabalhos se iniciaram hoje. Terão direito à palavra todos os partidos políticos, depois de ouvirem novamente o Relator da matéria, Deputado Jovair Arantes, e o Advogado-Geral da União, Ministro José Eduardo Cardozo.

Sr. Presidente, sobre isso vou falar logo na sequência. Mas, enquanto avança o processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma, aqui no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, avança também a mobilização das pessoas nas ruas, pessoas que não tinham opinião, pessoas que não participaram até determinado momento de nenhuma manifestação e que começam também a dar as suas opiniões.

Quero dizer, Senador Paim, Senadora Gleisi e Senadora Regina, que fico muito feliz em ver que, espontaneamente, a população tem tomado a decisão de lutar também contra o golpe. E digo que fico com muita esperança quando registro isso porque os elementos que elas recebem no dia a dia seriam elementos para chegar a outro tipo de conclusão.

A conclusão de que se devesse, por exemplo, aprovar o *impeachment* contra a Presidente Dilma, que seria a responsável por todo o processo de corrupção, porque é isso e tão somente isso que os meios de

comunicação divulgam todos os dias, absolutamente todos os dias.

E, quando eu digo que as pessoas começam a se manifestar, Senador Paim, é que, apesar de todo esse vendaval que nós estamos vivendo, da tempestade a que estamos todos submetidos, a *Folha de S.Paulo*, através do Instituto Datafolha, no dia de ontem, fez a publicação de uma pesquisa e, diferentemente do que eles imaginavam, aumentou o número de pessoas que são contrárias ao *impeachment*, apesar de haver ainda uma maioria. Mas esse número aumentou significativamente, e eu considero que é muito diante da realidade que nós estamos vivendo, ou seja, os meios de comunicação, repito, publicam e divulgam somente uma versão.

E eu me refiro também ao fato de que os profissionais liberais, os artistas, os intelectuais deste País estão a cada dia se manifestando mais. Nesse final de semana, Senadores, deu-me uma alegria muito grande ver Beth Carvalho – uma grande artista, uma das maiores sambistas deste País, também uma grande democrata, uma lutadora pelos direitos humanos – gravar com o seu grupo um samba em que se diz que não vai haver golpe e não vai haver golpe de novo. Ela é uma artista que viveu e sofreu muito os malefícios trazidos pelo golpe militar de 1964.

Então, apesar de tudo o que está acontecendo, eu penso que a atitude que nós estamos tendo, a atitude firme – aqui são vários os Senadores e muitos os Deputados Federais que têm essa atitude – de ficar ao lado da verdade, talvez não seja a opção mais fácil, mas é a mais correta, sem dúvida nenhuma, e tem contribuído para que a população brasileira abra os seus olhos.

Por conta disso, Sr. Presidente, é que nós estamos assistindo também, infelizmente, ao aumento das manifestações de intolerância pelo Brasil afora. E nós acabamos de citar o exemplo da Senadora Gleisi.

Senadora Gleisi, eu recebi o vídeo, e creio que uma parte muito importante da população brasileira deve ter visto também.

E aqui fica uma sugestão para quem nos ouve – para quem está ligado na TV Senado, e certamente a maioria está ligada na TV Câmara – e não viu o vídeo: que veja o vídeo para, primeiro, chegar às suas próprias conclusões sobre a forma covarde e violenta como V. Ex^a foi agredida e sobre como V. Ex^a se comportou, com total equilíbrio e respeito àqueles que a desrespeitavam.

O normal não é esse. Quando estão diante de um ato de completo desrespeito, o normal é as pessoas reagirem, mas V. Ex^a não. V. Ex^a teve um equilíbrio que não é comum à maioria dos brasileiros e brasileiras. Foi atingida com palavrões. E dá para perceber, Senadora, que antes mesmo de V. Ex^a chegar na área de desembarque do aeroporto de Curitiba, sua cidade, as pessoas já estavam a gravar e a falar palavrões, a se referir a V. Ex^a com palavras de baixo calão.

Então, de nós, V. Ex^a não merece apenas solidariedade. E quando falo nós, estou falando do Senado Federal. Tenho certeza de que o Presidente Renan Calheiros deverá adotar as medidas necessárias, medidas duras.

Tem que ser aberto um inquérito, tem que ser investigada uma a uma as pessoas que disseram aqueles palavrões a V. Ex^a e que a seguiram até o estacionamento, do seu lado, gritando em seu ouvido. Não pode ser assim. Agora foram manifestações de desrespeito, de agressões verbais; amanhã poderá haver também agressões corporais, agressões físicas.

Uma Senadora da República, uma mulher não pode ser tratada assim. Claro, vamos levantar uma questão de gênero, mas, se fosse um homem, eu estaria aqui indignada da mesma forma, porque nenhum ser humano merece isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas acho que não seriam tão valentes. Por isso a covardia.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente. E provocativos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles não seriam tão valentes. Eu vi um marmanjão lá. Se tudo aquilo fosse para um homem... Eu também não sou a favor da violência.

V. Ex^a foi uma diplomata, meus cumprimentos. Parabéns.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E por quê? Porque tratou com respeito quem lhe desrespeitava, quem lhe violentava. Não é comum, Senador.

Portanto, V. Ex^a tenha a certeza de que vamos conversar com o Presidente Renan Calheiros, que deverá, não tenho dúvida nenhuma, como Presidente da Casa, como autoridade máxima deste Senado Federal e do Congresso Nacional, tomar atitudes drásticas.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Gleisi Hoffmann.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Vanessa. Depois, quero falar um pouquinho também sobre o processo de *impeachment* e o que V. Ex^a estava dizendo sobre os atos contra o golpe, que eu acho muito importante nós deixarmos registrado no Senado. Mas vou me deter agora sobre esse fato – já comecei a falar aqui, em um diálogo com o Senador Paim – que ocorreu na minha chegada

ao aeroporto de Curitiba. Senadora Vanessa, eu fiquei olhando para aquelas pessoas e, no fundo, senti pena, porque, na realidade, são pessoas que trabalham com uma série de informações, não vão atrás, não verificam, nunca tiveram a experiência de participar de uma luta democrática, nunca precisaram reivindicar nada em suas vidas, nunca foram às ruas para falar da ditadura, nunca foram às ruas para reivindicar um direito, não sabem exercer a democracia. E acharam que, fazendo aquilo, agredindo-me da forma como me agrediram, estavam se manifestando em prol da democracia, em prol de uma causa justa. É lamentável que isso aconteça. Preocupo-me não por mim, mas que isso comece a se tornar algo normal, no cotidiano nosso, com outras pessoas, com pessoas que não são parlamentares, com pessoas que têm outros posicionamentos. Quantas pessoas nós já vimos sendo abordadas de maneira desrespeitosa! Aconteceu com Chico Buarque, no Rio de Janeiro, embora ele tenha conseguido conversar com as pessoas. Quando as pessoas me abordaram, eu perguntei: "Vocês querem conversar ou querem agredir?". Como não falaram nada, quiseram só agredir, eu pensei: "Eu tenho que ir embora. Não vou ficar aqui". Nesse momento, perderam completamente a razão. Quer dizer, quem luta por um Estado democrático de direito, por uma sociedade civilizada, para que tenhamos o exercício dos nossos direitos e para que que possamos realmente ter liberdade de expressão, não pode ter esse tipo de comportamento. Estou entrando, sim, com uma ação judicial, e peço o amparo da Casa em relação a isso, identifiquei algumas pessoas, exatamente para impedir que isso se repita, e não apenas comigo, mas com qualquer pessoa. Não é essa a sociedade democrática que nós queremos construir. Se as pessoas pensam que eu tenho que ser penalizada, que outro tem que ser penalizado, que tem que ser investigado, que tem que haver *impeachment*, isso é da democracia. Todo mundo tem direito. Mas não pode existir esse tipo de agressão. De fato, eu fiquei com muita pena daquelas pessoas, porque elas manifestavam muita raiva, e nós só trazemos para nós o que nós aceitamos. Como eu não aceitei, elas tiveram que ficar com a raiva delas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Gleisi, eu perguntei a V. Ex^a o que V. Ex^a disse a eles, logo que se aproximaram, a caminho do estacionamento do aeroporto. V. Ex^a me disse exatamente o que contou agora: "Eu perguntei se eles queriam falar comigo, mas continuaram a gritar". Portanto, V. Ex^a disse: "Vou-me embora porque o que eles querem não é conversa, é apenas me agredir".

Num dia em que cheguei a Brasília – até mostrei a fotografia, mas não gravei; apenas tirei fotografias –, eu fui recebida assim, à base de gritos, de xingamentos, mas todos eles a distância. Ninguém ousou chegar perto de mim, como fizeram com V. Ex^a. Ninguém dirigiu pessoalmente a mim qualquer tipo de manifestação agressiva. Falaram do ponto de vista genérico. Reconheceram-me e falaram do ponto de vista genérico. Com V. Ex^a, não. Eles falavam palavrões, ao seu lado, perseguindo-a, seguindo V. Ex^a.

V. Ex^a encaminhará um pedido de ajuda ao Senado Federal. Eu acho, Senadora, que o Senado Federal deve lhe dar todo o auxílio a que qualquer Senador aqui tem direito, mas acho que é preciso mais. Acho que o Presidente do Senado é quem tem que defender, nesse caso, a Senadora, vilmente agredida, até para que, como diz V. Ex^a, isso sirva de exemplo e as pessoas não se julguem no direito de chegar a algum lugar da rua agredindo os outros, porque é isso que vai acontecer.

Também quero prestar solidariedade à Deputada Zenaide Maia, do PR, uma companheira nossa, médica, Deputada do Rio Grande do Norte, que está afastada dos seus trabalhos por conta de doença na família, de um filho seu, portador de necessidades especiais – ela tem um filho deficiente. Ela está, há alguns dias, fora dos seus trabalhos na Câmara dos Deputados para cuidar do seu filho, em sua casa, no seu lar, no íntimo da sua privacidade, Senador Paulo Paim. E o que aconteceu com a Deputada Zenaide? A Deputada Zenaide já deu entrevista, já expressou publicamente sua opinião contra o *impeachment*, que não considera *impeachment*, mas golpe. O que aconteceu?

[No último sábado, pararam na frente da] minha casa com trio elétrico, gritando palavrões, insultando minha família e soltando fogos de artifício. Aparentemente partidários do Cunha e do Temer e com atitudes que lembram a era Hitler, falavam sobre o processo de *impeachment*.

Isso tudo ela escreveu no Facebook. E escreveu mais no Facebook:

A ocorrência de hoje ultrapassou todos os limites. [...]

Atos dessa natureza que atentam contra os direitos individuais são inaceitáveis e não podem, nem de longe, ser confundidos com liberdade de expressão ou opção política – que respeito e pelos quais lutei ao longo de [toda a minha] vida.

E ela conclui, repudiando com veemência o ataque: "intimidatório, constrangedor e antidemocrático que eu e minha família sofremos".

Veja, uma Deputada, que está em casa cuidando do filho doente, sofre esse tipo de agressão!

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É lamentável.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por isso, Senadora Gleisi, nós não podemos ficar parados e fazer de conta que nada aconteceu, porque a impunidade é a irmã mais próxima – para não dizer a mãe – da violência. E quanto mais impunes ficam os violentos, maiores são os atos de violência. Então, não dá. O Senado Federal não pode assistir a uma agressão tamanha, como a que V. Exª sofreu, sem que faça absolutamente nada.

Mas eu comecei meu pronunciamento dizendo que, apesar de todas as dificuldades, nos últimos dias eu me alimentei de uma esperança importante e significativa. E hoje, quando eu estava lendo os jornais, Senadora Regina, no jornal *Correio Braziliense* – aqui da Capital federal –, na parte das cartas ou mensagens encaminhadas pelos leitores, que é a coluna Opinião, que eles chamam de Desabafo, eu li algumas coisas muito interessantes. Eu poderia ler todas, pois todas as manifestações são importantes, mas uma delas veio de Lourival Gomes Sampaio, e aqui fala que é da Asa Sul – possivelmente o Sr. Lourival Gomes Sampaio é morador da Asa Sul. Ele mandou a seguinte mensagem para ser publicada no jornal *Correio Braziliense*: “Dois trabalhadores rurais foram mortos no Paraná, mas, como eram do MST, as vítimas são as culpadas”.

Tive a oportunidade de falar sobre esse assunto na última sexta-feira, e falei, Senadora Gleisi, até um pouco espantada, porque disse que a primeira informação que eu havia obtido dos meios de comunicação era a de que os policiais haviam sofrido uma emboscada organizada pelos trabalhadores sem-terra. E não era nada disso! Eu fiquei sabendo porque, depois de ter sido informada pela imprensa, fui atrás para ver as notas, vi a nota do MST do Paraná e liguei para pessoas que lá conheço, que me confirmaram, todas elas, que eles ocupavam a Araupel, mas uma área que não é de propriedade da Araupel, uma área que já foi decretada, pelo Poder Judiciário, como de propriedade da União, uma terra que havia sido grilada pela Araupel. E eles é que sofreram a emboscada; não foram eles que a fizeram. Daí por que o Sr. Lourival Gomes Sampaio escreve isso.

Mas vamos lá. Todas essas opiniões estão publicadas no *Correio Braziliense* do dia de hoje.

Agora, Mônica Regina Mendonça, moradora de Águas Claras, que disse o seguinte: “Se Delcídio do Amaral foi preso em pleno exercício do mandato, o que falta para fazer o mesmo com Eduardo Cunha? Será que sobra medo?”.

Na sequência, Humberto Cabalar, do Lago Norte: “Será que Eduardo Cunha tem coringa no bolso do colete e por isso é poupadão de ir ao xilindró?”.

São opiniões publicadas hoje.

Mas vamos lá. Diante dos fatos, parece que o Presidente, esse senhor chamado Eduardo Cunha... Fazendo um aparte a um Parlamentar que semana passada ocupou por três horas esta tribuna, Senadora Regina, eu abri um parêntese em meu aparte apenas para dizer que me espantava o fato de que o processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma corria tão rapidamente e o processo de cassação do Presidente da Câmara, que tem não apenas denúncia, mas provas robustas de ser proprietário, usufrutuário – seja como ele quiser chamar, mas que são dele – de dezenas de contas no exterior, que gastou, numa única viagem de férias, mais de US\$150 mil, o que é muito dinheiro, nem sei fazer as contas.

Então, contra essa pessoa, sobre quem não pairam somente denúncias, mas contra quem existem provas robustas, há um processo que, segundo leio na imprensa, não chegou nem à metade, enquanto o da Presidente Dilma já estará concluído esta semana. E ele disse que colocar em votação no domingo. Eu repito: domingo. Por que no domingo? Ele quer a audiência da população brasileira ou quer criar um tumulto na Esplanada dos Ministérios, na frente do Congresso Nacional, nas proximidades da Praça dos Três Poderes, onde estão o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, além do Congresso Nacional? Mas é esse cidadão.

E quando eu fiz essa observação, de que o processo não andava, o que o Senador me respondeu? Que isso era menor; que a questão do Eduardo Cunha é menor. Que nós estávamos ali tratando de algo maior, que é o poder da Presidência da República. Óbvio. O que eles querem, inclusive com a colaboração – não só com colaboração, mas com participação decisiva – do Eduardo Cunha, é tirar a Presidente Dilma do poder. Para quê? Para eles governarem e aplicarem o seu projeto. E que projeto querem aplicar? O projeto do retrocesso, porque a Ponte para o Futuro, como dizia uma companheira nossa, Ângela, em uma reunião que fizemos no final de semana em São Paulo, que a Ponte para o Futuro nada mais é que um caminho para o retrocesso, um túnel para o retrocesso.

Foi a ex-Senadora Emilia Fernandes que falou isso: “Essa Ponte para o Futuro nada mais é do que um túnel de volta ao passado.” Por que isso? Eles acham que o inflacionário no País é a política de valorização do salário mínimo, são os salários que os trabalhadores recebem. Eles acham que há muitos direitos para o trabalhador, por isso o negociado tem de ficar acima do legislado. Eles acham que é preciso dar sequência ao programa de privatizações que eles não conseguiram concluir, não conseguiram concluir porque Lula ganhou as eleições no ano de 2002. Porque eles acham que Bolsa Família é coisa para preguiçoso, infelizmente.

Não estou aqui querendo generalizar, até porque a maioria das pessoas que se veste de verde e amarelo, e muitas vezes de forma desavisada com a camisa da seleção do Brasil, sem se dar conta que o símbolo da camisa da seleção do Brasil é o símbolo da CBF, esta que está afundada também em denúncias de corrupção, assim como está a FIFA, cujo presidente já caiu há muito tempo; grande parte das pessoas que vão às ruas são pessoas de bons propósitos, pessoas que efetivamente querem o bem do País. Mas todo dia escutam, pelas redes de televisão, é Globo daqui, são as outras dali, leem pelos jornais, que o problema da crise econômica é culpa da Dilma, como se o mundo inteiro não vivesse uma crise econômica profunda. E, aliás, países como a Rússia, por exemplo, vivem um problema muito maior do que o nosso, no Brasil. Vários países da Europa apresentam índices de desemprego superior a 20%. Mas não viviam o drama que nós estamos vivendo, porque, na política, todos eles, mesmo discordando um dos outros, estão empenhados em resolver o problema do povo do seu país.

Infelizmente, isso aqui no Brasil não importa, porque eles não querem – eles a quem eu me refiro são a oposição; não a pessoas, mas a esse projeto que procura fazer do Brasil um País mais justo, que procura diminuir a desigualdade social, que eles chamam da política que tira de quem produz e quem trabalha para dar para àqueles que são preguiçosos. Vejam a que ponto nós chegamos.

Então, eles não se preocupam com o povo, eles querem saber de voltarem ao poder de qualquer jeito. E por isso dizem que *impeachment* é *impeachment*. Eu vi o desespero deles, hoje, quando o Ministro titular da Advocacia-Geral da União José Eduardo Cardozo falava, e eles interrompiam todo o tempo, porque eles não suportavam ouvir o que estava falando José Eduardo Cardozo, que falou tecnicamente.

Aliás, poucas comparações políticas ele fez diferente do debate ocorrido durante toda a sexta-feira até a madrugada do sábado – e vou falar sobre esses debates aqui, pois fiz questão de ir atrás de um por um, porque eu não estava acreditando. Como eu não assisti a todos, assisti só a alguns, quando eu vi o rumo que alguns estavam tomando, eu falei: não acredito que está acontecendo isso no Brasil, e eles ainda querem dizer que isso é *impeachment*? Pelo amor de Deus!

Senadora Gleisi.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Permita-me, Senadora Vanessa. Eu não poderia deixar de registrar, porque eu estava acompanhando a discussão da comissão hoje, pela manhã. É notório que aquela comissão foi formada para aprovar a abertura de processo contra a Presidenta Dilma. A maioria ali se coloca politicamente contra a Presidenta. Nós sabemos que a maioria dos indicados da comissão foi do Presidente da Câmara Eduardo Cunha; pessoas que mesmo estando em Partidos da Base aliada foram escolhidos pela proximidade...

(Soa a campainha.)

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... com o Presidente. E hoje isso ficou perceptível. O incômodo que eles sentiam com as palavras do Ministro José Eduardo Cardozo, que fez brilhantemente sua defesa, colocando os aspectos constitucionais, jurídicos, técnicos em defesa da Presidenta, contrariando, portanto, o parecer do Relator que é, na realidade, uma peça de discurso político, porque não se ateve sequer ao que a Câmara recebeu como sendo a denúncia necessária para provocar uma comissão para abertura do processo... Eu lamento que as coisas se deem dessa forma, onde são ajustadas antes de se fazer o debate. É notório que a comissão tem um compromisso com o Presidente da Câmara Eduardo Cunha, um compromisso para desestabilizar a Presidenta e, ao mesmo tempo, fazer fumaça, deixar despercebidos ou tentar passar por cima dos problemas que envolvem o Presidente com a sua Comissão de Ética. Então, eu queria fazer esse registro, porque V. Exª coloca muito bem esta situação: o que de fato está acontecendo nessa comissão e a qualidade, o nível dos debates daqueles que acusam a Presidenta, que não têm sequer sustentação técnica, jurídica, constitucional alguma para tanto. Nem no debate político conseguem fazer com capacidade e com condições de convencimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Gleisi, agradeço o aparte de V. Exª e passo já a tratar disso. Eu tenho convicção muito forte de que o processo não chegará ao Senado Federal.

Mas independente de ele chegar ao Senado Federal, vejo que a nossa obrigação – nós que somos parte também do Congresso Nacional – é debater essa matéria, porque se uma parte da população brasileira ainda apoia o processo de *impeachment*, apoia baseado nos fatos que, eu repito, vê e ouve serem divulgados pela grande mídia no Brasil. Ou seja, grande parte da nossa gente acha que o Brasil está afundado em um mar de corrupção e que, infelizmente, todas essas investigações têm revelado que isso acontece, mas isso não acontece agora, isso acontece desde sempre na história da República do nosso País e precisa ser investigado. E, pela primeira vez, eu acho que esse é o grande mérito, pela primeira vez, o nosso Brasil, o nosso País, está

convivendo com um processo tão intenso de investigação. O próprio Procurador Chefe, Coordenador da Operação Lava Jato, já disse: "Esse mérito nós não podemos tirar deste Governo." Assim como não podemos tirar do governo passado, do ex-Presidente Lula, o mérito de que nunca nós sofremos qualquer tipo de interferência. E ele relata isso dizendo mais, porque no passado não era assim, no passado nós não investigávamos, porque nós não tínhamos a autonomia necessária, assim como a Polícia Federal não investigava porque não tinha a autonomia necessária.

Então, vejam, o que nós precisamos fazer é separar o momento da política brasileira, o momento da crise econômica, do momento das investigações. As investigações precisam ter um ambiente propício para que continuem trabalhando, para que continuem investigando sempre, é óbvio, dentro dos ditames da Constituição brasileira, sem em nenhum momento se desviar do que determina a Constituição brasileira, o que, infelizmente, nós não temos visto, principalmente nesses últimos dias.

Desvios de conduta de procurador, determinar condução coercitiva sem nenhum amparo na lei, determinar a publicação e enviar para publicação determinados conteúdos de grampo, em que pese nenhum deles apontar qualquer tipo de crime – nenhum deles –, mas com um único objetivo, trazer ainda mais confusão a um cenário político marcado pelo conflito... Infelizmente, é isso que vem acontecendo no País.

Mas o Ministro José Eduardo Cardozo, hoje, penso, em pouco tempo, conseguiu, de fato, eu concordo com aqueles que fizeram a observação, destruir o relatório. E, olha, não precisava nem ouvir o Ministro José Eduardo Cardozo, ex-Deputado, ex-companheiro nosso, da Câmara Federal.

Eu pedi ao meu gabinete que fizesse um levantamento das falas de defesa...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e de acusação, ou seja, daqueles que defendem o processo de *impeachment* – o golpe, portanto – e daqueles que são contrários a esse golpe. E o que eu recebi – repare, Senadora Gleisi: foram 38 pronunciamentos a favor do golpe, desse tal de *impeachment*, o golpe travestido de *impeachment*, porque a gente repete: o *impeachment*, quando não há crime caracterizado, deixa de ser um *impeachment* e passa a ser apenas o canal utilizado para a promoção do golpe. Porque quando a gente fala em golpe, as pessoas pensam que em um golpe é preciso usar armas, baionetas, canhões, metralhadoras. Não, não. Eles estão tentando dar a esse golpe um caráter de institucionalidade, que é o que cabe nos tempos modernos, é o que cabe nos tempos atuais.

Mas dos 38 Parlamentares que se pronunciaram, Deputados Federais, somente seis, Senadora Regina, somente seis – 1, 2, 3, 4, 5, 6 –...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...entraram no mérito do processo do *impeachment*, naqueles pontos conhecidos como as tais pedaladas – que é apenas um apelido, não diz nada, e nem o povo sabe o que é isso –, apenas seis entraram no fato objetivo e concreto pelo qual ela está sendo processada.

Porque o objeto do processo de *impeachment* nada tem a ver com as investigações da Petrobras, nada tem a ver com o problema da economia do nosso País, nada tem a ver. Tem a ver com duas questões: aberturas de créditos suplementares – seis no ano de 2015, porque as de 2014 ficaram para o mandato passado – e as tais pedaladas, que eles insistem em dizer que são operações de crédito, e não são operações de crédito. Eles querem mudar a matemática no Brasil. É isso que eles querem, dizer que dois mais dois não são quatro,...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... que dois mais dois são cinco. Mas não pode, não pode.

Então, vejam, por essa razão, pela falta de elementos, pela falta de argumentos, pela falta de solidez, Senadora Regina, Senador Alvaro Dias, é que dos 38 Deputados que usaram da palavra, somente seis se referiram – e mesmo assim rapidamente – ao conteúdo e ao teor das acusações que sofre a Presidente Dilma.

Vejam: o que aconteceu em relação às tais pedaladas não era diferente do que acontecia com governos anteriores, com governadores de mais de 14 Estados deste País – atos esses que já passaram pela análise do Tribunal de Contas e já foram aprovados por ele. E aí repito o que o Ministro José Eduardo Cardozo falou e o que vimos falando aqui frequentemente:...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...se o Tribunal de Contas da União mudou de posicionamento – o que podia antes não pode agora –, ele também tem de mudar o jogo a partir de agora. E, desde a hora em que ele mudou o pensamento, mudou a metodologia, o Governo Federal passou a obedecer, mesmo não tendo obrigatoriedade, porque quem escreve lei é o Congresso Nacional, assim como quem aprova contas da Presidente é o Congresso Nacional.

E, nas contas de 2015, Senadora Gleisi, o Tribunal nem se pronunciou com parecer prévio. Então, isso, de cara, já não poderia ser analisado, porque as contas sequer foram analisadas pelo órgão auxiliar deste Poder, que é o Tribunal de Contas.

Enfim, analisando ponto por ponto, seja da abertura dos decretos, seja da utilização de recursos, temporariamente, da Caixa Econômica Federal para pagar programas sociais, como Bolsa Família, auxílio desemprego, Minha Casa, Minha Vida e tantos outros, isso não é crime. Ou seja, eles estão atrás e até agora não encontraram uma razão para tirar o mandato da Presidente eleita por mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por isso que eles dizem: “mas o problema é que a gente tem que ver a história toda, o conjunto da obra.” E dizem eles que o conjunto da obra mostra um Brasil fragilizado, um Brasil com problemas econômicos, uma Presidente com dificuldade de governar.

Aí eu pergunto: é Michel e Cunha que terão essa capacidade, Senadora Regina, de governar o País, de tirar o Brasil da crise? Michel e Cunha? Porque, vejam bem, o PSDB, o maior Partido da oposição, até um dia desses, falava em eleições. Agora não. Vejo o Governador do Mato Grosso, nosso colega e querido amigo, Senador Pedro Taques, em uma entrevista grande, dizendo que eleição que é golpe. Veja: eleição que é golpe? Eles defendendo Temer e Cunha. Para quê? É aliança para aplicar esse tal projeto Uma Ponte para o Futuro, repetindo aqui, plagiando a ex-Senadora Emilia...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... o túnel de volta ao passado e de retirada dos direitos dos trabalhadores.

Portanto, Senadora, eu quero agradecer a V. Ex^a o tempo a mais que me concedeu, dizendo que nós vamos acompanhar com muita atenção os movimentos que deverão acontecer nesta semana aqui em Brasília.

Lamento e continuo a dizer que domingo não é o melhor dia para se votar. Nossa Casa não tem tradição de votar no domingo, e, da forma como os ânimos estão acirrados, a Câmara, persistindo nisso, a sua Presidência exercida ilegitimamente por Eduardo Cunha insistindo em manter isso, podemos ver um grande conflito entre pessoas honestas, pessoas simples que defendem o lado onde estão. Então, acho que, para o bem do nosso País, da nossa democracia, essa decisão não deveria jamais ficar para o domingo.

Depois, eu volto para pedir para inserir nos *Anais* a nota do meu partido, o PCdoB.
Obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa. Quero saber se a senhora pode presidir. Pela ordem agora, serei eu e, depois, como Líder, a Senadora Gleisi.

(A Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Vanessa Grazziotin.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu convido para fazer uso da palavra, como oradora inscrita, a Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidenta.

Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu quero fazer uma abordagem de alguns pontos que têm a ver com o tema do momento.

Antes, eu queria, de público, me solidarizar com a Senadora Gleisi e dizer que o que ela sofreu foi assédio moral. E pode ter certeza de que o componente machista está aí também. Duvido que fizessem aquilo com um homem. Até fazem manifestação, mas não fazem aquela agressão muito próxima, beirando a intimidação. Então, nossa solidariedade a V. Ex^a.

Algumas coisas vêm acontecendo que estamos deixando passar. É aquela história: enquanto a caravana passa, os cães ladram. Então, precisamos prestar atenção ao que corre por fora do processo no Congresso Nacional. A postura das polícias, por exemplo, em alguns Estados está extrapolando, está visivelmente parcial. Nós vimos isso em São Paulo: porque uma pessoa se negou a receber um panfleto foi agredida até sangrar. Nós vimos isso aqui, no Ministério do Meio Ambiente, quinta-feira, o Frei Sérgio sendo preso porque rasgou o panfleto. Ele recebeu, mas se deu o direito de rasgar. E as pessoas, pagas pela Fiesp – é um panfleto da Fiesp que foi distribuído –, chamaram a polícia, que não quis saber: levou. O Secretário-Executivo do Ministério desceu e foi junto, porque ele ia para uma reunião com o Secretário-Executivo sobre a questão agrária. É para percebermos como a coisa está ficando muito séria, principalmente quando as polícias são aparelhadas para tomar partido.

Mas quero falar também para prestarmos atenção aos vazamentos seletivos, porque eles voltaram. Ninguém deu importância ao *Panama Papers*, que tem um escândalo muito grande, mas, como diz a história, não deu Ibope. Ninguém divulgou, ninguém massificou. Assim como também a lista da Odebrecht, que tem gregos e troianos e que não foi à frente porque não tinha os nomes que interessavam, certamente. E agora essa da Andrade Gutierrez, que também foi vazada seletivamente. Só se falou da eleição da Dilma. Por que não das outras eleições, se a empresa ajudou a quase todos candidatos e candidatas?

Há uma questão séria. É interessante que dizemos sempre assim: há um dinheiro que é sagrado e outro que é profano. Mesmo na conta oficial, prestadas as contas, mas, se for do PT, é profano. Dos outros, é sagrado. Saber que a Andrade Gutierrez se tornou uma das maiores controladoras da Cemig e da relação que ela tem com o Senador candidato em 2014... É para questionarmos isso.

Mas o que quero mesmo falar aqui é da questão ainda do machismo presente nessa história. Eu quero falar de como a imprensa tem tratado a Presidenta Dilma. Precisamos, como mulheres, prestar atenção a isso, porque não é só ela. Já faz tempo que nós mulheres com mandato enfrentamos diuturnamente a chamada misoginia, que é o ódio às mulheres, é mostrar as mulheres como incapazes. Ela aparece em apartes, em conversas, em brincadeiras. A grande maioria masculina se utiliza disso e, às vezes, mulheres também.

Eu quero dizer que o que a *IstoÉ* fez com a Presidenta na semana passada, na sua edição passada, é crime, até porque é falsa essa história, mas houve a intenção de passar a mulher – não a Presidenta Dilma, mas a mulher – como desequilibrada, como nervosa, como destemperada.

Não é à toa que vemos que empresas não querem contratar mulheres, porque elas têm TPM, menopausa. Fizeram isso também com a Cristina Kirchner. Duvido que fizessem isso com um homem. Claro que este corpo não é dela. "A rainha está nua". Agora, mais recentemente, com a Hillary Clinton, candidata, estão passando-a como uma pessoa raivosa, um cão raivoso, para que as pessoas tenham medo de votar na mulher. Então, é muito grave isso que está acontecendo, porque, depois de todo um processo de muitas lutas das mulheres, ainda temos de passar por isso.

Neste cenário de polarização, as revistas, os meios de comunicação, se prestarem a isso! É grave! Precisamos tomar providência! Não dá para aceitarmos que isso se chame jornalismo.

Não é à toa que já existe uma campanha de cancelamento de assinaturas da *IstoÉ*. Apelidaram-na de "LixoÉ", porque isso não é jornalismo mesmo. Então, já existe muita gente vendo isso.

Em agosto do ano passado, João Luiz Vieira, um dos editores da revista *Época*, publicou o artigo "Dilma e o Sexo", que queria fazer acreditar que os problemas do País tinham a ver com a falta de erotismo. Isso é misoginia. Isso é crime. Os memes na Internet, os adesivos para carros, as montagens, as colagens, circulando nas redes sociais, numa velocidade imensa, tudo isso para reforçar o *impeachment*, o golpe.

Nós percebemos quanto o debate ganhou espaço. Lamentavelmente, há Ministério Público por aí querendo proibir debate. Essa queda no índice dos favoráveis ao *impeachment* tem a ver com o debate, porque é o lado que debate. Vemos advogados, jornalistas, professores, todo mundo promovendo debates, e isso vai mudando a opinião das pessoas, enquanto que os que defendem o *impeachment* não debatem. Eles vão para as passeatas, mas não promovem o debate. Já querem proibir o debate na Academia. Isso beira... Não sei nem a palavra que podemos dizer sobre isso.

Ainda quanto à questão da misoginia, em março, a ONU divulgou nota condenando a violência política sexista contra a Presidenta.

A ONU Mulheres divulgou nota condenando todas as formas de violência contra as mulheres, inclusive a violência política de ordem sexista contra Presidente da República: "Nenhuma discordância política ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência de gênero – prática patriarcal e misógina que invalida a dignidade humana."

Oito dias após a nota da ONU, a revista *IstoÉ* sai com esta capa: "As explosões nervosas da Presidente". É uma mentira, porque é uma montagem; já está provado que essa foto é uma montagem. A foto quer mostrar

que ela está sem condições emocionais de comandar o País no atual período de crise.

Jornalistas, coletivos e grupos feministas imediatamente saíram em defesa da Presidenta, criticando a revista por reforçar estereótipos machistas nos quais as mulheres são descontroladas emocionalmente e, por isso, inadequadas ao exercício do poder.

No Facebook, entidades feministas também se posicionaram contra a publicação, como é o caso do coletivo Think Olga: "Este não é um *post* sobre política. Este é um *post* sobre *gaslighting*, que é uma forma de machismo cruel e perniciosa". É aquela forma de machismo em que os homens induzem a mulher a pensar que está ficando louca.

A União Brasileira de Mulheres também repudiou veementemente a capa da revista. No Twitter, usuários classificam a revista como misógina, machista e desrespeitosa. E o Palácio do Planalto se pronunciou, dizendo que a Advocacia-Geral da União vai acionar a revista para apurar se houve crime de ofensa contra a honra da Presidenta na reportagem.

A Prof. Ivana Bentes, da Escola de Comunicação da UFRJ, escreveu artigo contundente contra a reportagem, definindo-a como um acinte, um desrespeito e uma violência contra todas as mulheres. É importante que isso fique claro, porque há mulheres distribuindo cópia da capa da revista nos sinais de trânsito. Então, é uma ofensa a todas as mulheres e não só à Dilma. É impossível que aceitemos isso.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora, me concede um aparte?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois não.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª pelos trabalhos que realiza aqui no Senado, sobretudo em defesa dos direitos humanos. V. Exª, ao lado do Senador Paim e de tantos outros Senadores e Senadoras, tem se dedicado muito a esse tema. E eu quero aqui fazer justiça. E V. Exª levanta algo extremamente grave, que são as ofensas que a Presidente vem sofrendo por conta da sua condição de gênero, apenas pelo fato de ser mulher. Infelizmente, Senadora Regina, quando eu ocupei um dia desses a tribuna, tive que repetir um desses memes que V. Exª fala que aparecem na internet. Falei uma vez só, nunca mais vou repetir, porque são termos desrespeitosos à Presidente e a todas as mulheres brasileiras. Então, eu quero dizer, Senadora Regina, que V. Exª tem muito mais que autoridade para falar isso, porque tem toda uma vida dedicada à defesa os direitos humanos. E como V. Exª, todas nós estamos indignadas com a forma como a Presidente Dilma vem sendo tratada, assim como a forma como a Senadora Gleisi foi recebida. Eu disse que nós prestariamos solidariedade a qualquer um, não apenas à mulher, mas também a qualquer homem que tivesse sofrido o que a Senadora Gleisi sofreu. E certamente a agressão foi tão virulenta, como V. Exª disse, pelo fato de ser ela uma Senadora mulher. Obrigada, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Esta é a arma dos que não têm argumento. Em vez de irem fazer o debate, ficam agredindo as pessoas nos aeroportos.

A Profª Ivana Bentes é uma das mais renomadas especialistas em comunicação no País e classifica o artigo da revista como "um texto que ultrapassa qualquer ética jornalística, com aspas sem nenhuma fonte!". Ela diz que é "Um ataque genérico de um jornalismo covarde que usa aspas fantasma". Diz, ainda: "O texto é uma peça para ser analisada pelos professores e estudantes de Comunicação, as feministas, os analistas políticos e simbólicos, e qualquer leitor crítico como a derrocada de tudo que entendemos como jornalismo."

Quer dizer, o jornalismo está-se rebaixando ao que há de pior.

Ivana Bentes lembra que os adjetivos utilizados para desqualificar a Presidenta mulher não são um ato isolado, mas fazem parte de um extenso vocabulário moral, científico, médico e psicanalítico de destituição do feminino como força política, como sujeito social e como modo de ser e existir.

Como bem aponta a jornalista Clarice Cardoso, da *CartaCapital*, o jornalismo político brasileiro é que parece estar fora de controle, mas, se perguntado, dirá que loucas são as mulheres!

Nota de 2 de abril, do Blog do Planalto, intitulada "Isto é uma publicação fora de si", publicado no perfil da Presidenta no Facebook, assim se refere aos acontecimentos:

A frase é conhecida: 'Na guerra, a primeira vítima é a verdade'. A autoria é controversa, mas a aplicação tem sua vertente diante de crises políticas mais agudas. A revista *IstoÉ* tem se esforçado para trazer a máxima ao presente, sombrear o quanto pode a verdade e jogar na lata do lixo da história qualquer rastro de credibilidade que um dia já teve.

Seria fácil rebater minuciosamente a escandalosa, leviana, sexista, covarde e – por que não? – risível peça de ficção que produziu na edição do fim de semana passado. Mas fazer isso seria tratar como jornalismo o que não é; seria conferir respeito ao que, no fundo, é inqualificável; seria pensar que algo ali pode ser crível e confiável, o que está muito longe de ser.

O único respeito que merece é para os eventuais remédios que se possam tomar contra os delírios e surtos de descontrole da revista. Uma publicação fora de si.

A democracia trouxe a liberdade de imprensa e de expressão, cláusulas pétreas de uma sociedade madura como a brasileira. Exercê-las, no entanto, exige responsabilidade com que se escreve e se publica. Por essas razões, e de tão inconsistente e intolerável, a única resposta adequada são as medidas judiciais que a Presidência da República tomará contra a revista.

A feminista Helena Vitorino, do *blog Lado M*, resume bem a situação:

Em suma: se a governante optar por conduzir o governo diplomaticamente, por meio do diálogo e do pragmatismo, é tida como uma líder “fraca” e “emocional”. Mas, se admite uma conduta dura, resoluta e por vezes usa do confrontamento, é tida como “descontrolada” e “agressiva”. E, em ambos os comportamentos, a mulher é incapaz de conduzir seu governo, ora por ser emotiva, ora por ser destemperada. O que se espera, então, da mulher na política?

É, nesse clima, que nós mulheres fazemos política. Em ambiente tão inóspito, não é de se espantar a falta de representatividade feminina nas altas esferas do poder. As mulheres são mais da metade da população do País, mas ocupam apenas cerca de 10% das cadeiras do Congresso Nacional. Mas estamos vindo, estamos crescendo, estamos ocupando espaço num País em que as mulheres são protagonistas.

O que as revistas *Época* e *Istoé* esqueceram-se de dizer é que, no Governo Dilma, a renda *per capita* das famílias chefiadas por mulheres dobrou entre 2011 e 2014; esqueceram-se de dizer que, das famílias inscritas no Cadastro Único, 88% são chefiadas por mulheres, entre as quais, 68% são negras; que, das famílias beneficiárias do Bolsa Família, 93% são chefiadas por mulheres; que mais de 1,17 milhão de mulheres foram matriculadas em cursos de qualificação profissional; que 137,8 mil das famílias campesinas chefiadas por mulheres são beneficiárias de programas de Inclusão Produtiva Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário; que 615,7 mil cisternas de consumo e 108,5 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais foram entregues a famílias chefiadas por mulheres que não possuíam reservatório de água em suas propriedades rurais; e que outros programas – como o Agroamigo, o Bolsa Verde, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Minha Casa, Minha Vida e a Ação Brasil Carinhoso – tiveram um impacto impressionante na vida e luta por autonomia das mulheres brasileiras. Portanto, temos orgulho de ter uma Presidente mulher, de termos chegado à Presidência da República.

E precisamos ficar atentos. Vou repetir, mostrando as capas de novo. Houve uma capa com a Presidente Dilma, mas há uma capa com a Cristina Kirchner e com a Hillary Clinton, todas colocadas como descontroladas.

É o que eu falei: mulher tem TPM, sim; tem menopausa, sim; mas é inerente à nossa situação. Não é por isso que temos de ser desrespeitadas, consideradas incapazes.

Eu acho que precisamos, junto com todo esse debate do *impeachment* ou do golpe, debater também esse assunto, porque está subjacente. Se passar qualquer coisa de sim ou de não, essas coisas vão valer, porque já estão introjetadas nos corações e mentes das pessoas que leem essa revista, que veem essas reportagens do mau jornalismo.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço à Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senadora Regina. A Mesa cumprimenta V. Ex^a pelo pronunciamento.

Dando sequência aos nossos trabalhos, convido a Senadora Gleisi, para fazer uso da tribuna.

Na sequência, temos inscritos, como oradores, o Senador Ataídes, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Alvaro Dias.

Pois não, Senadora Gleisi, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidenta Vanessa.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado, nos assiste pela TV Senado, eu subo a esta tribuna para falar sobre o tema do momento. Obviamente, não podemos deixar de tratar disto, porque é o que estamos vivendo esta semana: a discussão do *impeachment* – eu diria do golpe à Presidenta Dilma.

Ouvi com atenção o que V. Ex^a estava falando da tribuna, Senadora Vanessa, sobre os debates na comissão, na Câmara dos Deputados. Hoje, pela manhã, eu tive a oportunidade de acompanhar esses debates. E queria aqui fazer algumas ressalvas e também afirmar o posicionamento do Ministro José Eduardo Cardozo, que, na minha opinião, foi muito bem na defesa da Presidenta.

É uma pena que, na comissão, as pessoas não ouçam. Elas já estão predefinidas no seu julgamento.

E, como V. Ex^a bem falou, a maioria sem argumentação técnica, a maioria sem argumentação jurídico-constitucional, com argumentos políticos, inclusive argumentos políticos de baixa qualidade, sem sustentação.

Então, eu queria enfatizar algumas das questões levantadas pela defesa da Presidenta e explicar um pouquinho a quem está nos ouvindo, pela Rádio e pela TV Senado, por que nós temos caracterizado esse processo de *impeachment* como um processo de golpe e por que temos insistido tanto nisso.

Primeiro, o Ministro José Eduardo Cardozo afirmou que o relatório do Deputado Jovair Arantes tem contradições, equívocos conceituais e desejo político, e é exatamente isso que há naquele relatório. Ele disse ter absoluta convicção de que a leitura isenta e desapaixonada do relatório seja, talvez, a melhor peça de defesa que a Presidenta da República pode ter, exatamente pelas contradições, pelos equívocos conceituais e pelo desejo político de afastar a Presidenta.

As contradições e os equívocos conceituais e o desejo político de chegar ao *impeachment* ficam borbulhantes na leitura desse relatório, falou José Eduardo. Ele também já havia dito que o processo de *impeachment* foi aberto por vingança e voltou a dizer que houve desvio de poder, no caso. Esse processo de *impeachment* nasce com um pecado original, com seu vício, que foi na utilização de S. Ex^a Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, para fazer uma vingança à Presidenta.

O Advogado-Geral da União sustentou que a Comissão de Impeachment violou o direito de defesa em diversas ocasiões. Um dos exemplos citados foi o fato de a defesa da Presidenta Dilma não ter sido notificada para se manifestar em algumas reuniões do colegiado, o que deveria ter acontecido. Comparou o andamento do processo de *impeachment* com o processo por quebra de decoro que investiga o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no Conselho de Ética.

O que disse o Ministro José Eduardo Cardozo? Na Comissão de Ética desta Casa, o advogado do nobre Presidente da Câmara pede a palavra pela ordem, quando acha conveniente. No processo de cassação a que estão submetendo a Presidenta, sabe qual o argumento que a Presidenta usou para anular decisões? Falta de intimação, porque sequer ela foi intimada para participar das reuniões. Portanto, o seu advogado não estava presente para pedir a palavra pela ordem, para se manifestar, para fazer sua defesa.

Por que o que vale para o Presidente da Câmara não vale para a Presidenta Dilma? Por que o que vale para cassar o mandato de um Parlamentar não vale para a tentativa de cassar o mandato de uma Presidenta da República? Essa é uma pergunta que não quer calar.

Por que todas as sessões da Câmara foram utilizadas para fazer a contagem de tempo para os trabalhos da Comissão de Impeachment, de cassação da Presidenta, e não foram utilizados para a contagem de tempo para a Comissão de Ética, que está discutindo a cassação do Deputado Eduardo Cunha?

Então, por aí nós já vemos o vício político, o vício jurídico e constitucional desse processo.

[...] [O Ministro] Cardozo afirmou ainda que os Deputados só poderiam considerar, na análise do processo de *impeachment*, o trecho da denúncia acolhido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), quando da instauração do procedimento.

Porque, como disse V. Ex^a, Senadora Vanessa, quando os advogados Dr. Hélio Bicudo, Miguel Reale e Janaína Paschoal deram entrada na denúncia contra a Presidenta, foram relacionados fatos ocorridos em 2014 e 2015. O Presidente da Câmara só aceitou os fatos relacionados a 2015, porque em 2014 já se tinha encerrado, portanto, o primeiro mandato presidencial – não caberia ser discutido. Então, ele considerou apenas os fatos de 2015, primeiro ano do mandato da Presidenta Dilma.

Ocorre que, no relatório do Deputado Jovair Arantes, discutem-se, colocam-se, consideram-se os fatos levantados, em 2014, pelo Tribunal de Contas da União. Por isso, nós dizemos – e o Ministro José Eduardo falou – que esse relatório tem equívocos conceituais e desejos políticos, porque esses fatos não poderiam ser analisados. E, em 2015, só duas situações foram trazidas pelo Presidente da Câmara à realidade do processo, como sustentadores de um processo para abrir o *impeachment* da Presidenta, quais sejam: apenas uma situação referente a banco público, as chamadas pedaladas fiscais – apenas uma! –, envolvendo o Banco do Brasil, do que vou falar mais à frente; e os decretos de abertura de crédito suplementar, que disseram que feriam a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque aumentava o déficit orçamentário, ou seja, o resultado primário ficava negativo, e a Presidenta já devia saber disso.

Então, isso é importante ficar claro, porque só o Plenário pode admitir o processamento de uma denúncia que o Presidente indeferiu.

Como o Presidente indeferiu, o Relator da Comissão não poderia fazer constar do seu relatório, e fez constar do seu relatório. Portanto, esse relatório é um relatório que tem equívoco conceitual; é um relatório que tem contradição; é um relatório que tem desejo político; e, portanto, é um relatório que não tem base constitucional.

Bom, o Ministro Cardozo afirmou que não há provas de cometimento de crime e que, na dúvida, o Relator defende o afastamento da Presidenta. Para ele, Ministro, na dúvida, o processo deveria ser encerrado, porque é isso que está nos nossos princípios de Direito: na dúvida, é benefício para quem está sendo acusado; na dúvida, pró-reu. E não é isso que está acontecendo na Comissão de Impeachment.

E o Ministro José Eduardo comparou o caso a um assassinato. Eu não sei se alguém morreu, eu não sei se há delito, mas, na dúvida, afaste-se. Obviamente que isso não é correto; na dúvida, não poderia sequer ter sido lido aquele relatório.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A senhora me permite um aparte?

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senadora Vanessa.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que essa parte que V. Ex^a aborda agora é da maior importância. O Ministro José Eduardo Cardozo, Advogado-Geral da União, chegou a dizer que isso fazia parte, que isso compunha o fio condutor de todo o relatório, porque, analisando se os decretos estavam amparados ou não – e há uma visão clara de que eles estavam amparados, porque foi mudada a meta fiscal, e o exercício é durante o ano todo –, o próprio Relator disse: “Olha, é algo que tem de ser mais estudado. É algo que tem de ser mais analisado. Porém, na dúvida, que siga o processo do *impeachment!*” Não é ali no processo o lugar de investigar absolutamente nada, Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Claro.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, V. Ex^a tem razão. O Ministro tem razão quando diz assim: “Na dúvida, muda-se a jurisprudência do Brasil. Na dúvida, não é pró-reu; na dúvida, é contra o réu.” Já incrimina. Não pode ser assim. Isso é extremamente delicado.

E o que ele fez – é bom que as pessoas entendam –, o que o Ministro José Eduardo Cardozo falou não é a análise dele, é o que está escrito no relatório.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Relator escreveu que ele precisava de mais elementos para, de fato, analisar se aquilo era crime ou não.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, na dúvida, siga o processo!

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Siga o processo!

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Isso foi o Relator que escreveu lá.

Pois não, Senadora. Obrigada.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Fere-se um dos mais elementares princípios do Direito brasileiro, do Direito Constitucional.

Então, é lamentável que estejamos assistindo a essa situação. Uma das denúncias feitas que foi aceita pelo Presidente da Casa refere-se ao que nos acostumamos a chamar aqui de pedaladas fiscais, que era o adiantamento, por parte de bancos públicos, para pagar despesas da União, e depois esses bancos recebiam do Governo de novo o recurso. Acostumou-se a chamar isso de pedaladas, como uma forma de empréstimo que não seria correta.

Na realidade, não é prestação de serviços que esses bancos faziam, e é bem interessante porque, em 2014, encerrado o ano, todos os serviços em relação aos bancos foram pagos. Não restou nada. E, em 2015, estão se acompanhando, *pari passu*, também esses repasses.

Sabe no que se ateve o Presidente da Câmara para aceitar a denúncia? Em uma situação que envolve o Banco do Brasil e envolve o Plano Safra. Ora, o Plano Safra foi instituído, Sr^a Presidente, em 1992, pela Lei nº 8.427. E a lei que cria o Plano Safra é clara em dizer o seguinte: que a competência para regulamentação, gestão e execução do Plano Safra é feita pelo Conselho Monetário Nacional, Ministério da Fazenda e pelos dois ministérios setoriais – na época, só o MAPA, que era o Ministério da Agricultura, e depois, quando foi criado o MDA, ele foi incluído.

Portanto, não há nenhum ato da Presidenta que esteja interferindo nessa situação do Plano Safra, porque são esses órgãos que regulamentam e que fazem a gestão e a execução de uma lei de 1992. O que é isso? É equalização de juros. Portanto, o Governo Federal paga uma parte dos juros, para que os produtores rurais possam tomar emprestado com juros mais baixos e, com isso, terem melhores condições de plantar, colher e vender sua produção – por isso que a gente tem a agricultura brasileira com a força que tem. E isso é também garantia de preço mínimo, que tem grande variação.

Como é impossível o Banco do Brasil dizer corretamente para o Governo Federal o quanto ele vai gastar

em determinado período, ele faz uma contabilidade diferente, que é uma contabilidade semestral, e lança semestralmente o que ele pagou e o que ele tem a receber. E neste semestre é que se verificou que o banco desembolsou a mais, e a União teria que pagá-lo a mais.

Só que, vejam, isso é regulamentado desde 1992. Eu vou voltar aqui: a lei é a Lei nº 8.427, de 1992. Não tem nada a ver com a Presidenta. É esse comitê gestor, composto pelo Conselho Monetário Nacional, Ministério da Fazenda, MAPA e Ministério do Desenvolvimento Agrário, que faz a gestão e a regulamentação do processo e a execução.

Pois bem, é isso que aconteceu. E isso foi regularizado no final de 2015 e apareceu no balanço do banco no primeiro trimestre de 2016. Então, como pode se utilizar disso para dizer que essa situação é uma situação de pedalada fiscal?

Então, antes disso não foi? O que aconteceu, se regredirmos no tempo até 1992, não foi? Deixaria o Banco do Brasil de fazer equalização de juros para os nossos agricultores? Deixaria o Banco do Brasil de executar garantia de preço mínimo? Imaginem se isso acontecesse. O que aconteceria aqui neste Congresso Nacional? O que nós teríamos que ouvir dos Senadores, dos Deputados? E com razão, porque estaríamos deixando a nossa agricultura perecer.

E é por causa disso, única e exclusivamente por isso chamado de pedalada fiscal, que foi aceita, pelo Presidente da Casa, essa denúncia de *impeachment*.

Além disso, os decretos de crédito extraordinário que foram assinados pela Presidenta Dilma. Eu quero falar um pouquinho deles aqui, o que significam esses decretos.

O Deputado Jovair Arantes afirmou que a Presidenta liberou os recursos quando já havia reconhecido as dificuldades no cumprimento da meta fiscal, mas antes de o Congresso aprovar o projeto de lei que permitiu o déficit de R\$119 bilhões.

Ora, nós tratamos com orçamento de forma anual. Se, durante os meses, você tem déficit ou superávit, o que você tem que acertar é o final do ano, é como você vai entregar o seu orçamento, e não como os seus meses se comportaram.

O que são esses decretos, Presidenta Vanessa? São seis decretos que foram soltados pela Presidenta Dilma. Eles dizem que as irregularidades estão em decretos que somam o valor de R\$2,5 bilhões. Então, vamos explicar um pouquinho o que são esses R\$2,5 bilhões que foram em suplementação extraordinária.

Setecentos e oito milhões foram para pagar despesas financeiras, encargos de dívida. A Lei de Responsabilidade Fiscal é clara ao dizer que encargos de dívida não são considerados para o resultado primário. Portanto, a qualquer momento, a União pode emitir, sim, os decretos e pagar despesas financeiras. Isso está escrito na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós não estamos mais tratando de R\$2,5 bilhões. Nós estamos tratando de R\$1,8 bilhão. E por que foi aberto esse crédito extraordinário nesses decretos? Por dois motivos: excesso de arrecadação e superávit financeiro.

Aí o pessoal vai dizer assim: "Mas a arrecadação estava caindo". Só que, quando você abre um crédito extraordinário, você tem que dizer qual é a fonte, que tipo de arrecadação, se ela é do Imposto de Renda, se é do IPI, se é de uma taxa. Você tem que anotar ali. Sabe do que foram esses decretos, Senadora Vanessa? Setenta por cento deles, do MEC.

E sabe o que era o excesso de arrecadação? Taxa de vestibular. Taxa de vestibular! Taxa de vestibular. É isso que foi o excesso de arrecadação do MEC.

Então, a taxa de vestibular não é o Imposto de Renda, não é o IPI. Eu só posso usar a taxa de vestibular para investir na própria universidade. Se eu não usar esse excesso de arrecadação, ele fica lá parado no orçamento, porque eu não posso usá-lo para pagar dívida, eu não posso usá-lo para pagar o Bolsa Família, eu não posso usá-lo para pagar a saúde, eu não posso usá-lo para pagar a educação. Então, entre todas as arrecadações que caíram, essa subiu. Essa taxa subiu! Então, o que aconteceu? Abriu-se um crédito extraordinário dessa taxa de arrecadação do vestibular para dar autorização para que as universidades pudessem usar esse dinheiro para melhorar as condições para fazerem os seus concursos. Taxa de vestibular e, mais, arrecadação de concurso público, porque foram pessoas que pagaram para fazer o concurso, e aí também a universidade tinha que dar a estrutura, aumentar a estrutura para garantir que todos os que se inscreveram no concurso pudessem fazê-lo.

A outra parte foi por superávit financeiro. O que é superávit financeiro? São exatamente essas arrecadações que são vinculadas – portanto, de universidades, de institutos –, arrecadações feitas no ano passado e que não foram usadas. E ficaram lá em aberto. Não podiam ser usadas para outra coisa. Então, o que se fez? Usou-se exatamente esse superávit do ano passado, que não poderia ser usado para mais nada, para que a universidade pudesse usar.

Ora, onde é que está a ilegalidade disso? Isso não tem nada a ver com o superávit primário! Tem a ver com uma receita específica! Todos os créditos extraordinários foram abertos assim: ou por excesso de arrecadação ou por superávit financeiro de fontes vinculadas, que não se podia usar para outra coisa.

E, ainda que fosse de fonte genérica, a chamada Fonte 100, que dá para usar para qualquer despesa, quando nós aprovamos o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, nós aprovamos, independentemente de quem aqui votou contra, este Congresso Nacional aprovou, esta Casa aprovou, e nós regularizamos tudo, porque nós dissemos o seguinte...

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... para o País: “Nós não vamos ter superávit, nós vamos ter déficit este ano, para poder equalizar as contas”.

Então, onde está o crime da Presidenta Dilma nisso? Onde está o crime?

Por isso que o Relator das contas da Presidenta Dilma tem dúvidas, escreve que tem dúvidas no relatório, mas, mesmo assim, orienta para que se abra o processo!

Que tipo de processo nós vamos ter? Eivado de vícios, que não tem base constitucional e que tem a dúvida do Relator. É uma aberração isso!

Não pode dar certo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras! O que nós vamos ter é uma instabilidade política maior do que a que estamos tendo, porque, além de não ter alguém legitimado pelo voto direto assumindo a Presidência, se acontecer esse golpe, ainda vai ser um golpe feito por subterfúgios, sem base legal e sem base constitucional. Isso o nosso Ministro José Eduardo Cardozo deixou claro.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Afirmou que a meta fiscal não foi atingida, que não há dolo, porque o TCU também aceitou esse tipo de decreto durante anos!

Aliás, é importante dizer aqui que, entre esses decretos que a Presidenta fez, fazendo crédito extraordinário, havia um do TCU também, que eles mandaram para a Presidenta. O Tribunal de Contas da União mandou para a Presidenta da República um crédito extraordinário baseado nas mesmas premissas – olhe que engracado –, e aí aponta o dedo para ela. Então, não dá para aceitar como isso está acontecendo.

O Ministro Cardozo disse ainda que, quando a Presidenta editou os decretos, não havia uma discussão sobre o assunto. O Relator disse que a má-fé da Presidenta vem do fato de que já era de amplo conhecimento o caráter proibitivo da conduta dos decretos no momento em que ela baixou. É mentira! É mentira, porque, nos outros anos, isso nunca foi relevante, nunca foi destacado. E é mentira porque o Tribunal de Contas fez o mesmo! Como pode dizer que a Presidenta conhecia? Má-fé é desse Relator.

(Soa a campainha.)

O Advogado-Geral da União argumentou que, mais de um mês antes da edição dos decretos, o Tribunal ainda não havia mencionado esses documentos.

O Advogado-Geral da União, José Eduardo Cardozo, comparou as acusações contra a Presidenta Dilma Rousseff com as feitas contra o Senador Aécio Neves [...] e contra o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha [...].

Aécio é acusado de coordenar um esquema de corrupção em Furnas [citou o Ministro Cardozo] e citado várias vezes por delatores diferentes na Operação Lava Jato. Cunha é réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção [...] e lavagem de dinheiro e dono de contas bancárias não declaradas na Suíça, por onde recebeu ao menos US\$5 milhões em propinas.

“É de receber dinheiro de Furnas que Dilma é acusada? É de ter contas no exterior” [questionou Cardozo]? “Sobre o que ela tem que responder” [...]?

Cardozo lembrou ainda que Cunha teve direito a vários recursos em seu julgamento, diferente da Presidenta, e lembrou que as chamadas ‘pedaladas fiscais’ já eram práticas conhecidas e aprovadas por tribunais de contas e pelo Congresso em governos anteriores. “Por que a nossa é de má-fé e a outra é correta?” [perguntou o Ministro].

Segundo o chefe da AGU, o processo de *impeachment* é nulo por vícios de origem. Portanto, esse processo vai iniciar; se ele continuar, os debates nesta Casa vão continuar, os questionamentos vão continuar, e a instabilidade política vai continuar, porque esse processo não tem base, o relatório do Relator, Deputado Jo-vair Arantes, não tem sustentação.

Cardozo encerrou o discurso reafirmando que o processo de Dilma não tem, segundo ele, base legal. Para o ministro, um eventual impeachment da Presidenta "violaria" a "democracia" e o "Estado de direito".

"Eu defendo que essa violação jamais fará surgir um governo com legitimidade. [Essa violação jamais fará surgir um governo com legitimidade.] A história não perdoa violência à democracia. Em que pese a Constituição preveja o *impeachment*, esse relatório mostra que não há base legal, e, por isso, esse processo de *impeachment* não deve ser chamado *impeachment*, deve ser chamado golpe, golpe de abril de 2016".

É assim que vai ser conhecido, na nossa história, esse processo, e é assim que vão ser conhecidos como golpistas todos aqueles que votarem com ele.

E quero dizer aqui, Senadora Vanessa, que os atos que nós estamos vendo de manifestação contra o golpe são atos da sociedade, legítimos; não são organizados pelo Partido, não são organizados pela Base aliada, pela Bancada do PT ou do PCdoB; são atos de artistas, são atos de intelectuais, são atos de professores, são atos de pessoas que viveram a ditadura militar, que tiveram o que significou a restrição de liberdade e hoje lutam, com todas as suas forças, para que não repitamos esse golpe.

Haverá uma manifestação belíssima no Rio de Janeiro, com diversos artistas – Chico Buarque e Caetano – e com o Presidente Lula, hoje, nos Arcos da Lapa, exatamente para defender a democracia.

(*Soa a campainha.*)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Um ato belíssimo contra o golpe de pessoas que sabem o valor das conquistas democráticas, porque a conquista da democracia não é um vazio, é a conquista de direitos trabalhistas, dos direitos das mulheres, da dignidade das pessoas. É a conquista de programas que tiraram pessoas da miséria, é a conquista dos trabalhadores ao longo da história deste País.

Portanto, Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, cabe a nós, como guardiões da Constituição, perseverar e lutar para que não se faça, não se cometa o golpe na história deste País, para que abril de 2016 não fique conhecido, no calendário da nossa história, como o mês do golpe.

Muito obrigada.

(*Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, a Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.*)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

Como orador inscrito, o Senador Ricardo Ferraço. (Pausa.)

Depois, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e fundamentalmente os capixabas que nos acompanham pela TV Senado, eu peço licença aos meus colegas, às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Por um instante eu não vou me dedicar evidentemente ao tema da semana, um tema absolutamente decisivo na história do nosso País, considerando a efetividade, a evidência dos crimes de responsabilidade cometidos pela Presidente Dilma, crimes esses consagrados no art. 85 da Constituição Federal, por atentar contra a probidade administrativa e contra a lei orçamentária, premissas fundamentais para a manutenção, a estabilidade, a sustentação das importantes políticas públicas, que fazem uma enorme diferença, sobretudo no dia a dia de milhões de brasileiros que demandam o funcionamento eficiente do Estado.

Não, Sr^a Presidente. Eu quero falar hoje de um grande capixaba, um empreendedor que nós perdemos no último sábado. Eu quero me referir aqui à vida exitosa e de sucesso do Sr. Vallecio Chieppe, que faleceu no último sábado, aos 87 anos. Ele enfrentava, desde os anos 90, o mal de Alzheimer, e morreu na manhã do último sábado.

Nascido em Colatina, o empresário e empreendedor Vallecio Chieppe, em 1946, foi um dos fundadores do Grupo Águia Branca, junto com os irmãos Wander e Aylmer. Hoje, esse conglomerado de grande referência e de grande orgulho para os capixabas, que teve origem com o primeiro ônibus comprado ainda pelo patriarca da família, pai de Vallecio Chieppe, o Sr. Carlos Chieppe, tinha Vallecio como trocador.

Vejam a história de sucesso de alguém que acredita no trabalho, na capacidade de empreender, de ousar, de criar, de produzir graça, porque quem produz emprego, produz oportunidade.

Esse grupo, que começou lá atrás com apenas um ônibus, em que Vallecio Chieppe era o trocador, é um grupo empresarial que hoje fatura R\$5 bilhões e produz, em terras capixabas e em tantos outros Estados brasileiros, mais de 15,5 mil empregos. Com 11 empresas sob o seu domínio, sob o seu guarda-chuva, o grupo

Águia Branca, o maior grupo genuinamente capixaba, atua em todo o Brasil nos serviços de transporte aéreo, rodoviário de passageiros, logística e comércio de veículos.

Além de ter fundado um conglomerado de grande sucesso, o Sr. Vallecio Chieppe deixa um legado de liderança, de sua capacidade empreendedora e de trabalho, muito trabalho.

O Sr. Vallecio nasceu em 1928 e, já com sete anos, começou a trabalhar no comércio de secos e molhados em sua cidade natal, Colatina, ao norte de nossa capital, Vitória, ao lado de seu pai, Carlos Chieppe. Em 1946, o Sr. Carlos Chieppe comprou o primeiro caminhão para transportar café, base de sustentação do nosso Estado, não apenas sustentação econômica, mas também social. No mesmo ano, o veículo é substituído por um ônibus para trafegar pelas cidades mineiras de Governador Valadares e Teófilo Otoni. O Sr. Vallecio era o trocador dessa linha.

Em 1956, o Sr. Vallecio Chieppe, filho mais velho do Sr. Carlos, comprou a empresa de ônibus Águia Branca, com 12 veículos que faziam as ligações entre as cidades de Águia Branca e Colatina, todas elas no norte do nosso Estado. Em 1975, já com 50 ônibus, a viação Águia Branca inaugurou o Parque Rodoviário de Campo Grande, em Cariacica.

No final dos anos 70, o grupo iniciou a diversificação de suas atividades econômicas, investindo em fretamento. Hoje, uma de suas empresas, que é a Vix, tem frota de mais de 7 mil veículos e atua em todo o Brasil e também no exterior.

No mesmo período, o grupo entra no mercado de automóveis. Hoje, o grupo já dispõe de 30 concessionárias não apenas no Espírito Santo, mas em tantos outros Estados da Federação brasileira.

O Sr. Vallecio Chieppe deixa, portanto, um legado, uma catedral de bons ensinamentos, de boas orientações. Ele é o que há de melhor da expressão capixaba, da capacidade empreendedora. Como tantos capixabas, é descendente de imigração italiana, que deu muito duro na vida, que acreditou no trabalho, na capacidade de organização, de planejamento, de perseverar e que, ao longo da sua trajetória, deixou um exemplo muito grande para filhos e netos. É uma família de que, de fato, todos nós capixabas temos muito orgulho e muita referência, por ser um grupo que acredita não apenas em nosso Estado, mas em nosso País. Apesar das crises e dos ciclos econômicos inconstantes e incertos, continuou acreditando e trabalhando pela construção e pela prosperidade do nosso Estado, sobretudo na construção da oportunidade compartilhada e da geração de tantos empregos em terras capixabas.

De modo que faço aqui a minha sincera e honesta homenagem ao grande legado deixado pelo Sr. Vallecio Chieppe, que expressa e é referência da extraordinária capacidade empreendedora do povo capixaba.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Ferraço.

Passo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o que tem a ver com a Operação Lava Jato e com o *impeachment* da Presidente da República o desemprego, o caos na saúde pública deste País e a monumental dívida pública que sufoca os setores produtivos deste País? Tudo a ver, Srs. Senadores.

No debate de causas e consequências, certamente nós entenderemos que há uma relação direta entre Operação Lava Jato, corrupção no País, *impeachment* da Presidente da República e as mazelas que afligem o povo brasileiro.

A dívida pública do nosso País – o Senador Ataídes tem se dedicado a estudar em profundidade as causas e as consequências dessa monumental dívida – hoje passa de R\$4 trilhões.

No ano que se foi, gastamos R\$962 bilhões no refinanciamento dessa dívida. Isso significa que aplicamos a metade do que arrecadamos no País.

E temos comparativo com o que ocorre em outras nações. A Alemanha, por exemplo, consome menos da metade do que gastamos para a administração da dívida pública de lá; menos da metade, proporcionalmente.

Para 2016, a previsão orçamentária destinada ao pagamento de juros, amortização e refinanciamento da dívida é de R\$1,348 trilhão. Até 2018, nossa dívida alcançará 85% do PIB. É uma tragédia. E o Governo não se preocupa com essa tragédia porque, em nenhum momento, se vê criatividade da parte do Governo para buscar alternativas a fim de que se administre da melhor forma esta monumental dívida. Sem que isso ocorra, certamente não encontraremos alternativas de solução para tantos problemas que impedem o crescimento econômico do Brasil. Certamente não haverá solução para o caos na saúde, para a inflação, para a recessão, para o desemprego, para a crise econômica brutal que nos assola. Não haverá solução!

Quando se indaga qual a relação entre Operação Lava Jato e dívida pública, é preciso dizer que, certamente, a dívida pública cresceu mais do que deveria ter crescido em função da corrupção que se alastrou e alcançou todas as esferas da Administração Pública brasileira, com pagamento de propinas, com

superfaturamento de obras e com empréstimos mal explicados a grandes grupos econômicos e a outras nações, aos quais vamos nos referir neste discurso.

Mas, antes, cedo ao Senador Ataídes Oliveira um aparte, com satisfação.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Não quero atrapalhar o discurso de V. Ex^a, mas não poderia deixar de pedir um aparte ao colega, ao amigo, porque V. Ex^a fala, dessa tribuna, em uma segunda-feira à tarde, sobre a causa principal de todo o desastre deste Governo. Nós temos a crise política, nós temos a crise moral, mas a crise econômica é o grande problema. E V. Ex^a fala com muita precisão, com muito conhecimento. Em janeiro de 2003, o Brasil devia R\$852 bilhões de dívida interna e externa, incluindo o financiamento junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Hoje, como V. Ex^a disse, o Brasil já ultrapassa os R\$4 trilhões de dívida interna e externa pública. Esse é o grande problema do País. No ano passado, pagamos R\$501 bilhões de juros para uma receita corrente de R\$1,221 trilhão. Tenho dito sempre que arrecadamos de tributos R\$1,221 trilhão e pagamos R\$501 bilhões de juros. Essa é a grande catástrofe, Senador Alvaro, a que ninguém se ateve ainda. Como resultado desses R\$501 bilhões de pagamento de juros vimos as pedaladas, pois não há dinheiro para manter o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Brasil Carinhoso, o Brasil Soridente, o Pronatec, o Fies. Tenho um amigo que é dono de faculdade que me disse que está há três meses sem receber o Fies. Por quê? Porque o dinheiro do povo é utilizado tão somente para pagar os juros dessa dívida, já que o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma gastaram R\$3 trilhões, e gastaram erradamente, fazendo, como V. Ex^a afirmou, empréstimos secretos a Cuba, Angola, Venezuela e tantos outros países, sem falar da corrupção generalizada que se tornou sistemática em nosso País. O grande problema do Brasil é a essa dívida de R\$4 trilhões. E não sei quando vamos conseguir suplantar, superar esse mal que o PT deixou a todos nós brasileiros. Eu não poderia deixar de dizer isso e atrapalhei o seu discurso, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Ao contrário.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Muito obrigado, Senador Ataídes. V. Ex^a valoriza este modesto pronunciamento e destaca a importância dos valores. Nós vamos gastar neste ano – e está previsto no Orçamento – R\$1,348 trilhão, e vamos investir apenas R\$45 bilhões. Esse é o valor previsto no Orçamento da União para investimentos no País. Isso deveria ser investimento de um Estado e é o investimento previsto para o País.

Portanto, essa é a tragédia que nós estamos vivendo.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Concede-me um aparte, Senador Alvaro?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Vou conceder com satisfação.

E alguns preferem discutir preciosismos jurídicos, quando se trata de discutir o *impeachment* da Presidente. Há aí um conjunto da obra que justifica uma discussão mais alargada, mais abrangente desse processo de *impeachment*.

Mas eu vou conceder o aparte à Senadora Gleisi, com satisfação.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não será pela situação da dívida, não é, Senador Alvaro Dias, a questão do *impeachment*, porque aí todos os outros presidentes teriam que ter sido “impichados”. Aliás, com mais argumentos do que ela, porque se há uma situação ...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Eu ainda vou chegar nisso aqui.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... em que se tratou melhor a dívida foi nos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Eu acho que é bom esclarecer à população sobre o que significa a dívida e a dívida bruta a que V. Ex^a se refere e que está atingindo um percentual maior do nosso Produto Interno Bruto. Nós temos duas dívidas – uma bruta e uma líquida. A dívida bruta leva em consideração as reservas internacionais que nós temos e essas reservas são em dólar. Portanto, a variação do dólar impacta diretamente na nossa dívida bruta. Quando nós reduzimos as reservas, nós reduzimos a dívida bruta. Por que na época do governo Fernando Henrique nós não tínhamos dívida bruta tão grande, aliás, nem tínhamos? Porque nós não tínhamos reservas. Só que nós tínhamos uma dívida líquida que equivalia exatamente ao que equivale hoje a dívida bruta. Então, não vamos misturar as coisas, porque isso não tem nada a ver com desvios de recursos da Petrobras. Desvios de recursos da Petrobras têm que ser apurados, têm que ser punidos. E a Lava Jato está fazendo isso, e o Governo da Presidenta Dilma deu todas as condições para isso ser feito. Só não vamos confundir, dizer que a dívida é por conta disso. A dívida tem a ver com a reserva que nosso País tem, a reserva cambial que sustenta, inclusive, o Brasil hoje para fazer frente a uma das maiores crises econômicas que nós já vivemos, que assola o mundo e, portanto, o Brasil também. A dívida líquida nossa hoje está numa faixa de uns 36% do Produto Interno Bruto. É uma das mais baixas que nós já tivemos, Senador Alvaro Dias, uma das mais baixas. E a questão da dívida se refere à emissão de títulos e também à rolagem da

dívida dos Estados. Não tem nada a ver com dívida para sustentar programa social. O que concordo com V. Ex^as é em relação a juros, realmente não podemos ter uma taxa de juros de 14,26%, isso é escandaloso e isso tem impacto no orçamento para pagar a conta. Agora, esta Casa aqui, quando se estava fazendo a discussão de redução de juros, quando a Presidente reduziu juros a um dígito, a 7,25, não se levantou para defendê-la, muito pelo contrário, começou a falar que inflação estava começando e que tinha que aumentar juro. Esta Casa foi conivente com o aumento de juros, se deixou levar, ninguém aqui sustentou que a Presidenta fazia naquela época, reduzindo os juros, melhorando a situação da economia. Agora vem falar de juro alto! Também sou contra juro alto, e acho que hoje temos um problema orçamentário por juro alto, por isso que defendo que não tenhamos superávit primário este ano, que tenhamos déficit, porque resultado primário não é um fim em si mesmo, é um instrumento de política fiscal, e, quando a economia tem dificuldade, o Estado tem a obrigação de ajudar a economia a crescer. Portanto, não temos que pagar parte dos juros e temos, sim, que honrar com os compromissos dos programas sociais e dos programas que fazem a sustentação do Brasil. Queria deixar isso claro para não passar para a população que a composição da nossa dívida tem a ver com essa situação da Lava Jato. Não dá para ter discurso simplista aqui e enganar a população.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Nós vamos ver, a seguir, quem engana a população.

Eu não estou aqui para enganar a população; ao contrário, eu estou aqui para repudiar os arautos da contabilidade criativa, adotada pelo Governo, para mascarar a realidade das contas públicas deste País.

O que a população tem que indagar – e eu, em nome dela, modestamente, humildemente, indago desta tribuna – é: como pode um Governo gastar um 1,348 trilhão para amortização, refinanciamento da sua dívida pública? Essa é a questão. Não vamos discutir números da dívida bruta, da dívida líquida, são questões complicadas para o grande público do País. Agora, o que interessa saber é como esse povo é obrigado a pagar 1,348 trilhão em um ano de juros e serviços da dívida? Que dívida monumental é essa?

Se outro país – eu citei aqui a Alemanha, mas poderia citar outros – gasta proporcionalmente a metade do que nós gastamos. Então, é evidente e é óbvio que a dívida pública tem como causa principal a corrupção. Eu vou fazer abordagem sobre os empréstimos do BNDES. E é por essa razão que eu vinculei a dívida pública do Brasil à Operação Lava Jato, porque, se Operação Lava Jato chegar – e vai chegar – ao BNDES, certamente revelará fatos estarrecedores, que dizem respeito a empréstimos concedidos a grupos privilegiados e a nações também privilegiadas nesse conserto da política internacional, em razão das preferências visíveis do Governo brasileiro. Eu me refiro, por exemplo, a Cuba, a Angola, à Venezuela e a outros países.

Eu vejo que o Senador Ataídes também deseja fazer um aparte. E, antes de prosseguir, então, para concluir essa etapa do pronunciamento, eu o concedo a V. Ex^a.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador Alvaro, eu acho que nós temos realmente de levar informações ao povo brasileiro. Veja só o que nós acabamos de escutar, Senador: que se for falar de dívida, tem de falar de outros governos. Eu disse aqui há poucos minutos que, em janeiro de 2003, o Brasil, depois de quinhentos anos, devia R\$852 bilhões, incluindo a dívida externa. Depois de treze anos do Governo PT, o Brasil, então, passou a dever mais de R\$4 trilhões! Será que estou maluco? Nós devíamos menos de um trilhão ou nós devemos mais quatro trilhões? Há mais um fator interessante: a dívida bruta inclui a dívida líquida. Se contar...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Números absolutos não valem, Senador.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Se contar isso para um economista, ou para um contador ou para qualquer outra pessoa pensante, ela vai ficar estarreída.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A dívida é em proporção ao PIB.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ouvindo de uma Senadora da República, vai ficar estarreido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Os arautos da contabilidade criativa não.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Isso em proporção ao PIB.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Vou repetir, Senador. A dívida....

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Quanto era o PIB na época do Fernando Henrique Cardoso?

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – A dívida pública inclui a dívida líquida.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A dívida bruta inclui a líquida.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Olha que coisa mais esdrúxula que eu já pude ouvir em toda a minha história: a dívida pública bruta é a que V. Ex^a está se referindo, que é mais de R\$4 trilhões. E é essa que interessa. As reservas cambiais, hoje, de US\$373 bilhões – isto é fato, isto é importante para a nossa economia – são um colchão de reservas que o nosso País tem. E eu digo, Senador Alvaro, se essas reservas não existissem hoje, imagine como as três agências – a Fitch, a Moody's e a Standard & Poor's – teriam colocado a

nota deste País.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Como colocaram nas décadas de 80 e 90.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu estou com a palavra, Senadora. Não interrompi V. Ex^a. Então, Senador Alvaro, é uma barbaridade. Eu até aceito esse discurso do PT, porque é a única forma de eles ainda continuarem respirando por mais alguns dias. Agora, nós temos que levar a verdade para o nosso povo. V. Ex^a colocou... Não estou aqui para enganar, não, mas os US\$3 trilhões gastos no Governo do PT foram para a corrupção – uma boa parte deles, sim. Isso é verdade, isso é fato! Não há como escondermos isso, e o povo brasileiro sabe disso. Quando se fala de golpe, que a oposição está querendo dar golpe, não. Hoje, são 80 milhões de brasileiros. No dia 17, este País, nos quatro cantos, vai balançar com essa manifestação do povo brasileiro pedindo a saída deste Governo do PT. Então, eu quero, novamente, Senador Alvaro, parabenizar V. Ex^a, porque V. Ex^a tocou no ponto crucial de toda a história do nosso País. Isso eleva a taxa Selic a 14,25%. Ninguém mais quer produzir, ninguém mais quer trabalhar, ninguém mais acredita neste Governo. O Parlamento, hoje, está de costas para este Governo. Enfim, o problema são os R\$4 trilhões que o Brasil está devendo, que o ex-Presidente Lula e a Dilma, irresponsavelmente, gastaram – R\$4 trilhões. Obrigado, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Nós temos que repudiar essa nefasta contabilidade criativa, que procura escamotear a realidade das contas públicas no Brasil.

Em relação à dívida pública, é uma tentativa desrespeitosa, porque a população brasileira sofre as consequências dramáticas desse endividamento irresponsável, que, lastimavelmente, se deu no Brasil nos últimos anos.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Um dos instrumentos desse endividamento se chama BNDES.

O Governo se utiliza do BNDES como instrumento – é claro, na esteira da contabilidade criativa, com as pedaladas hoje conhecidas nacionalmente –, como uma artimanha, um artifício para tumultuar a administração pública com uma contabilidade anarquizada. O BNDES passou a ser, portanto, um instrumento de políticas desonestas adotadas pelo Governo.

Isso começou com a alteração do Decreto Presidencial nº 6.322, no dia 21 de dezembro de 2007. O Presidente da República decidiu alterar o Estatuto Social do BNDES, modificando o inciso II do art. 9º do Estatuto para permitir que o banco financiasse a aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior. Foi uma operação mágica do Governo. Ele tirou da cartola, porque o que se fez foi jogar para fora do Brasil bilhões de reais para atender o interesse de outras nações.

De 2008 a 2014, a consequência foi a seguinte: o Governo Federal transferiu, com juros mais baixos, juros privilegiados, ao BNDES cerca de 716 bilhões. No ano de 2008, 159 bilhões de recursos do FAT, PIS, Pasep e FGTS foram destinados ao BNDES. E, em 2014, o valor acumulado chegou a 243 bilhões.

São recursos do trabalhador! O Governo vem subtraindo dos trabalhadores brasileiros o ganho que não poderia, em hipótese alguma, subtrair. O Governo tem colocado a mão grande, portanto, no bolso dos trabalhadores brasileiros. Esses 243 bilhões são recursos de trabalhadores, através do FAT, do FGTS. O Governo não tem esse direito. O Governo comete uma injustiça descomunal ao retirar de trabalhadores, remunerando-os com juros inferiores, para repassar a grandes grupos econômicos privilegiados, os mais próximos de quem governa o País.

Além desses R\$243 bilhões, os aportes do Tesouro para o BNDES foram de R\$43 bilhões, em 2008, e o acumulado em 2014 chega a R\$473 bilhões. Portanto, com a soma das duas fontes, nós chegamos a R\$716 bilhões!

O dinheiro que o Governo pegou emprestado no mercado financeiro, R\$473 bilhões, transferiu ao BNDES para atender ao programa – o programa falido – denominado Campeões Nacionais, e também à sua política terrível de empréstimo a outros países para que eles contratassem grandes construtoras brasileiras para construir além-mar o que falta no Brasil: infraestrutura.

E aí, Senador Ataídes, quando nós tivermos a possibilidade de ver os investigadores chegando a essa seara, a esse campo, onde se encontrará um verdadeiro chavascal de imoralidades, certamente ficará comprovado que a dívida pública brasileira tem, sim, tudo a ver com a corrupção e, portanto, tem tudo a ver com a Operação Lava Jato, tem tudo a ver com o *impeachment* da Presidente da República.

Nós não estamos aqui para enganar ninguém. Estamos aqui para tentar, modestamente, com humildade, reproduzir a realidade dos fatos. Olha,

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – ... de 2003 a 2013 o BNDES emprestou US\$8,6 bilhões, sendo que Angola abocanhou 33%. Angola, 33%! Argentina, 22%; Venezuela, 14%; e Cuba, 7%.

Nós sabemos que irregularidades foram praticadas na concretização desses empréstimos. Vou citar um exemplo: para a construção do Porto de Mariel, a 40 quilômetros de Havana, o prazo foi de 25 anos. Vinte e cinco anos! Ocorre que, pelas regras, pelas normas estabelecidas, o prazo não pode superar 15 anos. Nesse caso, dez anos além. O empréstimo cubano teve o prazo mais...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – ... longo entre as obras financiadas...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – ... fora do País. A maioria dos empréstimos foi feita em prazo próximo a 15 anos.

A propósito, o empréstimo concedido à República de Gana – aliás, é um País extremamente democrático, Senador Ataídes Oliveira – recebeu privilégios na operação, prazo de empréstimo.

Enfim, eu ouço a campainha perturbando, mas eu peço mais alguns minutos, Srª Presidente, para que eu possa concluir.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senador, só um segundinho.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Pois não.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não dou conta de ficar calado. V. Exª traz novamente ao povo brasileiro uma informação extraordinária sobre esses empréstimos concedidos pelo banco público – e é bom de se dizer que é um dos maiores bancos públicos do mundo – BNDES. Através de uma emenda do Senador Serra, subscrita por mim, o BNDES teve agora, em janeiro deste ano, que dar publicidade sobre os prejuízos verificados nesses empréstimos malfeitos Brasil mundo afora. E publicou o seguinte, Senador Alvaro, só para conferir com tudo que V. Exª está dizendo: de 2008 a 2015, o BNDES teve um prejuízo de R\$123 bilhões tão somente com esses empréstimos errados. E a previsão é que, até 2060,...

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... vai chegar a R\$323 bilhões. Eu não poderia deixar de dar essa informação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Vejam, o próprio site do banco é que diz que esses empréstimos têm um prazo estipulado em 15 anos, no máximo, não podem ultrapassar 15 anos. Pois bem, o prazo das operações com Cuba é um prazo de 25 anos, e a operação com Gana foi de 19 anos e meio. É importante ressaltar que Cuba é um dos países com pior nota de risco de crédito do Planeta. Quando é que o Brasil vai ver esses recursos retornando?

Aliás, há pouco tempo, nós resistimos, na Comissão Assuntos Econômicos, à concessão de perdão à dívida de países africanos, inclusive, países com governos corruptos e ditoriais, que assaltam os cofres públicos e maltratam a população de forma sanguinária. E o Governo brasileiro propondo o perdão de dívida a esses países.

Não há dúvida, Senador Ataídes, aí nós temos Paquistão, Venezuela, temos empreiteiras com obras em Moçambique, US\$320 milhões em Moçambique, por exemplo.

Isso é uma tragédia para o País! Não há ação mais desavergonhada na Administração Pública do que essa de fazer empréstimos secretos, bilionários, a países sem condições de retorno, a países ditoriais.

Nós não queremos defender a democracia? Aqui se fala tanto em democracia e vamos alimentar ditaduras mundo afora?

Ora, Srs. Senadores, o BNDES não vai receber o que emprestou. Essa é uma previsão lamentável, mas ela tem que ser feita.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – E não há dúvida de que há aqui o envolvimento de empresas: R\$10 bilhões emprestados ao Grupo EBX de Eike Batista; o Porto do Açu, empreendimento levado a cabo, recebeu empréstimo no valor de R\$6,7 bilhões; a OSX, R\$399 milhões; aportes para empresas ligadas ao Sr. José Carlos Bumlai.

Enfim, é evidente que a mão da Lava Jato vai chegar ao BNDES. E é por isso que eu afirmei aqui não para enganar a população brasileira, como se referiu a Senadora, mas para esclarecer, com a obrigação de quem tem o dever de participar deste debate com sinceridade e sobretudo buscando a verdade.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Nós não podemos ser tolerantes com o fracasso. Nós não podemos ser tolerantes com a corrupção. Nós não podemos ser tolerantes com a prepotência. O Brasil não é um país de fracassados. O Brasil não é um país de prepotentes. O Brasil não é um país de corruptos. A corrupção está restrita a essa faixa da elite política brasileira e ela tem que ser espancada com todas as forças.

É por essa razão que, quando eu vejo essa discussão sobre o *impeachment* cingir-se apenas a detalhes jurídicos, com a utilização de expedientes que dizem respeito a preciosismos jurídicos para defender o mandato da Presidente da República, eu fico pasmo, porque o que o povo brasileiro hoje exige é uma mudança radical do sistema de governança, que começa evidentemente pela punição dos responsáveis pelo descalabro administrativo e pelo maior escândalo de corrupção da nossa história.

E a penalização dos responsáveis, certamente, passará pelo *impeachment* da Presidente da República.

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Srª Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ofereço a palavra ao Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente, Senador Fernando Bezerra. Venho hoje a esta tribuna para fazer uma pergunta, principalmente a este Parlamento e ao Governo Federal. A pergunta é: Por que o PT quer continuar governando o País? Por que o PT quer continuar no poder? Esta é a minha pergunta de hoje, diante dessa crise política, moral e econômica. As crises política e moral estão muito perto do seu fim, mas a econômica, não.

E aqui, Senador Alvaro, V. Ex^a colocou o motivo maior desse desastre, que é a dívida interna e externa bruta do nosso País, que ultrapassou os R\$4 trilhões. E no ano passado pagamos R\$501 bilhões de juros dessa dívida. Ela é a causa principal de tudo isto. Se este Governo não tivesse metido a mão no dinheiro público e não tivesse gastado R\$3 trilhões, esse Governo não estaria hoje a ser julgado pelo povo brasileiro e por este Congresso Nacional, porque não teria mexido no bolso de todo o povo brasileiro. Mas irresponsavelmente gastaram R\$4 trilhões.

Em 2003, é bom que se diga, o Brasil devia R\$852 bilhões, a dívida interna e externa bruta, depois de 500 anos de País, de Brasil. Treze anos depois do PT, R\$4 trilhões, Senador Alvaro.

V. Ex^a hoje tocou no ponto alto desse desastre desse Governo. E venho aqui exatamente para perguntar: por que esse Governo quer continuar no Poder? A crise política e moral, essa vai ser resolvida, e a econômica? Eles têm capacidade, competência de consertar essa irresponsabilidade, esse crime que cometem em nosso País?

Senador Alvaro, eu lhe passo um aparte com todo o prazer, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PV - PR) – Muito obrigado, Senador Ataídes. V. Ex^a, certamente, pela formação que tem, ligada à contabilidade, a números, à economia, é um dos Senadores mais indicados a opinar sobre essa questão crucial para o País, que é a da dívida pública. O que me faz pensar sua pergunta sobre por que querem continuar governando o País... Se não tiveram competência nos últimos anos para resolver problemas, se levaram o País a essa tragédia econômica, social – inflação, recessão, desemprego, etc. –, se não tiveram competência, por que insistem em continuar governando este País? Se afundaram a Nação em um grande escândalo de corrupção, por que insistem em continuar governando o País? Em vez de pedir desculpas e ir embora, insistem em permanecer com a arrogância de sempre. Esse Governo sempre foi arrogante, mas eu imaginava que, num momento de infelicidade absoluta como a atual, como arautos de uma tragédia, como artífices da desgraça que assola o Brasil, fossem mais humildes, mas continuam prepotentes, continuam arrogantes. Lastimavelmente, é um Governo de incompetência, é a consagração da incompetência de forma absoluta, é um Governo de corrupção e é um Governo de prepotência. V. Ex^a tem razão de fazer essa pergunta. Parabéns.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Alvaro.

E V. Ex^a, ao longo dessa última década, desses últimos 13 anos – eu acompanhei o trabalho de V. Ex^a, Senador Alvaro –, esteve sempre nesta tribuna, falando sobre as gravidades dessa gestão do PT. Mas, conforme bem V. Ex^a colocou, é um Governo arrogante, é um Governo totalitário, autoritário. Ele não escuta a oposição.

E agora é esta situação que está aí.

Na verdade, Senador Alvaro, Presidente Bezerra, PT brincou com o País, o PT brincou com o povo brasileiro. Luís Inácio Lula da Silva e Presidente Dilma brincaram de governar este País, brincaram. Essa é a realidade.

Eu vejo o seguinte, Senador Alvaro. Se nós já sabemos e o povo brasileiro sabe que este Governo não tem mais condições mínimas de governar este País, eu pergunto mais uma vez: por que eles querem permanecer no Governo, inclusive loteando o País novamente? Por que eles estão fazendo isso? A imprensa está aí a noticiar. Mais de 600 cargos estão sendo negociados. Estão comprando apoio. Outro mensalão, só que um mensalão de alto nível, comprando apoio, mais de 600 cargos de ministros, diretores de estatais, autarquias, fundações, com salários de R\$13 mil a R\$30 mil, liberando emendas para Parlamentares.

Está-se falando, inclusive, em pagamento de R\$2 milhões por um voto de um Deputado Federal. Espera aí, isso é caso de cadeia. Tem que botar na cadeia quem está oferecendo e quem poderá pegar esse dinheiro. Eu não acredito que algum Parlamentar venha a se vender. O rombo que está aí pela frente, a se falar, para evitar esse *impeachment* é algo em torno de R\$35 bilhões. Este Governo é maluco.

Era hora de este Governo falar “não”, a coisa deu errado. É assim que fazem as pessoas de bem, as pessoas honestas, as pessoas que amam o seu país. E a gente vê isso muito mundo afora. A coisa dar errado, isso é normal. Renuncie. Como acabei de ver recentemente no Japão e em outros países. Renuncia, mas ela não renuncia. Preferem comprar este Parlamento e permanecer no Governo.

Aí volto a perguntar: o PT quer continuar governando para resgatar a credibilidade? Não. Ninguém mais confia na Presidente Dilma. Ninguém se sente seguro para investir neste País.

Quer permanecer no Governo para consertar os estragos econômicos? Não. Já está provado que o PT não tem competência; isso está provado, todo mundo sabe. O Governo não tem competência, então ele não quer permanecer no Governo para consertar o estrago econômico. Nós acabamos de dizer aqui dos R\$4 trilhões de dívida.

O PT quer permanecer no Governo para recuperar a credibilidade no Congresso Nacional? Também não. A Presidente Dilma perdeu sua Base de Apoio, e ela nunca mais vai recuperá-la.

O PT quer continuar no poder para resgatar o moral do povo brasileiro?

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PV - PR) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Não. Não, Senador Alvaro, porque o PT não tem qualidades morais. O Governo é indecente, não conhece os conceitos de honestidade, eficiência, moralidade, impessoalidade e meritocracia; não conhece o art. 37 da nossa Carta Maior. Esse Governo é irresponsável, eu tenho dito isso. E isso me leva à indignação, Senador Alvaro. Se esse Governo tivesse conhecimento do art. 37 da nossa Carta Maior, eles não teriam feito isso que fizeram.

Eu lhe passo o aparte, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PV - PR) – Senador Ataídes, apenas para trazer ao seu discurso uma informação recente, agora, deste momento, *on-line*. Em áudio, Temer fala como se Câmara já tivesse aprovado o *impeachment*. Veja o ato falho, Senador Ataídes. O Vice-Presidente da República, através da assessoria, encaminhou a integrantes do PMDB uma mensagem em que fala de “governo de salvação nacional” já como se tivesse ocorrido o *impeachment*. E o que é mais grave: a assessoria disse que a divulgação por WhatsApp foi sem querer e foi um ensaio. Ou seja, o Vice-Presidente já está ensaiando, considera favas contadas o *impeachment* da Presidente. Eu aproveito o discurso de V. Ex^a para fazer este registro, porque isso demonstra o Governo que nós temos. É Presidente, é Vice-Presidente... Olha, é muita trombada no bom-senso; é muita trombada no respeito que se deve devotar à população; é trombada naquele valor fundamental da lealdade, da coerência. Enfim, nós estamos vivendo uma época que, se não fosse dramática, seria certamente uma época de humorismo exacerbado. É uma época para os humoristas, para os chargistas; é uma época de pilharia, de deboche; é uma época de mediocridade. Existe o fundo do poço? Nós estamos no fundo do poço. Enfim, Senador, o Brasil não merece isso. O Brasil está diante de gente despreparada para o exercício do poder; de gente sem formação para exercer o poder, respeitando a população. E, neste caso, há desrespeito em todos os setores. Aqui, uma manifestação dessa natureza é uma manifestação desrespeitosa. E V. Ex^a tem razão ao manifestar a sua indignação, de forma tão veemente, da tribuna do Senado Federal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Mais uma vez, muito obrigado, Senador Alvaro. Obrigado por trazer mais essa informação. E foi muito oportuno esse pedido de aparte de V. Ex^a, porque a indignação, de repente, toma conta da gente. E, quando eu me referia aqui ao art. 37, da nossa Carta Maior, eu estava extremamente indignado. Agora eu melhorei um pouco, ouvindo V. Ex^a.

Senador Alvaro, o que nós estamos vivendo não é só um momento de chacota, não. Eu estou muito mais preocupado. Nós estamos vivendo uma época, um momento muito perigoso no nosso País. O desemprego! O IBGE está dizendo que nós temos 10 milhões de desempregados no Brasil. É mentira! Nós não temos dez

milhões de desempregados no Brasil. Nós temos mais de 20 milhões de pais de família desempregados no Brasil. E eu já disse várias vezes e repito: eu provo que nós temos mais de 10 milhões de brasileiros, hoje, desempregados. Quando você pega o desalentado – e isso é uma mentira –, mais o seguro-desemprego e mais os nem-nem, nós vamos chegar a 29,35% de desempregados. Há mais de 30 milhões de pessoas, incluindo os nem-nem –, que nem estudam nem trabalham. Mas, se nós tirarmos essa geração de nem-nem, nós ainda temos 21 milhões de pessoas desempregadas.

E agora vem o pior, que é a criminalidade, Presidente, Fernando Bezerra. Só lá no Tocantins, do ano passado para cá, aumentou em 156% a criminalidade. Esta é a minha maior preocupação, Senador Alvaro.

Nós estamos vivendo um momento extremamente perigoso. Imagina esses 20 milhões de pais de família rua afora, sem terem nada para fazer. É muito perigoso! Mas o Governo do PT não sabe disso.

Então, o Governo do PT quer continuar no Governo para resgatar a sua credibilidade, o estrago econômico, o moral, a governabilidade, o moral das pessoas? Não! O Governo do PT quer continuar no poder para consolidar o seu projeto criminoso e autoritário de poder, para continuar roubando o dinheiro do povo.

Eu digo mais aqui: a culpa não é só de ex-Presidente Lula e de Dilma. Estou cansado de falar isso. A culpa também é deste Parlamento! É deste Parlamento, porque aqui se bate o carimbo e se devolve tudo para este Governo. Estou dizendo isso há longa data. Isso é fato. O povo brasileiro sabe disto: a culpa não é só de Lula e de Dilma, não, é deste Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara Federal. Aqui se bateu o carinho e se devolveu tudo. E agora como é nós estamos?

Aqui, por exemplo, foram autorizados, aprovados nomes de autoridade cuja seriedade e honestidade estão sendo discutidas, como o caso de um Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Aqui foram aprovadas as Medidas Provisórias nºs 471, de 2009, e 512, de 2010, que concederam benefícios a diversas montadoras no País. Eu não sou contra conceder os benefícios; agora, sou contra vender a lei.

Este Governo vendeu leis, Senador Alvaro. Eu fui Presidente da CPI do Carf. Este Governo vendeu leis. Espera aí! Vender lei é uma barbaridade. Venderam, é fato. Eu fui Presidente da CPI, Senador Bezerra. A Operação Zelotes está em cima.

Aqui também se aprovou Medida Provisória, aprovando-se um rombo de R\$100 bilhões com os descontos de subsidiados de energia. Aqui foram aprovados os PLNs nºs 5 e 36, da contabilidade criativa, como V. Exª colocou, Senador Alvaro Dias. É uma contabilidade criativa e “roubativa” – temos que acrescentar isso aqui.

Inclusive, eu quero mandar um recado para os contadores Brasil afora: contadores, art. 327 do Código Penal, vocês também podem ser presos. O Moro também pode botar a mão em vocês. Você é que assinam e batem o carimbo. Cuidado, contadores. Cuidado, empresas de consultorias independentes; cuidado, vocês também podem ser recolhidos.

Recentemente, autorizou o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a comprarem participações, que é o caso do BNDES, que tem várias subsidiárias e ações e um mundaréu de empresas por aí. Isso aqui é mais uma porta aberta para a corrupção.

Então, o Congresso Nacional tem culpa direta em todo esse desastre causado pelo Governo do PT. Eu não tenho dúvida nenhuma disso, nenhuma. É zero. E o PMDB, com todo o respeito que eu tenho aos nossos companheiros, o PMDB foi o grande anfitrião dessa história. Agora, está pulando fora do barco, tardiamente, mas eu ainda estou contente.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu ainda estou contente. Mas o PMDB é coadjuvante direto de toda essa história.

Eu concedo, mais uma vez, e peço ao Senador Presidente, Fernando Bezerra, que deixe a gente mais um pouquinho aqui, porque não há outro orador.

Obrigado, Senador.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PV - PR) – V. Exª tem razão, Senador Ataídes. Quando nós vimos, recentemente nesta Tribuna, Lideranças lavando as mãos diante da crise, afastando-se da responsabilidade, nós ficamos impressionados. Como é possível, depois de relatar projetos, de defender veementemente medidas provisórias responsáveis pelos erros, pelos equívocos de política econômica adotada pelo Governo, como é possível lavar as mãos, dizendo: “Olha, nós não temos nenhuma responsabilidade com isso que está aí?”. Isso não é sério; isso não é só incoerente; isso é desonesto. E V. Exª tem razão. Aqueles que são responsáveis, ao invés de se justificarem, ao invés de lavarem as mãos como Pilatos, deveriam pedir perdão ao povo brasileiro por terem sido cúmplices desta tragédia administrativa que assaltou os interesses nacionais. V. Exª, mais uma vez está de parabéns.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Senador.

Eu coaduno perfeitamente com V. Ex^a. A culpa também é deste Congresso Nacional, especialmente do PMDB. Agora, Senador Alvaro, há tempo de este Congresso se redimir e consertar os seus erros – há tempo! É hora de este Congresso agora atender à vontade da maioria do povo brasileiro.

Dia 13 de março, foram mais de 6 milhões de pessoas às ruas, Brasil afora. Havia senhores com mais de 80 anos de idade, Senador Bezerra!

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Havia senhoras com mais de 80 anos de idade.

Eles estavam, em um domingo à tarde, com os rostos pintados, pedindo seriedade, pedindo moralidade nesta gestão, pedindo a saída deste Governo. Eu pergunto: será que, quando um cidadão com mais de 80 anos vai às ruas, ele está fazendo isso com prazer? Será que esses cidadãos estão querendo dar golpe? Não!

Está na hora de este Congresso Nacional perceber e admitir a sua falha e corrigi-la, aceitando o processo de *impeachment* deste Governo, punindo a Presidente Dilma pelos seus crimes. É isso que este Parlamento agora tem que fazer. Não dá mais para continuar.

E uma coisa interessante é que, no *impeachment* do Fernando Collor de Mello, nosso companheiro aqui, no Senado Federal, dos 38 Deputados Federais que votaram contra o *impeachment* naquela época – é bom que se diga que por causa de uma Elbazinha, de um carrinho –, somente 6 continuam na política. O resto todo, a população, a sociedade excluiu, extirpou. E eu quero ver agora o que vai acontecer com esses Parlamentares que estão contra o *impeachment* deste Governo.

E são interessantes duas frases que eu anotei aqui, que eu tenho que trazer a público. Estão falando que vão comprar esses votos.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E Barão de Itararé disse o seguinte: o cidadão que se vende vale menos do que ele recebeu. Assim, o Parlamentar que receber R\$2 milhões não vale R\$2 milhões. E o filósofo alemão Immanuel Kant disse o seguinte: a dignidade não pode ser convertida em dinheiro. Ela não tem preço. Então, Srs. Parlamentares, muito cuidado, porque V. Ex^{as} não valem o preço que V. Ex^{as} receberem.

O povo está fazendo a sua parte. Agora, cabe a este Congresso Nacional a sua parte: cabe, hoje, à comissão processante da Câmara Federal consolidar o pedido de *impeachment* da Presidente Dilma, e cabe ao Plenário da Câmara Federal – acredito que até o dia 17 – definir e votar o *impeachment* da Presidente Dilma. E espero que o Senado Federal também vá na mesma direção.

Estou, agora, encerrando Sr. Presidente.

E se não passar esse *impeachment*? E se o Governo conseguir comprar esses Parlamentares e esse *impeachment* não passar? E aí? Aí, sim, eu não sei o que vai acontecer com este Brasil, com este País. Se não acontecer o *impeachment*, esses petistas vão achar que podem fazer tudo o que já fizeram e muito, mas muito mais. Este País, Sr. Presidente, vai virar uma nova Venezuela. Se não passar o *impeachment*, se não se tirar o Governo do PT do poder, o Brasil vai virar uma nova Venezuela. Eu tenho certeza do que estou dizendo.

E concluo aqui, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: Deus está no comando de tudo, Deus está agindo. Eu não tenho dúvida disso. Deus tem dó do seu povo, e Ele percebeu que não dá para deixar por conta destes governantes. Deus está agindo, Deus está no comando, e cada um desses malfeiteiros vai pagar pelos seus erros. Hebreus 4:13 diz que nenhuma criatura conseguirá se ocultar diante Dele e que, na hora certa, cada um vai ter que prestar conta com Deus.

Pois Deus está usando, imagino eu, este grande Juiz Sergio Moro. Está todo mundo indo lá prestar contas com ele, mas, na verdade, está prestando conta com Deus, porque Deus está no comando. O Brasil é um País magnífico, e nós vamos conseguir sair...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... desta situação horrível em que este Governo colocou todo o povo brasileiro. Nós vamos viver dias magníficos, com baixa taxa de desemprego, com os nossos empresários acreditando no nosso País e voltando novamente a produzir e a dar emprego, e daí por diante.

Deus está no comando de tudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Esta

Presidência cumprimenta o Senador Ataídes pelo seu pronunciamento.

Eu gostaria de apresentar dois requerimentos.

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos *Anais* desta Casa voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador pernambucano Ney Maranhão, no dia de hoje.

Faleceu na manhã de hoje, no Recife, aos 88 anos, o ex-Senador Ney de Albuquerque Maranhão. Ney Maranhão foi Prefeito de Moreno, Deputado Federal por quatro vezes e Senador da República entre 1988 e 1995. Ocupou o cargo de assessor especial do ex-Presidente Fernando Collor e foi Presidente da Câmara de Comércio Brasil-China Mercosul Pacífico, tendo se destacado por defender a relação entre o Brasil e a China.

Sua trajetória política ficou marcada por sua atuação na defesa contra o *impeachment* contra ex-Presidente Collor e por ter sido um dos três Senadores que votaram contra o impedimento do ex-Chefe do Executivo.

Com o seu terno de linho e suas sandálias de couro, era conhecido como "Senador Boiadeiro" e um bom contador de causos do interior de antigamente.

O Estado de Pernambuco perde um de seus mais significativos nomes políticos. Em nome do Senado Federal, apresento os nossos sinceros sentimentos e solidariedade à família de Ney Maranhão, homem de inúmeras qualidades, que tinha compromisso com o seu País.

(Requerimento nº279/2016 - Vide item 1.2.1.4 do sumário)

Eu ainda aproveito a oportunidade para fazer outro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos para o Blog do Magno, que completa neste ano dez anos de existência, bem como que seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Av. Agamenon Magalhães.

Neste ano, o Blog do Magno Martins comemora dez anos de existência, sendo, seguramente, um dos mais respeitados e importantes veículos da mídia digital pernambucana.

Seu criador, Magno Martins, é pernambucano de Afogados da Ingazeira. O início dos seus 35 anos de carreira se deu no *Diário de Pernambuco*, em 1980, como correspondente de sua terra natal.

Em 1984, Magno trocou Pernambuco por Brasília, onde trabalhou em diversas agências de comunicação, como *Correio Braziliense*, *Jornal de Brasília*, *O Globo*, Agência O Globo e Agência Meridional, dos Diários Associados.

Magno foi Presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados. Fundou, em 1999, a Agência Nordeste, em sociedade com o grupo Folha de Pernambuco, do empresário Eduardo de Queiroz Monteiro. Através da Agência Nordeste, o jornalista passou a ter uma forte inserção nos jornais do Nordeste.

Ao longo dos últimos anos, Magno Martins tem se destacado no âmbito político, tendo participado de grandes coberturas nacionais, entre elas seis eleições presidenciais e a Constituinte.

Seu blogue, com a média mensal de 1,5 milhão de acessos, foi aberto em abril de 2006 e, de lá para cá, nunca perdeu a sua liderança, sendo referência nacional com amplo destaque no Nordeste.

Nesta ocasião, damos os parabéns ao blogue e ao seu criador, Magno Martins, desejando uma vida longa no exercício do direito de informação acerca da história política de Pernambuco, do Brasil e do mundo.

(Requerimento nº280/2016 - Vide item 1.2.1.4 do sumário)

Não tendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS

EXPEDIENTE

Abertura de prazo

Recebido o Recurso nº 7, de 2016, interposto no prazo regimental, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2015. (**Vide item 1.2.1.3 do sumário**)

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

Aviso do Ministro de Estado dos Transportes

Aviso nº 38, de 07 de abril de 2016, do Ministro de Estado dos Transportes, em resposta ao Requerimento de Informações nº 866, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

RecursoRECURSO N° 7 DE 2016

Solicitamos, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e do art. 91, § 3º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 658/2015 que “*Altera o Código Penal para dar novo tratamento a marcos temporais que causam a prescrição da pretensão executória e a interrupção da prescrição da pretensão punitiva.*” deliberado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, seja submetido ao Plenário para apreciação.

SF/16969.57351-13

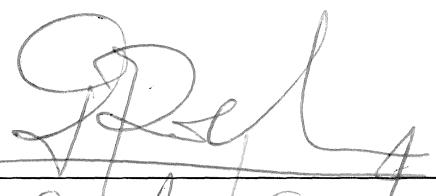
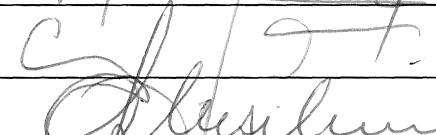
JUSTIFICATIVA

A matéria possui significativa relevância, razão pela qual deve ser debatida no plenário desta Casa Legislativa, inclusive para possibilitar que senadores que não são membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possam debater o tema e, sendo o caso, oferecer emendas.

Página: 1/2 06/04/2016 18:14:06

9e28cfb65c3f5bf3eeec558e950954118654663

Sala das sessões, em _____ de _____ de 2016.

1. Paulo Rocha 
2. LINDBERGH 
3. Glenys Hoffmanna 
4. Immers 
5. RANDOLFE 



6- LÍDICE
7- OTTO
8- ACVALPADERES
9- IELMARIO Mora
10- Joré Pimentel
11- HUMBERTO Cotta

*Susanna
Otto
Acvalpaderes
Ielmano Mora
Joré Pimentel
Humberto Cotta
Danilo Piza*

SF/16969.57351-13

Requerimentos



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 277, DE 2016

Requeiro, nos termos regimentais, a TRAMITAÇÃO AUTÔNOMA do Projeto de Lei da Câmara nº 71 de 2014, que “Disciplina a prevenção de acidentes em piscinas e dá outras providências” por regular matéria diversa da compreendida pelas seguintes proposições: PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 66, de 2011, que “*Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas*”; PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 42, de 2013, que “*Regulamenta a profissão de Salva-Vidas*”; e PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 48, de 2014 que “*Torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público*”.

Sala das Sessões, em

Senador DÁRIO BERGER

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 278, DE 2016

Requeiro, nos termos do Art. 218, combinado com o Art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 19 de março de 2016, do senhor Vallecio Chieppe, empresário capixaba.

JUSTIFICAÇÃO

Os capixabas perderam neste final de semana o senhor Vallecio Chieppe, um empreendedor nato, determinado, ativo e corajoso, que dedicou a vida inteira ao trabalho.

Nascido em 1928, o empresário foi um dos fundadores do Grupo Águia Branca, juntamente com os irmãos Wander e Aylmer. Primogênito da família, Vallecio começou a trabalhar ainda criança, aos sete anos, no comércio de secos e molhados em sua cidade natal, Colatina, ao lado do pai, Carlos Chieppe.

Mas foi na década seguinte que estreou no setor do qual viria a ser anos depois um dos seus mais destacados líderes, o de transportes de passageiros. Em 1946, aos 17 anos, se tornou o trocador do único ônibus adquirido pelo seu pai.

À medida que o Norte do Espírito Santo ia sendo ocupado e se estendiam as plantações de café, o número de passageiros aumentava em igual proporção. Imaginem que os 100 quilômetros que separam Colatina de Alto Rio Novo, onde estava a única linha da empresa, eram percorridos em quatro horas. Saía-se de Colatina em um dia e voltava-se no outro. Vallecio e outros dois irmãos se revezavam entre o volante dos ônibus e o trabalho de cobrador.

Em 1957, o empresário decidiu comprar a empresa de ônibus Águia Branca, que mais tarde também se multiplicaria em outras frentes. Vallecio assumiu a presidência e tomou grandes decisões, como a organização da companhia por divisões e a criação da holding do grupo, em 1989.

Em razão do agravamento de um problema de saúde, Vallecio deixou a liderança do grupo em 1996, ano que se comemorava o cinquentenário de fundação da empresa, repleta de conquistas.

Meus sinceros sentimentos dona Nascir Guaitolini Chieppe, sua esposa, aos seus filhos Décio Luiz, Liliane e Edilene Chieppe, e seus netos.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 279, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais desta Casa, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Senador pernambucano Ney Maranhão, no dia de hoje.

JUSTIFICAÇÃO

Faleceu na manhã de hoje no Recife, aos oitenta e oito anos, o ex-Senador Ney de Albuquerque Maranhão.

Ney Maranhão foi Prefeito de Moreno, Deputado Federal por quatro vezes e Senador da República entre 1988 e 1995. Ocupou o cargo de Assessor Especial do ex-Presidente Fernando Collor e foi Presidente da Câmara de Comércio Brasil – China Mercosul Pacífico, tendo se destacado por defender as relações entre Brasil e a China.

Sua trajetória política ficou marcada por sua atuação na defesa contra o impeachment do ex-Presidente Collor e ter sido um dos três Senadores que votaram contra o impedimento do ex-chefe do executivo.

Com seu terno de linho e suas sandálias de couro, era conhecido como “Senador Boiadeiro” e um bom contador de causos do interior de “antigamente”.

O estado de Pernambuco perde uma de seus mais significativos nomes políticos. Em nome do Senado Federal, apresento nossos sinceros sentimentos e solidariedade à família de Ney Maranhão, um homem de inúmeras qualidades, que tinha compromisso com o seu país.

Sala das Sessões,

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 280, DE 2016

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o Blog do Magno, que completa este ano dez anos de existência, bem como seja encaminhado o referido voto ao endereço localizado na Av. Agamenon Magalhães, 2764, sala nº 1003, bairro do Espinheiro, Recife - PE, CEP: 52021-170.

JUSTIFICAÇÃO

Neste ano o Blog do Magno Martins comemora 10 anos de existência, sendo seguramente um dos mais respeitados e importantes veículos da mídia digital pernambucana.

Seu criador, Magno Martins, é pernambucano de Afogados da Ingazeira. O início de seus 35 anos de carreira se deu no Diário de Pernambuco, em 1980, como correspondente de sua terra natal.

Em 1984, Magno trocou Pernambuco por Brasília, onde trabalhou em diversas agências de comunicação como o Correio Braziliense, Jornal de Brasília, O Globo, Agência O Globo e a Agência Meridional, dos Diários Associados.

Magno foi presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados. Fundou em 1999 a Agência Nordeste, em sociedade com o Grupo Folha de Pernambuco, do empresário Eduardo de Queiroz Monteiro. Através da Agência Nordeste, jornalista passou a ter uma forte inserção nos jornais do Nordeste.

Ao longo dos últimos anos, Magno Martins tem se destacado no âmbito político, tendo participado de grandes coberturas nacionais, entre elas seis eleições presidenciais e a Constituinte.

2

Seu blog, com uma média mensal de 1,5 milhão de acessos, foi aberto em abril de 2006, e de lá para cá nunca perdeu a sua liderança, sendo referência nacional, com amplo destaque no Nordeste.

Nesta ocasião, damos os parabéns ao Blog e ao seu criador, Magno Martins, desejando uma vida longa de exercício do direito de informação acerca da história política de Pernambuco, do Brasil e do mundo.

Sala das Sessões,

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

(*Encaminhe-se*)

Término de prazos

Encerrou-se no dia 8 de abril o prazo sem interposição do recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2012; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 263, de 2010; 378, de 2014; 584, 597 e 732, de 2015.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 378, de 2014; 584, 597 e 732, de 2015, vão à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2012, aprovado com emendas, retorna à Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2010, rejeitado, vai ao Arquivo.

Encerrou-se em 8 de abril o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 105, de 2013; 94, de 2014; e 131 e 142, de 2015; e aos Projetos de Lei do Senado nºs 374, de 2012; e 297, de 2013, ambos complementares.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

CONGRESSO NACIONAL

Comunicações



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO BLOCO PP/PTB/PSC

Façam-se as substituições solicitadas.

Em 11/04/2016

MSouy

Ofício/LID.PP/ nº 70/2016

Brasília, 07 de abril de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso

Assunto: Substituição de parlamentares para Medida Provisória 719/16

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **NILTON CAPIXABA (PTB-RO)** para integrar como **TITULAR** no lugar do Deputado **JOVAIR ARANTES (PTB-GO)** e o Deputado **RONALDO NOGUEIRA (PTB-RS)** para integrar como **SUPLENTE** no lugar do Deputado **ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP)** a MP 719/15 que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e a Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União.

Atenciosamente,

[Assinatura]
Deputado **AGUINALDO RIBEIRO**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC



Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

Faça-se a substituição
solicitada
Em 11 / 04 /2016

Maurício Quintella Lessa

Of. nº 085/2016 – LidPR

Brasília, 11 de abril de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Substituição de membro suplente da Comissão Mista 719/2016.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar a Deputada Gorete Pereira (PR/CE) para membro suplente em substituição a mim, Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL) na Comissão Mista da Medida Provisória nº 719, de 2016, que Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento; a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e a Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, para dispor sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga; e a Lei nº 13.259, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a dação em pagamento de bens imóveis como forma de extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa da União.

Respeitosamente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Líder do Bloco – PR/PSD/PROS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO BLOCO PP/PTB/PSC

Faça-se a substituição
solicitada
Em 11 / 04 /2016

Mau

Ofício/LID.PP/ nº 71/2016

Brasília, 07 de abril de 2016.

Ao Excelentíssimo Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso

Assunto: **Substituição de parlamentar para Medida Provisória 720/16**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JOSUÉ BENGTON (PTB-PA)** Deputado para integrar como **SUPLENTE** no lugar do Deputado **NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)** a **MP 720/16** que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2015, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Atenciosamente,

Aguinaldo Ribeiro
Deputado AGUINALDO RIBEIRO
Líder do Bloco PP/PTB/PSC

ATAS**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONGRESSO NACIONAL**

Aprovada na 6ª reunião
ordinária de 2016, realizada em
11 de abril de 2016.

Publique-se.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)
DIA 7 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9H,
NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstaciada da 3ª reunião (extraordinária) de 2016 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 7 de março de 2016, segunda-feira, às 9h, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada ao Seminário "Restrições em Publicidade e Propaganda". Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; e MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; MARIA CÉLIA FURTADO, representante das empresas de imprensa escrita; LILIANA NAKONECHNYJ, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, ISMAR DE OLIVEIRA SOARES e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 2

07/03/2016

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bom dia a todos os presentes e às pessoas que nos ouvem e que assistem a esta reunião pelos canais de comunicação no Senado Federal!

Cumprimento todos e agradeço pela presença, em especial a das Sras e dos Srs. Conselheiros, nesta manhã para a realização do nosso seminário, previamente designado, que tratará da restrição em publicidade e propaganda.

Para esta oportunidade, convido para estar à mesa conosco o Dr. Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Agradeço ao Dr. Igor Rodrigues Britto por estar conosco nesta manhã, com certeza contribuindo muito com nossos trabalhos.

Convido meu prezado amigo, Dr. Edney Narchi, Vice-Presidente Executivo do CONAR, nesta oportunidade representando a entidade e o Presidente, Gilberto Leifert.

Bom dia, Edney! Obrigado pela presença.

Comunico, em especial às Sras e aos Srs. Conselheiros, que vamos ter uma novidade a partir deste seminário, que é uma realização interativa com a comunidade. O e-Cidadania do Senado Federal nos procurou para sugerir que façamos um trabalho interativo com a sociedade e recebemos, durante o seminário, perguntas de qualquer cidadão, pelo sistema de comunicação, pelo Portal do Senado. As perguntas serão encaminhadas à nossa assessoria, e nós poderemos, assim, ter uma sinergia maior com a sociedade.

Agradeço a parceria que nos propõe o e-Cidadania.

Este seminário, prezados convidados, Sr. Edney, Sr. Igor, tem por objetivo, como disse, discutir um pouco a restrição em publicidade e propaganda. O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional vem fazendo atividades assim em todas as suas reuniões mensais. Nós temos, por previsão regimental, a realização de uma reunião por mês, na primeira segunda-feira útil de cada mês, e temos aproveitado essas oportunidades realizando nossas pautas de trabalho à tarde e, no período da manhã, fazendo eventos como este, a fim de discutir temas relacionados às atividades, à competência legal e regimental do Conselho de Comunicação Social como órgão de assessoramento das duas Casas legislativas, Câmara e Senado.

Assim fizemos no mês passado, com excelente atividade no período da manhã, e à tarde continuamos com nossos trabalhos ordinários.

Hoje, temos a satisfação de recebê-los aqui para discutir o tema que há pouco anunciei, para, em exposição de até 20 minutos, manifestarem-se acerca do papel das entidades que representam aqui e especificamente sobre as suas atividades, naturalmente.

Em seguida, haverá uma interação, um debate com os Conselheiros, agora com essa novidade de podermos receber a participação da sociedade por meio do portal de comunicação do Senado da República.

Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Igor Rodrigues Britto, que, como já disse, é o Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Dr. Igor, mais uma vez, em nome do CCS, agradeço sua presença.

V. Sª tem a palavra.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Muito obrigado, Presidente, pelo convite.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 3

07/03/2016

Obrigado a todos os Conselheiros pela presença e também pela possibilidade de permitir que a Secretaria Nacional do Consumidor, representando o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, ou seja, os órgãos de proteção aos consumidores brasileiros, possa apresentar suas experiências a respeito do tema e também discutir essa temática, que é bastante relevante e há alguns anos vem sendo acompanhada pelos órgãos de defesa do consumidor.

Não sei se todos conhecem as atribuições da nossa Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, que é órgão do Ministério da Justiça e é a autoridade nacional de defesa do consumidor no País. Ela coordena o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, ou seja, coordena a atuação conjunta de todos os órgãos e entidades de proteção dos interesses dos consumidores, tendo suas atribuições previstas tanto no Código de Defesa do Consumidor como em alguns outros decretos, como o Decreto nº 281, de 1997, que regulamenta os processos administrativos punitivos e sancionatórios previstos no CDC.

Também a Senaçon é responsável pela Política Nacional das Relações de Consumo e pelo Plano Nacional de Consumo e Cidadania, que são políticas públicas do Governo brasileiro, são políticas públicas do Estado brasileiro voltadas à articulação de todos os órgãos que se preocupam com os interesses dos consumidores e, então, executam papéis na defesa dos direitos dos consumidores.

Para isso, a Senaçon deve, obviamente, trabalhar bastante em conjunto com os órgãos reguladores e também acompanhar todas as proposições legislativas na medida em que é responsável por subsidiar todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor com as informações e inovações, no Brasil, a respeito de direitos que são fortalecidos ou passam por processos de inovação legislativa.

Por fim, a Senaçon, como outros órgãos de defesa de consumidor no Brasil, em âmbito federal, em atuação de conflitos coletivos e também para atuações de lesões de âmbito nacional, é responsável também por instaurar processos administrativos, sancionatórios e realizar investigações a respeito de violações dos direitos dos consumidores no País.

Bom, não apenas no tema de controle da publicidade e na discussão sobre restrições à atividade publicitária, mas em qualquer outro tema de interesse dos consumidores, é necessário aos órgãos de defesa do consumidor a atuação a partir do seu conhecimento a respeito de todas as regras disponíveis, a respeito de todo o sistema jurídico de normas voltadas à defesa dos interesses dos consumidores, mas também a busca pela tomada de decisão a partir do levantamento e organização de dados empíricos a respeito daquele tema.

Sobre isso, os órgãos de defesa do consumidor, nesse ponto coordenados mesmo pela Senaçon, subsidiam as políticas públicas de defesa do consumidor a partir dos seus bancos de dados de reclamações de consumidores. Atualmente, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor, coordena dois grandes bancos de dados: o Sindec, que é o sistema utilizado pelos PROCONs do Brasil inteiro e por alguns outros órgãos, que administra e faz a gestão das denúncias e reclamações de consumidores na gestão de conflitos e também para instauração de processos administrativos, e também uma plataforma mais recente, bastante inovadora, que é o sistema consumidor.gov.br, em que consumidores do Brasil inteiro podem registrar suas reclamações diretamente a empresas de porte nacional e local que aderem a essa plataforma e podem ali fazer o relacionamento com seus clientes insatisfeitos e, então, resolver conflitos de forma extrajudicial, desafogando não apenas os PROCONs em sua capacidade de resolver conflitos, mas especialmente o Judiciário.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 4

07/03/2016

Esses dois sistemas, essas duas plataformas representam o grande banco de dados que temos no Brasil, em conjunto, obviamente, com várias agências reguladoras que também têm seus bancos de dados, mas elas representam o grande banco de dados que temos no País em termos de insatisfação de consumidores.

A partir da leitura dessas reclamações e da gestão desses dados, do tratamento desses dados, é que a Secretaria Nacional e todos os órgãos de defesa do consumidor do Brasil conseguem tomar posições a respeito de temas de interesse de todos os cidadãos brasileiros consumidores.

No que diz respeito ao controle da atividade publicitária no Brasil, é claro que a Senacon e os demais órgãos do sistema atuam como guardiões das regras e princípios estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor. Então, nesse sentido, há uma preocupação muito especial com os três princípios gerais da atividade publicitária no que diz respeito aos direitos do seu público alvo, os consumidores. Eles são monitorados, são acompanhados, e seu cumprimento é fiscalizado pela Senacon e pelos demais órgãos. Ou seja, trata-se do controle e do combate a publicidades clandestinas, que é um conceito que se relaciona ao desrespeito ao art. 36 do Código de Defesa do Consumidor, o princípio da transparência, segundo o qual toda publicidade, todo discurso publicitário, todo discurso comercial tem que ser divulgado e veiculado de forma que qualquer pessoa possa identificá-lo imediatamente como discurso publicitário e, assim, ter a formação da sua opinião a respeito do produto ou serviço divulgado, de forma autônoma, e também em respeito à liberdade de decisão de escolha.

Como existem vários casos de descumprimento desse dispositivo legal, esse é um dos pontos de monitoramento da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, assim como as publicidades enganosas, aquelas que dizem respeito ao princípio da não enganosidade, ou seja, que dizem respeito ao princípio da veracidade. São os discursos publicitários que possuem o condão e o potencial de induzir as pessoas a erro sobre as características e qualidades do produto. Ele também é um dispositivo legal que se preocupa com o respeito à liberdade de escolha dos consumidores, na medida em que proíbe que mensagens publicitárias, discursos comerciais, possam lesar essa esfera de escolha, de decisão livre das pessoas a respeito dos produtos e serviços divulgados.

Por fim, há as publicidades abusivas, que têm um conceito mais aberto, que são os discursos publicitários que, de certa forma, desrespeitam valores constitucionais ou princípios gerais da sociedade brasileira. Elas só podem ser avaliadas em casos concretos e também são objetos de monitoramento e de alguns casos que eu gostaria de apresentar por ilustrar mais ou menos o tipo da atuação de defesa do consumidor a respeito disso.

É claro, também, que não se podem ignorar as restrições de conteúdo publicitário, de forma publicitária, de acordo com a previsão constitucional, a respeito de determinados produtos e serviços que devem seguir, de alguma forma, em relação ao estímulo ao seu consumo, um certo controle, a partir do controle da atividade publicitária, em razão da necessidade de se preservar a saúde e a segurança dos consumidores.

Então, esses são os marcos legais principais que são objeto de atuação e de monitoramento da Senacon.

A partir de agora, eu gostaria de entrar em alguns temas específicos a respeito das discussões atuais no Brasil quanto às restrições e ao controle da atividade publicitária.

Quero pedir a licença de todos para começar a ilustrar alguns conteúdos a partir de casos concretos, situações concretas recentes que demandaram a atuação da Senacon e dos demais órgãos desse sistema.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 5

07/03/2016

Recentemente, no que diz respeito à publicidade enganosa, o Brasil passou por uma mudança de postura de mercado. Operadoras de telecomunicação passaram a mudar, decidiram alterar a forma de prestação de serviços de conexão de dados, ou seja, os serviços de oferecimento de pacotes de dados de internet pelos telefones celulares, e, de uma forma muito imediata e instantânea, adotaram essa postura em conjunto a partir de divulgação de notícias pela imprensa, o que chamou a atenção e alarmou todos os órgãos de defesa do consumidor do Brasil.

Então, as quatro principais empresas de serviço de telecomunicações no Brasil foram alvo de dezenas ou, talvez, centenas de processos administrativos e de ações civis públicas espalhadas por todo o Território nacional, e o fundamento principal dessa discussão foi o estilo do discurso publicitário realizado por essas operadoras durante alguns anos, oferecendo às pessoas a expectativa de que a contratação de internet pelo celular significaria um serviço de acesso ilimitado ao pacote de dados. Essa mudança radical adotada pelas operadoras, que resolveram cessar esse tipo de serviço e mudar a forma de prestação de serviço, gerou a insatisfação de consumidores no Brasil inteiro, o que foi bastante divulgado pela imprensa, e exigiu a atuação do Estado e do Poder Público nos interesses dos consumidores.

O fundamento dessas ações civis públicas, hoje reunidas no STJ, e também dos diversos processos administrativos punitivos sancionatórios das empresas foi a oferta de publicidade enganosa, ou seja, a capacidade, então, de induzir os consumidores a respeito de um serviço que, talvez, não mais seria prestado durante um tempo contínuo.

Então, essa foi uma quebra de contrato na perspectiva dos consumidores e também dos órgãos de defesa do consumidor. Como consequência, muitas dessas empresas estão sendo penalizadas por veicular publicidade enganosa.

No que diz respeito à publicidade de alimentos, sobre a qual também há discussão de algumas proposições legislativas e dentro dos regulamentos da agência reguladora de vigilância sanitária, acompanhamos a relação da publicidade com o consumo seguro e a proteção da saúde dos consumidores, em razão da capacidade, da rotulagem dos produtos, das informações constantes nos rótulos... E aí, falando de publicidade num conceito maior do que a divulgação em veículos de comunicação de massa, mas da capacidade de informar consumidores a respeito das características dos produtos e também, por consequência, de induzir os consumidores a erro a respeito das qualidades e segurança que eles possam representar de acordo com cada tipo de perfil do consumidor, há também a questão da publicidade dentro da discussão de saúde dos consumidores.

São três exemplos, alguns mais antigos e outros muito recentes, que trago aos senhores sobre a atuação dos órgãos de defesa do consumidor a respeito da publicidade de alimentos.

No primeiro caso, as marcas de bebidas das duas grandes indústrias de refrigerantes no Brasil que foram penalizadas e, depois disso, até mudaram seu processo de embalagem e rotulagem dos seus produtos, na medida em que induziram os consumidores a erro a respeito de refrigerantes, com todos os seus ingredientes típicos comercializados aos consumidores, gerando uma expectativa de que não passavam de água gaseificada ou saborizada, o que, obviamente, desrespeita a capacidade dos consumidores de proteção da sua saúde e, também, na medida em que são produtos lícitos, que podem ser consumidos por qualquer cidadão, diz respeito à autonomia da vontade de escolha das pessoas entre consumir produtos mais saudáveis e outros nem tão saudáveis quando consumidos em excesso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (3ª Reunião) CN - 6
07/03/2016

E também no que diz respeito a produtos que geram uma expectativa de saúde e de segurança, para determinados tipos de consumidores, como, por exemplo, as pessoas portadoras de doença celíaca, que, como sabemos, não podem consumir glúten e alguns produtos embalados e rotulados, dentro de uma lógica de que são mais saudáveis e seguros para esse público, mas induzem os consumidores a erro, quando apresentam informações de que não contêm glúten, e outro caso dos alimentos ricos em fibras, mas não seguem as diretrizes mínimas do órgão regulador a respeito das características que podem ser divulgadas e da sua veracidade.

Então, os fabricantes desses produtos e os anunciantes, então, dessas campanhas publicitárias são monitorados e, por via das vezes, quando demonstrada mesmo a capacidade de induzir o consumidor a erro, são penalizados tanto em processos administrativos quanto com outras formas de penalidade, como apreensão de produtos. Alguns são obrigados a fazer *recall* desses alimentos, como uma medida de maior proteção das pessoas para garantir que quem ainda não tenha consumido esses produtos ou não tenha sido atingido por esses produtos possa ter sua saúde preservada.

Outro tema também acompanhado pela Secretaria Nacional do Consumidor, bastante relacionado a todas as discussões sobre restrição e controle da publicidade, é a atividade publicitária voltada ao público infantil.

Essa atividade, que está em discussão tanto no movimento civil organizado quanto por vários órgãos de defesa do consumidor e pauta a agenda do Congresso Nacional e também a dos órgãos de defesa do consumidor, é acompanhada pela Secretaria Nacional do Consumidor. Ou seja, concordamos que esses pontos devam ser objeto de controle da atividade publicitária, porque impactam nos seres humanos em fase de desenvolvimento, e que, portanto, obviamente, merece uma atenção muito especial a atividade comercial que para eles é voltada. Ou seja, na mesma lógica em que crianças não podem participar de negócios jurídicos, faz sentido que seja objeto de discussão o estímulo a que eles participem dos negócios jurídicos, das relações de consumo, faz sentido que isso seja objeto de um controle especial e faz sentido também que haja discussões a respeito de alguma restrição em razão disso. E lembro que essa já era uma preocupação, desde 1990, do Código de Defesa do Consumidor, quando considerou abusiva a atividade publicitária que se aproveita dessa condição especial do indivíduo em desenvolvimento, da criança.

Então, cuidamos de temas como erotização precoce, adultização, ou seja, estímulo a comportamentos adultos, não coerentes com a fase da infância, comportamentos que, muitas vezes, são estimulados por campanhas publicitárias e que têm relação, às vezes, com saúde e segurança, porque estimulam as crianças ao consumo de produtos que são voltados para o público adulto, de discussões a respeito de campanhas publicitárias que induzem as crianças a erro a respeito de alimentos não saudáveis que são comercializados como se fossem alimentos de uma dieta saudável, da propagação de estereótipos de gênero que foram ultrapassados, discussões que já foram ultrapassadas pela Constituição Federal ao garantir a igualdade entre homens e mulheres, de quando esse tema é impactado negativamente pela atividade publicitária, o que também chama a atenção da defesa do consumidor, da incitação a um consumismo exagerado e irresponsável, na medida em que existe toda uma política pública para estimular um consumo sustentável, um consumo responsável – sobre isso também é preciso refletir na discussão da publicidade dirigida às crianças –, da representatividade e reflexos de autoestima e, por fim, das discussões sobre ambientes em que a publicidade é transmitida e que correspondem a ambientes um pouco mais vulneráveis quando dizem



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 7

07/03/2016

respeito a um público infantil. Nesse caso estamos falando dos ambientes educacionais, estamos falando das restrições de publicidade, de discursos publicitários e campanhas publicitárias de produtos e serviços feitas injustificadamente dentro das unidades escolares, dentro das instituições de ensino cujos projetos de restrição em âmbito estadual, municipal e federal também contam com apoio dos órgãos de defesa do consumidor.

Para ilustrar esses casos, eu trouxe exemplos de alguns processos administrativos que foram, muito recentemente, instaurados na Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor e ilustram exatamente aqueles temas que apontei como preocupações nossas em campanhas publicitárias. São empresas que enfrentam processos administrativos instaurados. Não há decisão, mas são processos administrativos públicos, e é por isso que trago para apresentá-los aos senhores. Eles dão o tom do tipo de questões que são discutidas no âmbito da defesa do consumidor. Então, são campanhas publicitárias que estimulam crianças a comportamentos adultos, a comportamentos relacionados a sexualidade, sensualidade. É claro que eu não preciso dizer qual é a relação de ilícito em que essas publicidades podem ser encaixadas porque elas já dizem isso por si só. Nesse mesmo sentido, são campanhas que relacionam crianças com cenários adultos, com aspectos adultos, inclusive com uma aproximação por meio de mensagens de cunho sensual ou sexual, e chamam a atenção de entidades civis de defesa do consumidor, que provocam essas denúncias, e, por essa razão, são fiscalizadas e investigadas.

Interessa também o consumo dos produtos em si, aí não diretamente se relaciona ao discurso, mas à própria concepção do produto que é anunciado.

Essa é uma marca de produtos conhecida como uma marca infantil de produtos, que é acompanhada de livros de receitas e outros tipos de descritos.

Nesse caso específico, estou apontando para vocês duas receitas de bebidas alcoólicas que estão sendo apresentadas dentro de um livro cujo produto é comercializado para o público infantil, é uma marca infantil. Obviamente, também chama atenção a possibilidade de crianças terem acesso a esse tipo de produção e de conhecimento. Por isso, obviamente, elas transmitem a ideia de que ultrapassaram o limite da liberdade da atividade publicitária, da liberdade de vender produtos e de anunciar porque ultrapassaram os limites da boa-fé.

Esse já é um conhecido caso, que também tem processo administrativo instaurado na Secretaria Nacional do Consumidor. É um produto comercializado como uma bebida que não tem teor alcoólico, como um produto semelhante a um espumante, comercializado normalmente nas festas de fim de ano. Então, estimula-se as crianças ao consumo de bebida alcoólica. O teor da denúncia é o teor também do processo administrativo em investigação.

Recentemente, o Congresso Nacional encaminhou para apreciação da Presidência da República, para sanção ou veto, o Marco Legal da Primeira Infância, que possui um dispositivo que trata especificamente da atividade publicitária dirigida às crianças, ao consumo infantil. A Senacor manifestou oficialmente apoio à sanção a esse projeto de lei tal qual ele chegou à Presidência da República no que diz respeito especificamente ao tema das relações de consumo, na medida em que avança na legislação brasileira, no ordenamento jurídico brasileiro, no que diz respeito a mais um princípio de proteção integral à criança, ao princípio de proteção da criança contra a pressão consumista e contra a exposição precoce à comunicação mercadológica. E ele foi assim aprovado pelo Congresso Nacional.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 8

07/03/2016

Finalizando minha apresentação, quero dizer que existem questões que são objeto de acompanhamento e discussão pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. São pontos que a defesa do consumidor gostaria de ver superados, enfrentados, no que diz respeito à regulamentação da publicidade infantil. Todos que estão aqui participam bastante, tenho certeza, de discussões há alguns anos a respeito desse tema, há grande quantidade de projetos de lei que tratam desse assunto e também há incerteza quanto à aplicabilidade da Resolução nº 163, do Conselho Nacional da Criança (Conanda), em razão do projeto de decreto que tem a finalidade de sustar esses efeitos. Ou seja, os órgãos de defesa do consumidor carecem, obviamente, de alguns marcos legais mais seguros e mais específicos para tratar do monitoramento e da fiscalização da atividade publicitária, que, como nós vimos, legalmente, encontra suas limitações. As liberdades econômicas de fazer publicidade encontram, ao nosso ver, algumas limitações, encontram já algumas restrições e alguns temas bastante caros atualmente encontram certos obstáculos no que diz respeito à segurança jurídica não só daqueles que operam no mercado, mas também daqueles que atuam na fiscalização de postura, na fiscalização de condutas. Continuamos acompanhando o tema e fortalecendo as discussões a respeito dele.

Agradeço bastante ao Presidente a oportunidade de trazer a visão do consumidor nesse processo de discussão e estou à inteira disposição para continuar debatendo o tema.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito Obrigado, Dr. Igor, pela sua exposição, que, com certeza, provocará muitos debates entre nós.

Eu anuncio a chegada do Sr. Orlando dos Santos Marques, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Publicidade.

Muito obrigado, Dr. Orlando, pela sua presença.

Falarão em seguida o Edney e, depois, V. Ex^a.

O contato para este nosso seminário, que, como eu disse, é interativo, pode ser feito pelas pessoas, pela sociedade em geral, através do Portal e-Cidadania do Senado, www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado, através do telefone 0800 612211, canais pelos quais a sociedade pode nos encaminhar perguntas sobre o tema posto em discussão.

Passo, imediatamente, a palavra, então, ao Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, CONAR, o prezado Edney Narchi, a quem agradeço pela presença.

Por 20 minutos, a palavra é sua.

Peço à assessoria que acione o controle de tempo.

O SR. EDNEY NARCHI – Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente, pelo convite.

Agradeço aos senhores pela presença e atenção ao seminário e às falas que aqui serão produzidas.

Parabéns ao Dr. Igor pela atividade que a Senacon vem desempenhando!

Eu gostaria, Presidente, de iniciar esta exposição com a exibição de um material audiovisual já antigo, que o CONAR produziu há mais de cinco anos, mas que ainda está bastante atualizado, que retrata as atividades, as funções e as iniciativas da nossa entidade.

Preparei uma manifestação para o final da exibição que, acho, encerrará, arredondará a matéria especificamente destinada à discussão de restrições em publicidade.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 9

07/03/2016

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. EDNEY NARCHI – Muito obrigado pela atenção.

Eu fiz questão de iniciar a exposição com esse vídeo porque a primeira palestra foi do Dr. Igor, que falou sobre o controle administrativo, o controle legal da propaganda, exercido pelo Senacon, entre outras entidades. Então, eu quis trazer o contraponto, que é a complementação do sistema que controla a propaganda em nosso País, o sistema misto de controle, de um lado, legislativo, de outro lado, ético, autorregulamentado.

No Brasil, como na maioria esmagadora dos países de economia de livre mercado, o controle da publicidade se dá sob um sistema misto, que conjuga, de um lado, regulação estatal, e, de outro, autorregulamentação. A prevalência desse sistema misto se impõe naturalmente pela fácil verificação de sua conveniência em relação ao controle único, de apenas um dos elementos controladores.

Para pontuar toda a amplitude da exposição, é necessário consignar, desde logo, que a publicidade se constitui em atividade econômica, de comunicação social, e que se depara com numerosíssimas restrições.

Dentro da regulação estatal, destaca-se de início que até a própria Constituição Federal se refere a ela em alguns dispositivos. O primeiro deles é o constante do art. 22, inciso XXIX, que diz que compete privativamente à União legislar sobre propaganda comercial. Tem-se aí uma decisiva definição, especialmente numa República Federativa, em que Estados e Municípios pudessem desejar exercer seus poderes em relação a propaganda comercial, caso em que estariam cometendo inconstitucionalidade flagrante, porque compete privativamente à União – União é Presidência da República mais Congresso Nacional – legislar sobre ela.

Ao chegarmos ao Capítulo V, da Comunicação Social, encontramos os lineamentos aplicáveis à propaganda comercial, sendo o primeiro deles a regra de ouro do art. 220, *caput*, que assegura que:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Isto é, a partir da promulgação do texto, tornou-se definitivo o fim da censura prévia, que existia também no período ditatorial, para as criações publicitárias.

Atingimos, em seguida, o §3º do art. 220, que disciplina competir à lei federal estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. Reforça-se aí a necessidade de o controle estatal sobre a propaganda ser exercido mediante lei federal.

Por fim, o §4º do art. 220 explicita categoricamente quais segmentos merecem a atenção do regulador. Assim, a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

Verifica-se, pois, que o documento político-jurídico que reintroduziu o País no Estado democrático de direito não abrigou, antes rejeitou, qualquer proposta de banimento da publicidade de determinada categoria ou segmento. E é do melhor direito



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 11

07/03/2016

Tramitam ainda no Congresso Nacional dezenas de projetos de lei que objetivam alterar esse e outros diplomas, invariavelmente com maiores restrições dos que os já existentes.

(Soa a campainha.)

O SR. EDNEY NARCHI – Eu gostaria de poder estender-me sobre a natureza dessas propostas, mas a economia de tempo obriga-me a descartar a ideia e apenas pontuar que, de fato, elas não se mostram necessárias.

Querem saber de mais restrições legais à publicidade? Pois bem, a legislação de propriedade industrial estabelece em nosso País os crimes contra marcas e os crimes de concorrência desleal, que podem ser cometidos através de anúncios de qualquer natureza. Alimentos de primeira infância, especialmente os chamados equivocadamente "substitutos de leite materno", há décadas não podem ser objeto de publicidade entre nós, assim como mamadeiras, bicos e chupetas.

Recentemente, foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, preconizando que anúncios publicitários na imprensa escrita, na internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura, devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, recursos de acessibilidade, como subtítulo por legenda oculta, janela com intérprete de libras, audiodescrição, sempre às expensas do fornecedor do produto ou serviço. Esta matéria, de tão nova, causa perplexidade e, naturalmente, carece de regulamentação. Difícil imaginar jornais e revistas em braile ou emissões radiofônicas com modulação especial para deficientes auditivos ou o custo de toda uma programação comercial com os recursos de acessibilidade de uma hora para outra. Tais matérias hão de constituir-se em preocupação de governantes, empresas de comunicação social, anunciantes, enfim, todos relacionados na lei como responsáveis pelo provimento da acessibilidade nas comunicações, inclusive comerciais.

Perderia, porém, formidável oportunidade perante este Conselho se deixasse de referir com maior profundidade o controle ético sobre a publicidade integrante do sistema misto de disciplina da propaganda comercial brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. EDNEY NARCHI – E, de início, lembro que a autorregulamentação não é criação brasileira, mas tem suas origens nas assembleias da International Chamber of Commerce (ICC), antes da segunda grande guerra, e espalhou-se inicialmente pelos países da Europa, constituindo-se, quer naquele continente, quer hoje também na América do Norte, Ásia, Austrália e África do Sul, um poderoso instrumento assessor dos envolvidos nas atividades publicitárias dos respectivos Estados e dos consumidores. Nossa autorregulamentação, avançada e equiparada às mais aperfeiçoadas do mundo, como a britânica e a espanhola, adaptou as normas da ICC, traduziu-as em disciplina voluntária sobre o conteúdo publicitário, de cumprimento por empresas anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação.

Foi inspirador de iniciativas semelhantes para diversos países latino-americanos e, pelo pioneirismo no seu trato com o tema, o Brasil liderou, no continente, a criação do CONAR, rede de CONARs latino-americanos, integrado por nós do Brasil, mais Argentina, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Paraguai, Peru e Uruguai, ombreando-nos à Easa (European Advertising Standards Alliance).

Aprovado o Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, foi fundado o CONAR para administrá-lo, e o CONAR superou a primeira dificuldade de qualquer



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 2

07/03/2016

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Bom dia a todos os presentes e às pessoas que nos ouvem e que assistem a esta reunião pelos canais de comunicação no Senado Federal!

Cumprimento todos e agradeço pela presença, em especial a das Sras e dos Srs. Conselheiros, nesta manhã para a realização do nosso seminário, previamente designado, que tratará da restrição em publicidade e propaganda.

Para esta oportunidade, convido para estar à mesa conosco o Dr. Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Agradeço ao Dr. Igor Rodrigues Britto por estar conosco nesta manhã, com certeza contribuindo muito com nossos trabalhos.

Convido meu prezado amigo, Dr. Edney Narchi, Vice-Presidente Executivo do CONAR, nesta oportunidade representando a entidade e o Presidente, Gilberto Leifert.

Bom dia, Edney! Obrigado pela presença.

Comunico, em especial às Sras e aos Srs. Conselheiros, que vamos ter uma novidade a partir deste seminário, que é uma realização interativa com a comunidade. O e-Cidadania do Senado Federal nos procurou para sugerir que façamos um trabalho interativo com a sociedade e recebemos, durante o seminário, perguntas de qualquer cidadão, pelo sistema de comunicação, pelo Portal do Senado. As perguntas serão encaminhadas à nossa assessoria, e nós poderemos, assim, ter uma sinergia maior com a sociedade.

Agradeço a parceria que nos propõe o e-Cidadania.

Este seminário, prezados convidados, Sr. Edney, Sr. Igor, tem por objetivo, como disse, discutir um pouco a restrição em publicidade e propaganda. O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional vem fazendo atividades assim em todas as suas reuniões mensais. Nós temos, por previsão regimental, a realização de uma reunião por mês, na primeira segunda-feira útil de cada mês, e temos aproveitado essas oportunidades realizando nossas pautas de trabalho à tarde e, no período da manhã, fazendo eventos como este, a fim de discutir temas relacionados às atividades, à competência legal e regimental do Conselho de Comunicação Social como órgão de assessoramento das duas Casas legislativas, Câmara e Senado.

Assim fizemos no mês passado, com excelente atividade no período da manhã, e à tarde continuamos com nossos trabalhos ordinários.

Hoje, temos a satisfação de recebê-los aqui para discutir o tema que há pouco anunciei, para, em exposição de até 20 minutos, manifestarem-se acerca do papel das entidades que representam aqui e especificamente sobre as suas atividades, naturalmente.

Em seguida, haverá uma interação, um debate com os Conselheiros, agora com essa novidade de podermos receber a participação da sociedade por meio do portal de comunicação do Senado da República.

Imediatamente, passo a palavra ao Dr. Igor Rodrigues Britto, que, como já disse, é o Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Dr. Igor, mais uma vez, em nome do CCS, agradeço sua presença.

V. Sra tem a palavra.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Muito obrigado, Presidente, pelo convite.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 13

07/03/2016

Como toda e qualquer manifestação intelectual, a publicidade comercial igualmente não sofre impedimento em sua criação, produção ou veiculação, como dito, inclusive, nesse audiovisual do CONAR que vimos. No entanto, sofre muitas restrições, sejam as impostas pela Constituição Federal, por leis federais ou, ainda, e principalmente, pelo nosso CONAR, pelo Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, do qual nos orgulhamos muito e que muito respeitamos.

A indústria da propaganda já há muito tempo se adequou a todas essas regulamentações, a todos esses acertos que se fazem acerca de nossa expressão comercial. Algumas investidas de entidades notoriamente contrárias à liberdade de expressão comercial tentam de tempos em tempos impedir que a publicidade continue sendo exercida e exercitada com a mesma liberdade que lhe é concedida pela Constituição Federal e pelas normas federais. Essas investidas acontecem mediante pressões junto a órgãos governamentais, inclusive junto ao Congresso, esquecendo-se essas entidades que a publicidade é uma das formas mais lícitas de divulgar produtos e serviços legalmente produzidos, legalmente comercializados e, portanto, que podem ser legalmente divulgados.

A publicidade é essencial ao desenvolvimento da indústria comercial e de serviços, como também para a liberdade de imprensa. Com exceção das tevês pagas, todos os demais veículos de comunicação – tevês abertas, rádios, jornais, revistas, mídias digitais inclusive – são sustentados praticamente pela publicidade que divulgam mediante pagamento de espaço ou tempo publicitários negociados junto aos veículos. Exatamente porque auferem seus rendimentos de um setor que não influencia a sua pauta e o seu conteúdo jornalístico, cultural e esportivo, os veículos de comunicação não são presos a nenhum compromisso que não o da liberdade de informar os cidadãos – graças, portanto, à publicidade, que alimenta a liberdade de expressão dos veículos de comunicação, a qual se vincula também à liberdade de expressão comercial.

Essa liberdade extremamente preservada aos veículos de comunicação é mais exaltada ainda no Brasil com a impossibilidade de os chamados birôs de mídia, empresas que se dedicam à compra de mídia no atacado e a sua venda no varejo, assumirem *status* comercial que, pelo expressivo volume de compra de espaço publicitário, pode influenciar a própria pauta e o conteúdo informativo dos jornais ou veículos de comunicação em geral. Esse tipo de empresa, amplamente atuante em mercados europeus – e na América Latina tem forte presença na Argentina – praticamente domina a compra de espaços publicitários, de tal forma que os veículos de comunicação que vivem da receita dessa venda de espaço se submetem a seu poder econômico, inclusive quanto ao conteúdo de informações que são prestadas ao público – com isso, têm reduzida sensivelmente sua liberdade de expressão jornalística.

No Brasil, isso é impedido por convenção entre as entidades representativas de agências de publicidade, anunciantes e veículos de comunicação em face de remunerarem esses últimos apenas as agências de publicidade que, além de criarem e produzirem peças e campanhas publicitárias, realizam a intermediação da contratação da mídia com bases técnicas e lastreadas em pesquisas de mercado realizadas por institutos altamente especializados. Qualquer outra pessoa física ou jurídica que faça as requisições de mídia, os veículos não remuneram, fazendo com que tais empresas sejam remuneradas por seus próprios clientes, mas não pelos veículos de comunicação, que destinam a remuneração de honorários de mídia, os chamados descontos de agência, exclusivamente às agências. Isso garante a absoluta isenção dos veículos, o direito inalienável de poderem comunicar com absoluta liberdade a sociedade em geral.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 14

07/03/2016

Portanto, a publicidade através das agências de publicidade é uma das mantenedoras do nosso sistema e a garantia da nossa liberdade de imprensa, assim como da liberdade de expressão comercial, que são garantias constitucionais.

As agências de propaganda se orgulham de fazer parte desse tripé que sustenta a liberdade de expressão neste País.

Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

Coloco-me à sua disposição para perguntas posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Sr. Orlando dos Santos Marques, pela sua exposição.

Se me permitem, Sras e Srs. Conselheiros, colho inscrições – o Nascimento já se inscreve ali. Posso fazer, primeiro, uma pergunta vinda da sociedade e que se encontra no portal do Senado, no e-Cidadania. Ela é dirigida ao representante do CONAR.

Diz aqui a Lucia d'Aquino:

Gostaria de perguntar ao representante do CONAR como é possível assegurar a eficácia de suas decisões, pois as reclamações demoram para serem julgadas, e isso faz com que eventuais decisões de sustação e alteração da publicidade ocorram depois de já encerrada a campanha.

O SR. EDNEY NARCHI – O CONAR trabalha com um Regimento Interno, dentro do seu Conselho de Ética, que tem de assegurar minimamente as normas do processo civil brasileiro. Nós corremos. Os prazos são menores que os prazos processuais da Justiça comum. Nós damos a maior importância à celeridade e à simplicidade do processo, a ponto de o anunciente citado ter apenas cinco dias úteis para mandar sua defesa, para mandar sua justificativa. Encaminhada a defesa, o processo é automaticamente distribuído a um dos julgadores, um dos conselheiros de Ética que, na sessão seguinte do Conselho, traz aqueles autos para julgamento. Então, a demora eventual que existe é no sentido de se assegurar claramente a mais ampla defesa para quem for denunciado. Isso é constitucional. Um dos predicamentos constitucionais brasileiros é que será assegurado, tanto judicial quanto administrativamente, o direito à mais ampla defesa e a um duplo grau de jurisdição até.

Mas eu queria esclarecer a Srª Lucia que, apesar desses prazos mínimos que existem para a apresentação de manifestações de defesa, o Conselho de Ética tem, regimentalmente, a possibilidade da aplicação de uma decisão liminar de sustação. Portanto, instaurado o processo, recebida a queixa e instaurada a representação ética, as autoridades judicantes – o próprio presidente do CONAR, ao determinar a instauração; o presidente de Câmara, ao designar um conselheiro relator; ou este, ao receber em suas mãos o processo – podem determinar a sustação liminar daquele anúncio, daquele comercial, daquela peça publicitária, que será automaticamente excluído do panorama da mídia.

Por exemplo, o anúncio do Courofino, que o Dr. Igor manifestou aqui como um dos "monstruários" de falhas cometidas na publicidade, foi objeto de uma sustação liminar e de uma condenação definitiva no Conselho de Ética do CONAR, muito provavelmente antes de que a autoridade pública tivesse tido ocasião de citar, de instaurar o processo administrativo, aguardar a defesa, enfim, todas aquelas comunicações e manifestações da praxe jurídica e judicial brasileira.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (3ª Reunião) CN - 15
07/03/2016

Enfim, já que toquei naquele assunto do "monstruário" do Dr. Igor, eu queria informar que aquele episódio do Vogue editorial era, como o próprio nome indica, um editorial, Dr. Igor. Não era conteúdo publicitário. Era uma manifestação da editora a respeito de moda: moda infantil, moda verão, etc., e o CONAR não instaurou processo exatamente por causa disso. A explicação da editora é de que não havia nenhuma comunicação comercial naquele material. Era um editorial como a própria legenda, preparada pelo Senaçon, demonstrou.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um complemento, se me permitem. Sobre a pergunta da Lúcia d'Aquino, a quem agradeço pela interação conosco: qual é a periodicidade de reunião do CONAR, de suas sessões?

O SR. EDNEY NARCHI – As câmaras...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Essa era a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas V. Ex^a é primeiro inscrito. Desculpe.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Fica sendo nossa.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu imaginei que iria fazê-la.

O SR. EDNEY NARCHI – Aliás, eu já conversei bastante com o Conselheiro Nascimento antes da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Qual é a periodicidade então?

O SR. EDNEY NARCHI – A periodicidade é mensal, Sr. Presidente. As câmaras do Conselho de Ética se reúnem mensalmente e o Plenário, que é o órgão que pode julgar os recursos extraordinários, se reúne a cada dois meses.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

O Conselheiro Nascimento é o primeiro inscrito.

V. Ex^a abre mão da palavra? Certamente tem outros questionamentos, conhecendo V. Ex^a como conheço.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Não, Presidente. Não abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor, a palavra é sua.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O.k., muito obrigado.

Bom dia.

Eu vou começar pelo início, com o Dr. Igor.

Fiquei preocupado com a composição desta Mesa, de ela não ser só com visão capitalista. Aliás, eu nem usei ainda a terminologia socialista porque está proibido no Brasil falar em socialismo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a me permite uma intervenção? Por sugestão de V. Ex^a, nós convidamos também a Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Direito do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini, que não pôde comparecer. Tentando fazer um equilíbrio.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Muito obrigado. Ela e mais seis indicados. Mas tudo bem, vamos lá.

Vou diretamente à pergunta para ver se conseguimos entrar em campo.

O senhor tem um levantamento dos registros de documentos ou de insatisfações no que diz respeito à publicidade direcionada para a criança? Ou para outros, mas, *a priori*, a minha preocupação é com relação às crianças.

Vou além. Existe o argumento de que restrições de publicidade, ou publicitárias, são uma afronta à liberdade de expressão. Eu pensei que não fosse ouvir isso aqui, mas ouvi



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 16

07/03/2016

novamente. Eu queria ouvir a sua impressão sobre essa visão, que na minha opinião é equivocada.

A última pergunta é com relação ao marco legal. Se aprovado, ele fará diferença na postura de tudo que foi dito aqui?

A pergunta – ou uma falação direta – para o Edney. Ele mostrou um vídeo publicitário. Eu já devo ter visto esse vídeo umas cinco, seis vezes, ou mais. E eu não tinha a quem ou como perguntar sobre essa questão do "nós": "O CONAR é feito por 'nós'", na voz dos empresários.

Talvez eu tenha entendido errado, porque quando ele diz que as observações do CONAR são pertinentes, que delícia é ter o CONAR para nos ajudar, do contrário seria uma bagunça danada, e que ele é representado pela sociedade civil, eu quero entender que sociedade civil – desculpem-me a grosseria, a forma de um trabalhador comum falar –, na minha ótica, é dividida: sociedade civil empresarial e sociedade civil não empresarial. Não é agora que vou querer que o senhor cite aqui quais são os representantes da sociedade civil não empresarial que fazem parte do CONAR. Neste Conselho aqui, foram indicados dois ministros para representarem a sociedade civil. No meu entendimento, eles não representam a sociedade civil, por serem dois ministros de Estado. Então, há essas dicotomias com relação a essa representatividade.

Neste Conselho, está a Conselheira Liliana. Cadê ela? Ah, ela está ali! Ela e o Roberto são conselheiros de notório saber no campo técnico. No caso do Roberto, especificamente, ele é alto funcionário do SBT.

Então, ao se analisar essa comparação de representatividade, ainda acho que a sociedade civil está fora dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro, observe o tempo.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Vou lá! Quero tentar contribuir da melhor forma, ouviu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Com certeza!

O SR. NASCIMENTO SILVA – Fico preocupado, porque há autorregulamentação para publicidade, mas não entendo por que os empresários não querem autorregulamentação para radiodifusão, o que também evitaria alguns problemas futuros no campo da liberdade de expressão e da comunicação.

Vou finalizar, dizendo para o senhor que o uso de meia-verdade é mais danoso do que uma mentira, como já dizia meu falecido pai. Muitas vezes, dizem que o produto conta meia-verdade dessa publicidade. E aí para tirá-la... A meia-verdade é que está prevalecendo.

O Dr. Orlando – digo isto sem ofensa, ouviu, doutor? – acredita no que acabou de ler, mas teria de haver outro fórum para batermos mais um papo. Há controvérsias sobre tudo isso que o senhor disse, principalmente com relação à liberdade de expressão.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só para organizar, lembro que estão inscritos os Conselheiros Maria José Braga, Patrícia Blanco, Marcelo Cordeiro e Lazzarini. Agora, inscreve-se o Ismar – é isso? – e também a Liliana. Perfeito!

Vamos às respostas. Damos a resposta, na sequência. Temos de observar o tempo. Com a palavra Dr. Igor.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Muito obrigado, Conselheiro Nascimento, por dirigir algumas de suas questões a nós da Senacon, porque é mais uma oportunidade em que podemos aprofundar algumas posições que a Defesa do Consumidor vem assumindo a respeito do tema.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 17

07/03/2016

A primeira pergunta – se eu tiver compreendido de forma errada, o senhor me corrija, por favor – é sobre a existência de dados indicadores de reclamações de consumidores a respeito especificamente de publicidades abusivas. Esse número não é expressivo. A gente pode fazer um levantamento. Eu poderia até apresentar ao Conselho esse levantamento mais organizado. No que diz respeito a denúncias de publicidade abusiva, ou seja, sobre o discurso publicitário em si, já posso garantir que o número é, com certeza, menor do que o número de pessoas que denunciam, por exemplo, a publicidade enganosa.

A minha experiência em lidar com esses dados, em lidar com esses temas, não indica, talvez, insatisfação ou satisfação das pessoas a respeito disso, mas um desconhecimento das pessoas a respeito da classificação, de como uma publicidade pode ser abusiva ou não. Os nossos fundamentos legais e os nossos marcos legais não ajudam muito a sociedade brasileira, o cidadão leigo, a respeito de regras e direitos, a conseguir fazer uma análise específica de um discurso publicitário, de uma peça publicitária que ele está analisando, se ela ultrapassou os limites legais ou não. Às vezes, consideram-se suas próprias análises subjetivas e pessoais a respeito disso.

Acho que é o desconhecimento das pessoas a respeito dos limites legais e a falta de experiência do público a respeito disso que talvez impeçam que a gente tenha algum número significativo a respeito do tema. Porém, há, claro, muitas denúncias recebidas nos órgãos de defesa do consumidor que vêm tanto de pessoas comuns como de entidades civis organizadas, da sociedade civil organizada.

Grande parte desses processos administrativos surgem de denúncias que vêm, às vezes, do próprio Ministério Público, que, em alguns Estados, não está estruturado para instauração de processos administrativos, mas para ações civis públicas, mas também quer ver a discussão, no âmbito administrativo; a maioria deles, da sociedade civil organizada, cada ator se sentindo diretamente impactado, como o movimento feminista, o movimento de proteção das crianças fazendo essas denúncias específicas. Eu gostaria de fazer esse levantamento e apresentar ao Conselho e, no mais breve tempo possível, tentarei encaminhar isso para que o senhor tenha esse dado.

Sua outra pergunta é sobre qual a nossa opinião técnica a respeito dos conceitos de liberdade de expressão comercial e a restrição da publicidade significar uma censura. Nós não concordamos com o uso dessas expressões técnicas, Conselheiro, porque não acreditamos que a liberdade... Na verdade, independente do nome que se dê, acredito que a atividade publicitária seja protegida por princípios de liberdade econômica, princípios inclusive constitucionais, mas não acreditamos, dentro da defesa do consumidor, que eles se confundam com o direito fundamental de liberdade de expressão do indivíduo, do cidadão ou das corporações, das entidades coletivas, porque eles estão muito mais relacionados à liberdade de expressão religiosa, cultural, política, etc., se fazemos análise dos fundamentos, da origem desse direito fundamental humano na nossa Constituição e nas outras constituições. Não quer dizer que não existam; acreditamos que existe um direito de liberdade econômica, de se comunicar com os clientes, e não achamos que ele possa ser confundido. Por essa razão, não há que se falar em censura, porque é uma conotação muito mais relacionada aos direitos humanos de liberdade de expressão, mas não quer dizer que deveríamos ter um mecanismo de análise prévia da atividade publicitária, porque, mesmo que pudéssemos usar essa expressão ou não, censura, independente disso, não é desse tipo de controle que nosso ordenamento jurídico trata.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 18

07/03/2016

Estou querendo, com isso, chegar a dizer que nós concordamos que não há impedimento, obstáculo constitucional e legal para se discutirem outras restrições, aperfeiçoar as restrições que existem ou outros mecanismos de controle, como os dois temas que escolhi apresentar para os senhores. Nós não achamos que legalmente eles estejam abarcados numa segurança jurídica para todos os atores – para os consumidores, para as operadoras do mercado, para a indústria publicitária – nem para aquele que exerce a função de fiscal de controle de postura, que são a publicidade de alimentos e a publicidade dirigida ao público infantil. Nós acreditamos que a discussão a respeito desses novos mecanismos de controles e restrições dessa matéria publicitária seja constitucionalmente permitida, e isso é legítimo, à medida que é um avanço do próprio pensamento constitucional. Aqueles cinco temas ou mais que foram objeto de restrição na Constituição de 1988 são temas relacionados à saúde das pessoas: medicamento, terapia, agrotóxico, bebida alcoólica, etc. À medida que a ciência avança, à medida que a consciência sobre o que é saúde avança, não há por que impedir essa discussão, como, por exemplo, de controles da publicidade de alimentos.

E aí controle não significa proibição, nem restrição. Refiro-me a qualquer mecanismo de segurança jurídica para as pessoas, como a Agência de Vigilância Sanitária já tentou fazer em 2010. Isso ainda está, inclusive, na agenda regulatória da Anvisa, a RDC 24/2010, que tentou enfrentar o controle da publicidade de alimentos com o objetivo único de garantir, como já foi dito, o direito à informação do consumidor, uma reformulação adequada para um comportamento de consumo mais consciente, mais crítico, ainda mais na lógica que vivemos hoje de um direito humano à alimentação adequada. Então, a informação sobre o que é adequado ou menos adequado para minha alimentação, de acordo com os meus gostos, com as minhas preferências, é um direito da pessoa.

Então, não acredito que essa discussão passe por dicotomias entre liberdade de expressão ou censura; é puro direito do consumidor, em restrição a liberdades econômicas.

A última pergunta do senhor, Conselheiro, foi a respeito do Marco Legal da Primeira Infância. O senhor perguntou se ele fará diferença se for sancionado pela Presente da República, se ele será algum avanço.

Nós, que acompanhamos as discussões do projeto, chegamos a ver enfrentamentos maiores nos textos originais. De qualquer forma, eu acredito pessoalmente no texto que saiu do Congresso Nacional. Essa foi a nossa manifestação técnica a respeito disso, quando consultados sobre o nosso apoio como aquilo sendo um avanço. Mesmo porque ele traz princípios novos, e tudo que fala sobre princípio de proteção integral da criança trata-se de direito humano fundamental da criança.

Quando esse normativo, se aprovado, entrar em vigor, a relação da criança com a sociedade de consumo, entre todos os outros princípios de proteção integral da criança, a relação da criança com o mercado de consumo passará a ter uma análise crítica do nosso ordenamento jurídico; ou seja, a criança também passará a ter que ser vista como sujeito de direitos, especial, independentemente da família em que ela nasceu, independentemente da escola em que ela estude, independentemente da condição social na qual ela teve a sorte ou o azar de surgir na vida. Ela é um sujeito de direitos que merece proteção no mercado de consumo por estar em condição especial.

Quando fala da proteção contra a pressão mercadológica ou publicitária, contra o estímulo ao consumo excessivo, nós acreditamos, sim, que ele é um avanço, uma abertura de portas para essas discussões anteriores todas de que eu falei. E, inclusive, o



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 19

07/03/2016

marco legal fortalece os princípios que estavam lá na resolução do Conanda, que também foi objeto de discussão. Há alguns contra, outros a favor daquele texto legal, mas existem princípios ali que são de políticas públicas de proteção da criança que precisam ser trazidos à tona. Ou seja, nós temos a proteção da criança no âmbito familiar, nós temos a proteção da criança na instituição de ensino, nós temos a proteção da criança no seu seio familiar; por que não podemos discutir quais são os mecanismos de proteção da criança dentro do mercado e a sua participação na sociedade consumo?

É essa a nossa visão técnica a respeito do tema, Conselheiro.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Edney.

Nós teremos que resumir nosso tempo, desculpem, tanto dos conselheiros, quanto dos palestrantes. Eu peço isso em razão da limitação temporal, pois temos no máximo uma hora de trabalho. É possível cumprir, com satisfação.

Muito obrigado.

O SR. EDNEY NARCHI – A primeira pergunta do Conselheiro Nascimento Silva foi a respeito de por que "nós"; quem é "nós" no CONAR?

O próprio nome indica, Conselheiro: o CONAR é o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. É um movimento, é um documento, como o Código, e uma entidade, como o Conselho, que, reunindo os *players* desse mercado de publicidade – anunciantes, agências e veículos de comunicação de todas as extrações –, acolheu uma disciplina voluntariamente, uma disciplina quanto às manifestações comerciais. "Nós" são efetivamente os praticantes da atividade publicitária.

Por que existe sociedade civil? Porque um dos órgãos – na minha interpretação, o mais importante órgão do CONAR –, que é o seu Conselho de Ética, aquele que julga, aquele que decide se o anúncio pode ou não continuar a ser veiculado, é composto também por representantes da sociedade civil.

A diretoria do CONAR convida advogados, médicos, jornalistas, professores universitários, gente de nível universitário de várias profissões, de várias atividades, para trazer para dentro do CONAR a sua visão de sociedade civil, não fazendo parte de nenhuma empresa anunciativa, não fazendo parte de nenhum veículo de comunicação, não tendo passado jamais na porta de uma agência de propaganda. São pessoas, portanto, de outra atividade, que trazem para dentro do CONAR, com o mesmo voto e a mesma voz, as discussões em torno dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Permita-me uma informação. Eu próprio indiquei, Nascimento, por provocação, sabendo que havia uma vaga, recentemente, no segundo semestre do ano passado, o ex-presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, que acho um legítimo representante da sociedade civil para integrar o conselho.

O SR. EDNEY NARCHI – Que já tomou posse e já estreou.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E já julgou.

O SR. EDNEY NARCHI – Eu não quero perder a oportunidade, Presidente, de fazer um breve comentário a uma das perguntas que o Conselheiro fez ao Dr. Igor, e ele respondeu muito corretamente que queixas de publicidade abusiva são em menor número que queixas de publicidade enganosa, na contagem do Sindec (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor). O que eu gostaria de acrescentar, Conselheiro, é que, somadas todas as reclamações constantes anualmente desse levantamento do Sindec, que reúne as queixas encaminhadas pela população brasileira aos diversos



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 20

07/03/2016

PROCONS que existem, a propaganda comercial não representa mais do que 1,5% do volume de queixas.

É extremamente baixo o volume de queixas que a população brasileira leva aos seus PROCONS reclamando, de alguma forma, de propaganda. Em boa parte, talvez porque já existe o CONAR, que presta esse serviço ininterruptamente, e as pessoas também recorrem a esse órgão, mas, de qualquer maneira, nós também interpretamos que existe uma aceitação, por parte da população, do trabalho, do produto publicitário que lhe é oferecido através dos meios de comunicação de massa.

Quanto à tentativa da Anvisa de regular administrativamente propagandas de alimentos, eu reitero a minha manifestação da leitura da Constituição Federal, que deixa muito claro que é necessária lei federal para se impor contra a liberdade de expressão comercial. Só uma lei federal aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República tem o poder, no Brasil, de acordo com a nossa Constituição, de restringir propaganda comercial validamente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Orlando Marques.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Conselheiro Nascimento, eu queria fazer apenas um comentário com relação ao que o senhor disse a respeito da liberdade de expressão, da importância da publicidade comercial como mantenedora, como um dos sustentáculos da liberdade de expressão.

Eu queria dizer que, hoje, eu dirijo uma associação de agências e trabalhei em agência nos últimos dez anos, mas todos esses meus cabelos brancos eu adquiri trabalhando em veículos de comunicação. Eu sei da importância de um anúncio para um jornal, para uma revista, para uma rádio, para dar àquele órgão a liberdade que ele precisa para se manifestar. E sei o quanto faz mal para um veículo de comunicação ser dependente de um único anunciante, ou de dois ou três anunciantes, ou de um grupo de anunciantes sintonizados numa mesma direção.

Eu tenho absoluta certeza de que é muito importante haver lá àquele vendedor de anúncio que vai à agência de propaganda ou ao cliente vender um anúncio para aquela revista, para aquele jornal, para aquela televisão, para aquela rádio. Isso dá a esse veículo o poder de se expressar como quiser, como achar que deve, sendo responsável por isso de acordo com a liberdade de expressão que lhe é dada.

Eu me coloco à sua disposição, se quiser discutir isso profundamente, em qualquer outro ambiente. Conte não só com o presidente da Associação de Agências, mas com o cidadão que, a vida inteira, ganhou dinheiro defendendo a liberdade de expressão e defendendo veículos que tivessem essa voz livre para se manifestar.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Sr. Presidente, eu poderia apenas fazer uma pergunta objetiva, rapidamente.

O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Deixe-me seguir aqui só para ser fiel às inscrições, porque são seis conselheiros, e volto a V. Ex^a.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Essa minha solicitação é para ajudar o seu trabalho, que é perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Volto a V. Ex^a.

Conselheira Maria José Braga.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Bom dia a todos e a todas.

Estamos aqui às vésperas do 8 de maio, e, por isso, primeiramente, cumprimento as mulheres. Agradeço a presença dos nossos convidados...



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 21

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Que esses cumprimentos sejam de todos nós.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Certamente, isso vai nos possibilitar aqui um bom debate. E, para esse bom debate, eu listei algumas coisas aqui e tentarei ser o mais breve possível, mas realmente são muitas questões a tratar.

Eu começaria pela questão do discurso publicitário e, obviamente, pela necessidade da regulação da publicidade. Essa necessidade de regulação foi admitida por todos, e enfatizada a importância da autorregulamentação. Mas o próprio representante do CONAR e também os demais representantes que apareceram no vídeo colocam como positivo o sistema misto de autorregulação e regulação.

Então, creio que isso é importante para nós termos claro do que nós estamos falando. E vou dar um exemplo de nós, jornalistas. Ao ver os empresários, inclusive, da comunicação exaltando a autorregulamentação, veio-me à mente a questão da profissão dos jornalistas. Nós tanto lutamos por uma autorregulamentação, com a criação do Conselho Federal de Jornalistas, e os empresários nos negam isso veementemente, dizendo que não tem de haver regulação nenhuma.

Então, nós também somos partidários desse sistema misto, que seria autorregulamentação mais algumas medidas regulatórias, sim, o que a nossa própria Constituição prevê.

Então, com base na premissa de que esse sistema misto funciona e com base na fala do Dr. Igor, que disse, textualmente, que os órgãos de defesa do consumidor carecem de marcos legais, eu queria que o Dr. Igor pudesse ser um pouco mais explícito: onde está nos faltando marco legal para a publicidade? Apesar de ele já ter citado a questão da criança, aqui eu também vou insistir no discurso publicitário e também em homenagem ao 8 de março. Assim, eu não poderia deixar de dizer que, apesar de toda essa regulamentação, apesar de marcos já existentes, existem realmente lacunas.

E aí eu realmente expresso a posição da Federação Nacional dos Jornalistas, de que precisamos, sim, complementar o que existe em termos de legislação. E vou me referir às crianças, mas também vou me referir às mulheres.

As mulheres são vítimas diárias de um discurso publicitário machista, que coloca a mulher como objeto de desejo do homem e, quando não, em condição de subalternidade. A mulher é sempre subalterna na publicidade. Esse é um problema para, vamos dizer, a sociedade brasileira, porque temos de colocar como meta a superação da desigualdade de gênero no País. Temos de colocar como meta a superação do machismo.

E, falando no discurso publicitário, veio-me também à mente a discussão que fazemos o tempo todo na academia, já que somos da área de comunicação – jornalistas, publicitários, radialistas. No jornalismo, vemos que o que diferencia o jornalismo da publicidade é, essencialmente, o compromisso ético com a verdade. Esse é o nosso discurso como jornalistas.

E, no Código do CONAR, temos que é princípio da publicidade a verdade.

E, aí, eu vou perguntar: o que é a verdade na publicidade? E não estou fazendo uma pergunta do discurso filosófico. Não vamos aqui falar: "A verdade não existe, a verdade depende do referencial". Nada disso. Eu estou fazendo uma pergunta bem objetiva: o que é verdade dentro do discurso publicitário?

Vou citar dois exemplos que eu lembro aqui agora. A propaganda – nem sei se está veiculando ainda – do creme hidratante Monange, e a Xuxa se lambuzando de Monange. Não dá uma informação técnica do produto, mas tem uma personalidade pública dizendo



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 22

07/03/2016

para as consumidoras, que é um produto dirigido às mulheres, consumirem aquele produto.

Mas, obviamente, a Xuxa nunca consumiu Monange – obviamente –, porque eu não consumo. E eu sou classe média baixa, trabalhadora, assalariada e não consumo Monange, porque um dermatologista diz que não é suficiente para hidratar sua pele. Então, o que é a veracidade na propaganda? Eu dou esse exemplo e poderia citar outros, mas não me ocorre, e também o nosso tempo aqui é um pouco pequeno.

Outro problema: está no Código do CONAR que é preciso ter a identificação da publicidade. Em alguns países, e eu vou citar a França, até nos meios eletrônicos, antes de começar um anúncio publicitário vem uma vinheta: publicidade. Não existe identificação mais explícita do que isso. Antes de começar um anúncio, vem: publicidade – isso nas tevês, etc.

Eu vou perguntar, especificamente, por esse princípio do CONAR, como é que o CONAR, então, trata a questão do *merchandising*? Trata-se de uma publicidade não identificada. E, não identificada, não podemos aqui tratar que, no fim de um programa, nos créditos que vêm lá, apareça: *merchandising*, isso assim, assim, assim, assim. Então, na minha opinião, é um problema a falta de identificação da publicidade no *merchandising*.

Isso sem falar nos próprios veículos de comunicação, como, por exemplo, os jornais. Para você ler que é um informe publicitário, e principalmente quando esse informe publicitário vem em forma de notícia, se você não colocar uma lupa você não vê que está identificado como informe publicitário. E passa despercebido, para a grande maioria dos leitores, que se trata de um informe publicitário.

Também queria lembrar que vários profissionais da propaganda – e aí um elogio aos profissionais da propaganda brasileira, vamos dizer assim, em nome do Presidente da Abap, porque nós, realmente, temos profissionais de ampla capacidade criativa e que são premiados no mundo inteiro, e sabemos disso – admitem que é preciso ter freio. Então, eu acho que isso também a gente precisa ter claro aqui.

E, por último, eu queria perguntar para o Vice-Presidente do CONAR, o Sr. Edney, como se dá a escolha dos 48 representantes da sociedade civil no Conselho de Ética do CONAR? Isso, por uma simples questão. O Conselheiro Nascimento já tocou nisso, mas eu queria reforçar. Ao falar da representação da sociedade civil, nós precisamos ter em mente que nós, obrigatoriamente, temos de discutir representatividade. Não adianta ter 47 – porque, claro, uma pessoa indicada pela OAB está credencialmente representando a sociedade civil – pessoas falando em nome próprio, de suas impressões próprias, de suas convicções próprias, de sua formação religiosa, moral, etc.

Quando falamos de representação da sociedade civil, nós estamos pensando naquelas pessoas que se inserem no debate público, por meio de entidades e organismos públicos, e que têm posições públicas. Então, eu pergunto, objetivamente: como é que se dá essa escolha dos 48 representantes da sociedade civil?

Por enquanto, é isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Na mesma sequência.

Peço que resumam o máximo possível e peço aos Srs. Conselheiros que observem o tempo.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Serei breve, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 23

07/03/2016

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Conselheira Maria José Braga, obrigado mais uma vez por nos dirigir uma questão, oportunizando-nos discutir ainda mais o tema.

Na verdade, eu acho que não só o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) carece de marcos legais; a sociedade é que carece. Daí a dificuldade de algumas lacunas jurídicas, como a senhora bem falou. E, às vezes, a necessidade de alguns aperfeiçoamentos dos regulamentos que nós temos, das normas que nós temos, faz com que tanto a sociedade interessada – e volto a dizer – quanto o próprio mercado estejam talvez num ambiente, em alguns pontos, inseguro juridicamente, na medida em que não se enxerga, não se consegue visualizar quais são os limites impostos. Em razão disso, podem sofrer às vezes penalidades e ações judiciais, por interpretações difusas que um princípio, uma norma, pode ter.

Mas a senhora pergunta especificamente quais são esses espaços em que nós acreditamos que possa haver aperfeiçoamentos, não é? Há a própria noção, como eu disse na minha fala inicial, do conceito de publicidade abusiva, e o Código de Defesa do Consumidor, em 1990, falou mais de uma vez na expressão "abuso". Ele disse "cobranças abusivas", "cláusulas abusivas", "práticas abusivas" e "publicidade abusiva". Nas quatro vezes em que essa expressão "abuso" foi manifestada, não foi por meio de conceitos no texto – "o que é abusivo" –, mas, sim, por meio de exemplos, e os exemplos eram de 1990. Esses mesmos exemplos são passíveis de serem criticados hoje. Outros exemplos poderiam ser encaixados na norma como abusivos. Esse é um ponto de discussão sobre aperfeiçoamento normativo.

Alguns produtos foram constitucionalmente objeto de restrições e de limitações na própria Constituição Federal. Esse elenco de produtos que mereceram, depois de leis de origem na Constituição... Refiro-me àquela lista taxativa de produtos, como medicamento, tabaco, terapia, álcool, etc. Eles devem ser entendidos como um rol exemplificativo, porque outros produtos, se consumidos em excesso, podem afetar a saúde dos brasileiros? Eles devem também – e falo isso como uma pergunta, não como uma afirmação – fazer parte de um rol de produtos que merecem alguma norma infraconstitucional, para trazer limitações às suas publicidades?

Um outro ponto são os próprios ambientes, alguns ambientes inexistentes ou que não eram discutidos nas décadas anteriores, ambientes em que se faz publicidade. O maior exemplo deles é a própria internet. Há uma série de decretos e proposições legislativas que colocam em discussão o ambiente da internet como um ambiente com ou sem controle da atividade publicitária. O Brasil está muito distante de grande parte dos países que modernizaram suas normas de defesa do consumidor, ao criar regras para mensagens indesejadas, ou seja, aquelas mensagens que as pessoas recebem sem autorização ou sem consentimento. São os chamados spams. Então, há muitos anos, vários outros países já modernizaram o controle disso. Há também a publicidade nas escolas. Não existe marco legal federal para tratar sobre a atividade publicitária dentro das instituições de ensino. Por acaso elas mereceriam ou não mereceriam alguma discussão sobre a aplicação de regras a respeito desse ambiente, por ser um ambiente especial?

(Soa a campainha.)

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Algumas outras propostas também discutem até a publicidade dentro dos hospitais.

Concluo agora, Presidente.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 24

07/03/2016

Eu acho que é tão legítima a discussão e é tão legítimo querer discutir isso, que isso se demonstra e se simboliza na quantidade de propostas legislativas perante o Congresso. Como a senhora mencionou, só de publicidade infantil são 20 propostas legislativas em trâmite, em avançado estágio também. Sem contar a questão de publicidade de alimentos, que são os dois temas que eu escolhi, porque são os de maior quantidade de propostas legislativas e normativas, nas agências reguladoras, em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sr. Edney.

O SR. EDNEY NARCHI – Eu creio que, em relação ao discurso publicitário, o Presidente da Abap terá maior equipamento intelectual para responder. Eu não sou publicitário. Eu sou advogado. Mas, em relação a crianças e mulheres, o nosso Código de Autorregulamentação já prevê as formas pelas quais o anúncio possa ou deva tratar uns e outros, atingir uns e outros e respeitar uns e outros.

São inúmeros os processos julgados em relação a infrações cometidas com relação ao art. 37, da proteção à criança; em relação ao art. 19 e 20, quanto à dignidade da pessoa humana e respeitabilidade. E o CONAR recebe diariamente várias queixas sobre todos os tipos de infrações ou de incômodos eventualmente causados pela publicidade para pessoas ou grupos de pessoas.

A senhora se referiu ao modelo que utiliza um produto cosmético que eventualmente não se utiliza na realidade, na vida real. Mas isso é assim mesmo, não é, Srª Maria José? Os modelos publicitários estão alugando a sua representatividade, a sua beleza, o seu renome, a sua fama em benefício de um produto que está pagando por eles. O importante é saber se esse produto anunciado está ou não liberado, registrado e aprovado pela autoridade de vigilância sanitária. Quando a artista, a apresentadora fala que usa Monange porque hidrata, é porque necessariamente esse produto foi submetido à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que aprovou esse produto nessa categoria, na categoria de hidratante ou hidratante perfumado. Não sei ao certo todas as especificações desse produto. Mas, se não for aprovado, se não estiver registrado perante a autoridade nacional de vigilância sanitária, o produto não poderia ser anunciado nos meios de comunicação de massa.

Em relação a *merchandising*, o CONAR, ao exigir a identificação publicitária, informa quais são os meios pelos quais a identificação pode se dar. Ela pode se dar obviamente pela inscrição em informe publicitário, por exemplo, nos meios impressos. Mas ela tem que se dar em todos os meios pela ostensividade do uso da marca. Ao aparecer a marca do produto, ao aparecer o nome do banco, ao aparecer o símbolo da empresa, é claro que aquilo está sendo uma peça publicitária. E mais, nos *merchandisings* de conteúdos editoriais seriados, como novelas e minisséries, é necessário incluir ao lado dos créditos – autor, diretor, artistas, modelos, iluminadores, etc. – que aquele material contou com a ação de *merchandising* do produto tal ou qual.

Isso foi uma solução encontrada após a aprovação do Código de Defesa do Consumidor e tem sido suficiente, sim, para deixar claro que existe a publicidade indireta contratada legitimamente, que beneficia as produções, que sustenta os caríssimos investimentos artísticos das emissoras de televisão e das empresas cinematográficas brasileiras. O *merchandising* em cinema é seguramente uma das mais importantes fontes de financiamento dessa atividade artístico-cultural e intelectual em nosso País.

Os conselheiros da sociedade civil, por fim, são convidados pelo CONAR. A diretoria do CONAR convida, dentre as oito câmaras em que se compõe o Conselho de Ética – quatro em São Paulo, uma no Rio, uma em Brasília, uma em Porto Alegre e outra



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 25

07/03/2016

em Recife –, membros da sociedade civil de diversas extrações, de diversas formações, para representarem a população dentro dos julgamentos, com o mesmo direito que têm a votar e relatar processos os representantes de anunciantes, de agências e de veículos de comunicação.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Orlando dos Santos, da Abap.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Eu queria começar pelo final, Maria José, muito obrigado pelas suas colocações.

Você coloca que os próprios publicitários dizem: “Nós queremos freio.” É verdadeiro, nós queremos freio. Queremos e respeitamos o freio existente, freio este que se baseia nas leis existentes no País e nas leis outras de autorregulamentação que nós mesmos fizemos. Queremos que essa autorregulamentação funcione, e toda vez que ela nos é imposta por algum deslize, nós respeitamos e tiramos do ar o anúncio ou modificamos, enfim, fazemos o que foi determinado pelo CONAR.

Então, é importante ter um freio? É. O que nós não queremos e achamos que é contraproducente, até porque já temos uma boa autorregulamentação, é a mão pesada do Estado, porque sabemos que nem sempre ele é eficiente e nem sempre tem os objetivos de todas as partes devidamente contemplados. Pode ter um viés muito personalista do governante de plantão e nós gostaríamos de evitar isso, por isso fizemos a autorregulamentação.

O Edney falou sobre a identificação da publicidade, mas eu queria insistir, pois passei anos da minha vida trabalhando nos veículos, que isso é uma regra de ouro de veículos sérios. Há muito veículo que não leva isso muito à sério e eu acho que a gente deve combater porque anúncio tem que ser claramente identificado como anúncio, com a assinatura de quem está anunciando, ou se não há o logotipo, a logomarca do cliente, tem que estar escrito que é um informe publicitário em corpo suficientemente grande, para que todo mundo tenha certeza de que aquilo é uma manifestação comercial e não editorial.

O que é verdade na publicidade? Também o Edney falou um pouco. A verdade na publicidade é, respeitadas as características do produto, anunciá-lo. Nós anunciamos, nós fazemos anúncios e os inserimos nos veículos por conta e ordem do anunciante.

Suponha-se que nós cobramos, nós como agência, do cliente que ele tenha os créditos legais para ter aquele produto. Aquele produto tem que ser um produto legal, se não for um produto legal, reconhecido, respeitado, ele não tem liberdade de anunciar ou é proibido por alguma das restrições das quais falamos aqui antes. Então, é muito importante se ater ao que é o produto a ser anunciado. Evidentemente, quando há algum exagero nisso, vem aquilo que foi dito pelos publicitários: queremos um freio.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheira Patrícia Blanco.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Bom dia a todos.

Eu vou fazer rapidamente uma pergunta, até para ganhar tempo neste debate, porque eu acho que outros também querem perguntar.

Dr. Igor, bom dia, obrigada pela sua explicação. Só uma questão que eu gostaria de colocar. O senhor colocou que há necessidade de novos marcos legais ou de regulamentação em determinados produtos, isso em forma de lei ou uma melhoria até do Código de Defesa do Consumidor? Na sua visão, o Código de Defesa do Consumidor, com aqueles artigos de propaganda enganosa, abusiva, não são suficientes para suprir essa questão?

Então, esse é o primeiro ponto.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 26

07/03/2016

Para o Edney eu gostaria de perguntar: de quanto em quanto tempo o CONAR revê as regras daqueles dezenove setores que são colocados? Existe uma atualização constante desse regimento interno e isso é amplamente divulgado às agências, aos anunciantes?

E uma outra questão que eu queria colocar: quais são números do CONAR? Quer dizer, quantas reclamações o CONAR tem tido em relação aos setores? E quais são os mais reclamados?

Bom, acho que é isso.

E ao Orlando, mais no sentido do impacto da cadeia de produção. Temos visto muito esta questão de as restrições à publicidade impactarem, inclusive, na produção tanto dos veículos de comunicação quanto na produção de audiovisuais, especificamente de programas destinados a públicos específicos.

Então, são essas as minhas perguntas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, basicamente eu e a conselheira Patrícia estamos fazendo quase as mesmas perguntas. Já tínhamos até combinado para ganhar tempo.

Eu só queria completar porque aí já fazemos uma coisa só.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Pelo que eu entendi também os dois conselhos, tanto o CONAR quanto o Senacon, fazem quase que basicamente a mesma coisa, só não é a mesma coisa porque o CONAR não tem a parte punitiva porque o CONAR não tem a parte punitiva que eu vi que o Senacon tem.

Eu queria saber qual integração há entre esses dois conselhos e, se não há nenhuma, qual, na opinião de ambos, deveria haver entre eles.

Até porque – eu e a Patrícia estávamos comentando e gostaríamos de um comentário do Dr. Orlando –, falamos muito aqui em publicidade, como se a publicidade fosse uma forma de anunciar, de mostrar à sociedade o produto. Temos de deixar bem claro que a publicidade tem o problema de vender o produto. E nós vivemos em uma sociedade de livre mercado, em que o anunciante tem o direito de vender o produto dele. Agora, tem de haver um equilíbrio entre aquilo que ele está vendendo e aquilo que a lei permite, aquilo que não ultrapassa os limites legais. Mas o objetivo da publicidade, Dr. Orlando, se eu não estou errado, é vender produto; não é dizer: "Olha que bonitinho. Isso aqui é a pura a verdade." Não é bem assim. É mais vender produtos.

Eu gostaria só dessas informações, completando a conselheira Patrícia. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Dr. Igor.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Conselheira patrícia, enfrento a questão da senhora a respeito da suficiência do Código de Defesa do Consumidor atualmente para exercer todo o controle de limites e de freios à liberdade, à atividade publicitária.

Atualmente, se pudermos levar em consideração os princípios que estão implícitos no Código e se ele for suficiente para todos, para que todos os atores de mercado, da sociedade civil e dos próprios representantes do Poder Público, que têm um papel de ser guardião deles, possam dele extrair as boas práticas, que, por meio deles, devem ser implementadas pelas empresas, e os limites às liberdades que cada um tem no mercado para desenvolver essas atividades, se todos forem capazes de extrair dali um substrato dessas regras... Talvez, nem tudo ele vai conseguir expressamente enfrentar, porque ele é uma norma de 1990. E em 1990 nós não tínhamos internet em todos os lares nem TV a cabo em todos os lares. Nós não tínhamos tantos canais de televisão disponíveis. E,



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 27

07/03/2016

obviamente, o cenário de 1990 não é o mesmo cenário da indústria publicitária de hoje, pois ela é muito mais amadurecida e é uma indústria muito mais robusta do que de 25 anos atrás.

Existem vários grupos – isso eu quero dizer – de pressão, representativos de várias camadas da sociedade, empresarial ou não empresarial, que provocam, que pautam tanto o Congresso Nacional, como o Poder Público, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, a respeito da aplicabilidade dessas regras como suficientes para servir como esses freios, como também como padrão de conduta que deve ser seguido.

Eu acredito que um aperfeiçoamento e uma modernização das regras existentes hoje são necessários. Posso falar do Código de Defesa do Consumidor e de várias outras regras, como as tentativas de também atualizar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ou seja, os direitos sociais pós-Constituição Federal precisam, obviamente, sofrer alguma modernização, se a sociedade não for capaz de extrair dali o seu conteúdo maior. E, na medida em que nós temos tantos conflitos a respeito disso, judicializados, esse é um sinal de que a clareza das regras às vezes é necessária para desafogar o Judiciário, desafogar os órgãos de defesa do consumidor, já que nós trabalhamos com as regras públicas.

Então, eu acho que existem projetos de atualização do Código de Defesa do Consumidor que são muito bem apoiados pelos órgãos de defesa do consumidor – por exemplo, os marcos legais de controle das regras de internet, das relações da internet. Existem várias outras situações, como, por exemplo, a que era para a preservação de saúde e segurança, e alguns públicos específicos que ganham olhar especial com o passar dos anos, como a mulher, o portador de necessidades especiais, o idoso, a criança. Esses grupos vêm tendo o olhar sobre eles sendo fortalecido. E eu acho que o aperfeiçoamento de regras, para tornar claro – mais uma vez, vou dizer – para todos, em benefício de todos, inclusive, daqueles que operam no mercado, é sempre bem-vindo.

No que diz respeito à consulta da pergunta/provação do Conselheiro Marcelo Cordeiro sobre a relação da Senaçon e o CONAR, o Código de Defesa do Consumidor expressamente prevê um estímulo para que atores do mercado de consumo criem regras autônomas privadas, criem autorregulamentações.

Se isso significar o aperfeiçoamento – mais uma vez eu digo – das boas práticas desse mercado, em respeito à sociedade, em respeito aos valores democráticos, é sempre bem-vindo. Se resultar em melhor experiência para a sociedade naquele mercado, é claro que isso, necessariamente, tem de ser estimulado.

Não existe uma relação processual, um fluxo de comunicação oficial, institucional, normatizado entre a Senaçon e os conselhos e entidades de autorregulamentação, como existem outros – por exemplo, nas instituições financeiras, que também são um sistema de autorregulamentação da Febraban muito conhecido, e uma experiência muito positiva, também. Oficialmente, não existe essa relação. Agora, claro que essa relação se cruza, na medida em que convergem os mesmos interesses. Sempre que convergirem – no nosso caso, a matéria da Senaçon, que tem o dever fundamental de proteger o cidadão nas relações de consumo – com entidades de autorregulação, é claro que essa relação nasce pontualmente.

Lembrando: a Senaçon é só um dos vários representantes do Poder Público que têm o dever fundamental, inegável, inadiável, de defender os consumidores. A Senaçon é um órgão como o Ministério Público, a Defensoria Pública, os PROCONs e vários outros atores que têm o dever fundamental, estabelecido na Constituição, de sair da sua inércia e intervir nas relações de mercado para defender essa parte mais fraca.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Dr. Edney.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 28

07/03/2016

O SR. EDNEY NARCHI – A revisão das normas de autorregulamentação é permanente. O Conselho Superior do CONAR determina que haja um exame constante de todas as sugestões recebidas e de todas as eventuais necessidades surgidas, de acordo ou com a evolução tecnológica, ou com a evolução dos negócios, ou com novas modalidades de produtos e serviços colocados à disposição da população.

Movimentos sociais são eminentemente monitorados pelo CONAR. O CONAR, a partir da data em que ficou estabelecida, dentro do Congresso Nacional, uma preocupação com proteção a crianças, já alterou três vezes – modernizando e atualizando – as suas normas para a publicidade protagonizada ou que possa ser objeto de atenção de crianças e adolescentes.

Foi assim também em relação, por exemplo, aos apelos de sustentabilidade. A fim de se combater o *greenwashing* – aquela tentativa de dizer que o seu produto, seu serviço é limpo, é ecologicamente correto –, passou a haver um excesso de apelos de várias empresas e até de produtos, diretamente, alegando esse tipo de benefício ecológico. O CONAR teve a oportunidade de baixar um anexo específico para tratar desse assunto de apelos de sustentabilidade.

Os números do CONAR, Conselheira Patrícia, estão divulgados amplamente no nosso site. Nós já temos, nesta fase da nossa vida, praticamente dez mil anúncios e campanhas processadas, julgadas e com sentenças cumpridas pelos anunciantes, pelas agências e pelos veículos de comunicação brasileiros. Ano passado nós julgamos 296 processos referentes a anúncios ou campanhas.

Enfim, a nossa atividade é permanente, contínua e bastante trabalhosa. Em relação à integração com a Senaçon, Conselheiro Marcelo Cordeiro: não apenas para a Senaçon, mas para diversos PROCONs e Ministérios Públicos estaduais e o Federal, o CONAR tem uma ampla porta aberta.

A Senaçon, por exemplo, desde sua criação, como DPDC, teve reuniões frequentes com os titulares do órgão. O Prof. Ricardo Morishita é um velho conhecido, velho amigo do CONAR. A Dra^a Juliana, até outro dia a nossa dirigente máxima da Senaçon, teve relacionamentos conosco, enfim, o CONAR recebe com muita frequência solicitações de órgãos do Ministério Público em averiguação preliminar ou até para ampliar as provas de algum inquérito civil instaurado, e o CONAR atende todas essas recomendações, solicitações e entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Dr. Orlando.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Tenho pouco a acrescentar ao que o Edney falou, eu acho que ele matou a pauta publicitária aqui. Apenas pegando um pouco um comentário do Marcelo Cordeiro com relação a que a publicidade quer vender. Quer mesmo, é para isso que ela existe, é para isso que existem as agências de publicidade. Nós cuidamos de um negócio chamado publicidade comercial e é para vender mesmo. Por isso nós precisamos daqueles freios porque, às vezes, naquele afã de vender, podemos exagerar.

Nós temos, criamos e funciona esse controle interno do qual participa a sociedade civil, participam os anunciantes, participam as agências, participa a imprensa, enfim, há uma ampla participação. Nós temos esses impositores aos nossos freios e nós respeitamos. Queremos continuar tendo esses controles, sim, eles são necessários porque a nossa missão é vender, é informar bem para vender. O anúncio tem que ser correto, tem que ser bem-feito, porque quer vender. Por isso ele é criativo e por isso às vezes ele pode cometer alguns deslizes, aí o freio.

Obrigado.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 29

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Pablo Lazarinni.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Bom dia a todos e a todas. Eu não quero agregar nada a tudo isso porque me solidarizo com o que a conselheira fez e falou, e eu te digo mais uma coisa: eu vivo do cinema publicitário, eu sou um trabalhador do cinema publicitário e neste momento nós temos vários problemas.

E também falando desse, eu levei Monange para a minha mãe e a minha mãe não ficou parecida com a Xuxa. Claro, o que ela estava querendo dizer é uma coisa muito simples, é o subliminar, que é o que faz parecer, se você usa Monange vai parecer com a Xuxa. E não adianta, eu fiz um longa-metragem com ela e todas as pessoas me falam: ah, também, com a maquiagem que ela usa, a luz e a fotografia...". Não, não, ela é linda. Se eu coloco a minha mãe lá, por mais que eu seja um bom iluminador, não vou conseguir fazer a mesma coisa. Então são várias coisas.

Agora, entrando diretamente para o cinema publicitário, que está sofrendo neste momento grandes câmbios, e esses câmbios estão levando a que a gente tenha que rever algumas coisas. E quem sofre mais em tudo isso somos nós que somos os trabalhadores do cinema. É como diz o Washington Olivetto: a mesa tem quatro patas, se não há uma, cai a mesa. E nós em cinema temos três patas que sustentam a câmera. Nós trabalhadores somos uma das patas, mas o tripé não se sustenta com duas patas. A primeira pata seria o anunciante, através da agência de publicidade, que veicula, e as produtoras que produzem o cinema publicitário. Esse é uma cadeia.

O que acontece com o cinema? A mão de obra do cinema publicitário foi que levou a que a técnica do cinema de longa-metragem brasileiro hoje tenha essa qualidade que tem, e eu digo isso porque sou diretor de fotografia. Eu não podia trabalhar em longa metragem com uma lente que o cinema publicitário me permitia trabalhar porque tinha dinheiro, então eu ganhava dinheiro no cinema publicitário para fazer longa metragem; porque sempre, dentro da gente, não temos só o trabalhador, temos o ente cultural.

Eu queria perguntar uma coisa para o Orlando: quantas agências temos no momento que são 100% brasileiras? Quantas temos?

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – O grande volume de agências, a quantidade de agências no Brasil, são as 100% brasileiras, espalhadas por todo Brasil. A minha associação, por exemplo, só tem 260 representantes, e a grande maioria, aí, sim, de agências multinacionais. Mas a grande massa de agências dentro do Brasil são as agências brasileiras.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Eu não teria nenhum problema se todas as agências, por exemplo, fossem como McCann, Walter Thompson, Intermarket, que me deram muito trabalho e fizemos grandes filmes brasileiros. Acontece o seguinte: hoje estão entrando filmes feitos fora, o que nos prejudica grandemente.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Nessa luta estamos juntos.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Então, nessa luta temos que estar juntos. Na verdade, as grandes campanhas se fazem para o muito inteiro, então você economiza por ter uma equipe. Agora, a equipe brasileira significa não só trabalho para o técnico brasileiro, significa para o cinema brasileiro.

O Condecine, que estamos discutindo neste momento por causa desse aumento e as teles não querem pagar, bom, esse é outro problema.

Quero dizer que esse dinheiro que vem... O cinema se faz com dinheiro subvencionado, porque não se pode fazer de outro jeito. E o cinema publicitário foi a grande formação. Então temos que estar juntos nessa luta. Pelo amor de Deus!



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 30

07/03/2016

E eu quero manter sempre contato com você, porque é uma luta incansável para nós. Quanto ao resto, estou de acordo com a Maria.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Só para complementar, é uma atividade permanente. Nós estamos efetivamente juntos. Sobre essa história do Condecine agora, nós estamos lutando juntos. Quer dizer, as agências, sejam elas brasileiras com origem brasileira, sejam elas agências multinacionais, têm nisso seu ganha pão. Nós estamos trabalhando juntos, e conte com o nosso ombro amigo a qualquer momento. Se não estivermos participando, por favor, nos incite porque nós queremos estar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Essa discussão do Condecine realmente merece um debate. Ela é importantíssima e atualíssima.

Conselheira Liliana.

O conselheiro Lazzarini não deixou nenhuma pergunta pendente, não é? Se entendi bem foram só considerações.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – O que nos preocupa, Orlando, é saber que medidas concretas estamos querendo tomar não para barrar os filmes, senão para que, de alguma forma – eu não sei como –, nos beneficiem, porque estamos deixando de trabalhar nesse filme. Inclusive são nas maiores campanhas que acontece isso; não são filmes pequenos. Aí não está sobrando... Por exemplo, nas agências de carro, filme de...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Permita-me? Não são as maiores campanhas. As maiores campanhas são feitas aqui no Brasil, por agências brasileiras ou multinacionais trabalhando no Brasil. O que a gente tem de filme vindo de fora é pouco. Mesmo assim, tem que pagar taxas altas para poder fazer no Brasil; para poder fazer adaptação aqui tem que pagar essas taxas. Isso está na lei. Nós podemos lutar juntos para mudar a lei, e eu estou disposto a lutar junto com as produtoras. Conte com a gente.

Há uma outra luta que tem acontecido principalmente por conta da desregulamentação que o digital acaba fazendo nas nossas vidas: muita compra vinda diretamente do exterior, compra de mídia, inserção de mídia. E aí, sim, o comercial é feito lá fora, a compra de mídia é feita lá fora, e nós ficamos todos chupando dedo. Contra isso nós temos lutando muito também, porque é ilegal, e é preciso que seja fiscalizado. Não há uma boa fiscalização. Nós temos lutado contra isso aqui e em outros ambientes para combater isso. Mas sei que também é uma dificuldade que afeta nós dois.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Inclusive, Sr. Presidente – para acabar –, temos um problema também grave. Técnicos estrangeiros contratados e pagos não legalizados, ou seja, entram com visto de turista ou visto de negócios.

Quando cheguei ao Brasil – eu sou argentino, pelo sotaque vocês percebem –, antes de vir eu já tinha um contrato de trabalho e eu fiz meu visto no Consulado brasileiro na Argentina, que me custou muito, eu já cheguei com documentos para trabalhar. Eu nunca quis tirar trabalho de ninguém. Hoje eu sou brasileiro naturalizado e eu digo: eu sou brasileiro por opção. Eu me naturalizei com 29 anos; eu não nasci aqui, mas eu escolhi ser brasileiro. Então defendo o Brasil muito.

E não pode ser porque a maioria dos técnicos que estão vindo, que estão levando o dinheiro daqui são argentinos, por desgraça. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Agora, sim, Conselheira Liliana.

A SR^a LILIANA NAKONECHNYJ – Bom dia.

Bem, infelizmente, gostaria de primeiro começar com uma observação referente a uma fala do Conselheiro Nascimento, porque ele levantou suspeitas sobre a legitimidade e representação do meu colega Roberto Franco, Conselheiro Roberto Franco, que é



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 31

07/03/2016

realmente um Conselheiro que está como engenheiro com conhecimento, sim, em comunicação social.

Eu gostaria só de lhes dizer o seguinte: o meu colega Roberto trabalhou, a vida inteira, como engenheiro de televisão e é uma das pessoas que conhecem mais sobre tecnologia aqui, no Brasil. Ele foi recomendado para o Conselho, para o Senado e tal pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão, que é uma entidade sem fins lucrativos, que trabalha muito no sentido do aperfeiçoamento dos profissionais, do desenvolvimento da tecnologia, da divulgação e da difusão das tecnologias que dão suporte a toda a parte de comunicação social e mídias eletrônicas. Então, primeiro, gostaria só de esclarecer isso para o público em geral.

Bem, agora gostaria de ver minha pergunta para a Mesa, porque realmente foi muito interessante a explicação de cada um de vocês. Eu também cheguei um pouquinho atrasada, infelizmente, mas consegui pegar grande parte das palestras e todas as discussões.

Alguma coisa já foi tocada no sentido do que vou perguntar, mas gostaria que fizessem um breve resumo dos pontos principais que cada um de vocês acha, comparando o cenário aqui, no Brasil, com o cenário em outros países, naturalmente países em que há liberdade de expressão, não países sem liberdade de expressão, porque aí não adianta, ou seja, comparando como veem esse assunto aqui, no Brasil, *versus* em outros países onde também há a liberdade de expressão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Para organizar, estão inscritos ainda os Conselheiros Ismar, Davi, Ceneviva, Araújo Lima, Maria Célia, o.k.?

Precisamos acelerar.

Dr. Igor.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO (Fora do microfone.) – ... Podemos fazer a rodada geral?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos fazer. O Conselho entende melhor assim essa fase final?

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Nós temos quinze minutos até o meio-dia.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Temos quinze minutos.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Se todos pudessem perguntar de uma vez, acho que... Não sei se os conselheiros...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos fazer assim? Os conselheiros não têm objeção? Os membros da Mesa também não? Os expositores?

Então, já posta a pergunta da Conselheira Liliana, Conselheiro Ismar.

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – Eu acredito que a ausência da Sr^a Marilena Lazzarini nos causou a dificuldade de entender a complexidade do problema da presença da publicidade na sua relação com os consumidores, especialmente com relação à infância, isto é, estamos diante de um fenômeno muito complexo.

Nós tivemos aqui uma excelente discussão de natureza jurídica, mercadológica, profissional, porém faltou a presença da perspectiva do consumidor, e eu diria até do consumidor infantil, da criança.

Nós vivemos numa sociedade em que as crianças, por uma questão civilizatória e até por uma questão de presença tecnológica, têm um potencial de expressão potencializado.

Eu me recordo de que, em 2004, no Rio de Janeiro, quando lá organizamos a MultiRio, um fórum mundial para discutir a qualidade de mídia para a infância e



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 32

07/03/2016

adolescência, entre os dois mil participantes, havia ali representantes de 40 países, crianças e adolescentes que lá se reuniram, para discutir a qualidade de mídia para eles.

Ao final, eles se manifestaram publicamente e disseram que mídia de qualidade é a mídia que eles fazem ou a que os adultos fazem com eles. Isto é, a nova geração tem a perspectiva um pouco diferente da do adulto. É claro que o adulto está preocupado com a sua sobrevivência, com a da própria sociedade, com a dos profissionais, e a juventude e a infância se preocupam um pouco, talvez, com o que vai além dessas questões, por se perguntarem: o direito da infância e da adolescência pode ser menor que o direito de expressão do adulto, da sociedade? Há aí um conflito de interesse muito forte entre direito de expressão do mercado e direito de expressão ou direito de viver da infância.

É claro que o assunto não foi colocado aqui nessa perspectiva, porque até houve a ausência de uma pessoa que pudesse tocar nesse assunto. Possivelmente, poderemos, em outro momento, voltar a esse tema.

Eu diria que, na verdade, esse é um assunto que vem preocupar o mundo. Durante muito tempo, o Senado dos Estados Unidos foi responsável por trabalhar para que a infância e a juventude dos Estados Unidos...

(Soa a campainha.)

O SR. ISMAR DE OLIVEIRA SOARES – ...pudessem discutir esses assuntos. No Governo Clinton, passou-se de 12 Estados para 50 Estados discutindo essa questão.

A Unesco desenvolve um grande programa mundial chamado Alfabetização Midiática e Informacional. Espero que, em novembro, com a proposta que foi levantada de fazermos uma discussão a respeito dessas questões, com a presença da Unesco, possamos voltar a esse tema, na perspectiva da infância, portanto desse consumidor que tem seus direitos e que necessita de expressão.

Então, além da autorregulamentação e da regulação, temos de introduzir aqui o tema da educação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Com a palavra o Conselheiro Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Primeiro, quero agradecer aos palestrantes, que nos trazem informações muito importantes, e dizer que também não cabe censura, na minha opinião, na publicidade; cabe uma regulamentação, um marco legal, mas a censura não cabe. Não vejo com simpatia a mão pesada do Estado em todas as áreas, principalmente na área de Comunicação. Então, autorregulamentação é sempre um princípio importante, embora o Estado deva estar presente.

O que me perturba muito na publicidade, como a Maria já expressou bastante, são os conceitos e as ideologias dela, embora eu também os comprehenda. Um deles é a ideia da prosperidade, ou seja, a publicidade se baseia apenas na ideia de prosperidade, igualando-se um pouco às igrejas neopentecostais, e não consegue trabalhar a existência do trabalhador médio, por exemplo. Ela não consegue incentivar que o trabalhador ou que o brasileiro possa consumir aquele produto e ter uma vida simples. Ou seja, não valoriza as vidas organizadas no interior, nas regiões, um modo mais simples de ver a vida. Então, isso me perturba muito na publicidade.

Acho que este é um debate que, no futuro, poderíamos fazer: como isso poderia ser plasmado, como sair dessa logomarca da prosperidade, que está presente em todas as publicidades, para levarmos em consideração a real situação do brasileiro? O mundo, hoje, pede uma vida mais simples. O mundo, hoje, pede um consumo menor. O mundo, hoje, pede um cidadão mais solidário, um cidadão mais ético. Acho que a publicidade e,



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 33

07/03/2016

inclusive, o CONAR não trabalham isso com clareza. Acho que esse tipo de debate o nosso Conselho poderia fazer com mais profundidade ao longo do tempo.

Aproveitando, trato da questão da mulher. Também parabenizo todas as mulheres no dia de hoje, reafirmando o que a Maria diz. Quando se trata de produtos de casa, como máquina de lavar, geladeira e produtos de limpeza, não aparece o homem em casa, mas só a mulher. Nesse caso, só há mulher na publicidade. Será que o homem não ajuda a lavar a casa? Eu a lavo, eu ajudo a lavar a cozinha, eu varro a casa. É claro que não faço isso tanto quanto a minha mulher, mas eu faço isso. Será que não se pode trabalhar a questão de gênero de forma mais equilibrada, embora a gente saiba que, hoje, quase 50% dos comandos dos lares estão nas mãos de mulheres? A questão de gênero também tem de ser mais bem trabalhada, de forma a levar em consideração a questão da mulher no Brasil.

Parece-me que o CONAR pega um extrato superior da publicidade, que vai nas cadeias de televisão, nos grandes veículos, nos grandes blogues. Por exemplo, publicidade de remédio – inclusive em televisões grandes –, eles falam que o remédio é bom para isso, etc., e embaixo, em um letreiro pequeno – e olha que a nossa população está envelhecendo, muitas vezes não consegue detectar um letreiro tão pequeno –, "se os sintomas não desaparecerem, procure um médico." Isso não pode.

Será que o CONAR não se debruça sobre essa fraude que se faz em relação aos produtos, aos remédios? A publicidade fala da possibilidade, da capacidade que têm aqueles remédios de curar doenças, mas só no final é que, de forma dissimulada, diz "procure um médico". Isso não pode continuar, não pode. Ou se faz já um letreiro maior que acompanhe a publicidade, ou dá um tempo mínimo, porque os caras deixam isso para os últimos 10 segundos, 3 segundos da publicidade. Eu acho que isso devia ser mais bem trabalhado.

Ainda na área de remédio. Um remédio à base de gergelim que cura câncer, estômago, esofagite, problema de depressão, ou seja, remédio que cura tudo, anunciado principalmente em rádios do interior, nas mídias intermediárias, isso é muito comum. E o povo vai em cima disso, gasta um dinheirão em cima disso. O CONAR alcança esse tipo de publicidade? O que é feito? Há pesquisa sobre esse tipo de publicidade, que é absolutamente fraudulenta? Inclusive, em grandes programas de auditório, se vende muito esse tipo de produto. Parece que aquilo corre frouxo ao largo da CONAR porque a CONAR está mais interessada é nessas grandes contas e isso, certamente, é feito por pequenas empresas de publicidade. Quem cuida disso? O CONAR ou o Ministério? Há um acompanhamento disso? Há um acompanhamento dessas rádios de interior, jornais de interior, programas de auditório – no Ministério, por exemplo? Porque, realmente, chega a ser um absurdo.

Outra coisa é a questão dos empréstimos. Olha, é absurdo o que a gente vê. Não vou nem falar o nome da empresa para empréstimo, que é uma arapuca! Agiotas! São pessoas que atuam como agiotas. Não são os grandes bancos, raramente são grandes bancos atuando nesse mercado. Mas é um negócio escandaloso, agride. Isso, quando é feito em uma cidade do interior, você vê fila de pessoas, muitas vezes, pegando R\$300,00, R\$400,00 para pagar R\$1.500,00! Onde é que o CONAR e as agências de publicidade e o Governo atuam nisso?

A uma publicidade de presunto, por exemplo. O sujeito compra um presunto e é ruim, ele vai pela promoção e ali se equilibra. Ele consegue trocar o produto. Mas no momento em que ele tomou um remédio e no momento em que ele tomou um



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 34

07/03/2016

emprestimo, aquilo é um prejuízo de que ele não sai mais. Então, acho que essa área teria de ter um acompanhamento mais decisivo das empresas de publicidade.

Quanto à questão do CONAR, eu entendo o que o nosso amigo do setor de rádio e a Maria também colocaram. Eu acho que a sociedade civil é um conceito forte, a sociedade civil é uma só. Não existe uma sociedade civil de lá e uma sociedade civil de cá. Mas qual é o problema do Conselho? A sociedade civil é diversa. Você poderia dizer que há a sociedade civil de cima, a sociedade civil do meio e a sociedade civil de baixo. O problema dos conselhos – e eu acho que o CONAR provavelmente comete esse erro – é que quando você vai compor, chamar a sociedade civil, só chama a sociedade civil do establishment, o establishment que está próximo à empresa. Porque uma empresa não é sociedade civil, mas a entidade de publicidade é daquele segmento.

Então, eu acho que esses conselhos têm de ter um olhar mais para o complexo da sociedade civil, não só para o establishment, que normalmente compõe todos os conselhos. Dificilmente você vê um publicitário pequeno, de Goiânia, ou de Brasília. O olhar regional, por exemplo, muitas vezes não está dentro dos conselhos. Então, eu acho que a crítica do nosso amigo da área de rádio é um pouco essa. A formação dos conselhos nunca olha para baixo da sociedade civil, nem para o meio, só olha para cima. Eu acho deveria haver uma inversão e uma mudança de ação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro.

Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Vou acelerar no ritmo do tempo, que é curto, dividindo, primeiro, uma informação e sobre ela eu queria pedir um comentário do Dr. Narchi, Vice-Presidente Executivo do CONAR, a quem eu conheço e quem eu saúdo especialmente.

O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 22, faz uma longa discussão a respeito de publicidade de cerveja. E ele afirma e conclui, por unanimidade, que não há omissão em relação à exigência da Constituição, de que haja lei para regular propaganda de bebidas, porque o CONAR tem essas normas. Ou seja, o que o Supremo Tribunal está dizendo é o seguinte: que o CONAR, como um estrato da sociedade civil que atua há décadas em favor de uma publicidade honesta e lícita, tem um trabalho tão relevante, tão sólido, que justifica que as regras de publicidade que o CONAR faça tenham o valor de uma lei federal. Eu queria ter um comentário específico sobre essa decisão, nos limites do possível, do Dr. Edney.

E queria também consultá-los sobre se tem acontecido, assim como aconteceu uma vez com a Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações, de outras entidades do Poder Público confiarem ao CONAR a decisão de alguma coisa. Alguns anos atrás, a Oi lançou uma campanha chamada "Oi 31 anos", e seus concorrentes disseram que essa campanha era mentirosa, porque a Oi não tinha 31 anos de concessão para poder vender um produto por 31 anos. Houve denúncia na Anatel, e a Anatel encaminhou a denúncia para ser julgada pelo CONAR. Ou seja, a Anatel, que está prevista na Constituição do Brasil, que tem previsão legal de julgar questões em relação a telecomunicações, pediu, nesse caso concreto, que o CONAR, e não ela, julgasse. Isso acontece com outras agências?

Queria também comentar o seguinte: tenho visto, e todos nós vemos e acompanhamos, o investimento publicitário, especialmente do Governo Federal, com a transparéncia que ele tem, e com as polêmicas que ele traz. Os novos meios de comunicação, os blogueiros, as chamadas revistas alternativas, as rádios comunitárias, também as rádios piratas, fazem um movimento permanente para ter acesso às verbas



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 35

07/03/2016

publicitárias do Governo Federal. Isso prova, segundo entendo, que a publicidade, no fim das contas, financia não só o pluralismo, como também a independência jornalística. Então essa é a minha convicção, e eu queria ouvir dos três palestrantes seu comentário sobre a importância do dinheiro da publicidade para financiar o pluralismo, do dinheiro da publicidade para financiar a liberdade de imprensa.

Por fim, queria também ouvir dos três um depoimento sobre como veem a maturidade do cidadão. Eu sei que o tempo é curto, então só dá para falar uma manchete. Como os senhores veem os brasileiros diante dessa publicidade abusiva? O brasileiro é um cidadão que cai em qualquer bobagem, ou ele revela um grau de maturidade que pode ser até aperfeiçoado?

Queria me imanar ao comentário da Conselheira Liliana a respeito da qualidade do histórico técnico e profissional e de qualidade do Engenheiro Roberto Franco, que foi Presidente do Sistema Brasileiro de TV Digital e que tem centenas ou milhares de serviços prestados à sociedade civil do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Obrigado, Presidente. Primeiro quero me congratular aqui e transmitir toda a satisfação que eu acho que nós tivemos com as apresentações, que foram de um nível extraordinário, e acho que contribuíram, como o senhor imaginava, e contribuirão muito para a nossa discussão interna sobre o tema.

Mas eu sou um grande admirador, e lamentavelmente está nos deixando, pelo menos nessa liderança, a Drª Juliana. Eu não conhecia o Dr. Igor e só tenho este comentário a fazer, Dr. Igor: me trouxe certa insegurança uma dúvida que o senhor levantou sobre se mereceria ser tratado como um direito, a publicidade comercial, garantido pelo 220. Eu fiquei preocupado, porque inclusive há um parágrafo quarto incluindo dentro do 220 a publicidade. Então o senhor disse que nem sabe – eu entendi assim, acho que foi uma compreensão geral – se publicidade poderia ser categorizada como um direito legítimo. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só isso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – É, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Entre conselheiros, o último inscrito é a Conselheira Maria Célia.

A SRª MARIA CÉLIA FURTADO – Olá a todos. Bom dia aos integrantes da Mesa. Parabéns por todas as apresentações.

Eu só gostaria de ressaltar um ponto, um pouco na linha do que o Orlando falou, da publicidade como defesa da liberdade de expressão e de imprensa e incluir ainda um ponto. Gostaria que, depois, se você tivesse os números, nos dissesse o que representa para a economia brasileira e o quanto gera de volume de empregos. O que a publicidade representa no PIB nacional, quanto de emprego – jornalista, cinegrafista etc., enfim – ela soma na sociedade brasileira.

Não sei se você tem à mão esses números, mas acho que é muito importante deixar claro esse papel da publicidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois bem, eu consulto os três palestrantes se nessa rodada final podemos estabelecer, prorrogando por mais 15 minutos o nosso trabalho, 5 minutos para cada um, para um apanhado quanto a essas últimas perguntas, naturalmente, com algum prejuízo, é certo, em relação a tantos



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 36

07/03/2016

questionamentos. Mas é que já é meio-dia e dez e o nosso tempo se encerrava ao meio-dia. Cinco minutos para cada um, para respostas e considerações finais.

Vamos fazer na mesma sequência.

Dr. Igor, por favor.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Presidente, se eu não conseguir, por favor, o senhor me interrompa para...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Farei isso.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – ... para que a gente consiga respeitar o tempo.

Respondendo diretamente à Conselheira Liliana, nós já fazemos acompanhamentos, inclusive temos trabalhos de pesquisas específicos em análise de Direito Comparado

A minha fala, durante esta manhã, foi sobre as regras, as leis de controle que estabelecem limites ao direito de atividade publicitária. Nesse sentido, na nossa análise comparativa, em que há alguns países, obviamente, de tradição democrática, de tradição republicana, com liberdades econômicas e sociais bastante avançadas, há, sim, uma certa diferença entre o tratamento legal dado no que diz respeito a vários temas, inclusive nos Estados-membros da União Europeia, em que há um detalhamento maior de algumas regras na questão da publicidade. Portugal, por exemplo, tem um Código da Publicidade com uns 30 artigos, em que ele trata especificamente de alguns princípios melhores.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse ainda não sou eu.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Ah, não foi? Eu já ia parar.

Então, há, sim, exatamente porque, na União Europeia, a diretiva *Television without Frontiers*, a Televisão sem Fronteiras, determinou a transposição dos vários países de regras relacionadas a direitos dos consumidores e comunicação e, então, regras da atividade publicitária.

O Conselheiro Ismar nos provocou na questão da publicidade infantil. Eu não conseguia retomar esse assunto, porque metade da minha apresentação foi exclusivamente sobre a atividade publicitária direcionada ao público infantil e a nossa participação nas discussões.

A Senacon tem uma linha de pesquisa de atividade exclusiva, há alguns anos, no tratamento de publicidade dirigida ao público infantil. São várias pesquisas realizadas em conjunto com a Unesco e a Pnud. Então, se eu fosse retomar, eu acabaria retomando toda a minha palestra aqui e não seria suficiente.

Estamos à disposição para tratar do assunto novamente, em outra oportunidade.

O Conselheiro Davi nos provocou sobre a capilaridade do Ministério da Justiça, para conseguir exercer essa atividade de fiscalização de posturas e controle das atividades de mercado nos interiores do Brasil. A Senacon não tem, obviamente, essa condição, essa capacidade e mesmo porque isso é confiado, afeito aos vários órgãos de defesa do consumidor e aos órgãos públicos que exercem essa atividade do controle sobre o desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor nas regiões.

No que diz respeito a saúde e segurança, relacionado a atividade publicitária, é também, como eu disse, uma das nossas agendas de discussão. Nesse sentido, a Senacon trabalha em conjunto, com a cooperação oficial, com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, inclusive expedindo diversos boletins educativos a respeito desses assuntos.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 37

07/03/2016

Recentemente, o último boletim feito entre a Anvisa e a Senacon, disparado para todo o Brasil por via eletrônica para acesso aos consumidores, falou sobre as dietas detox, sobre as publicidades nesses produtos que vêm com esse *slogan* detox, como se ele tivesse efeitos, que não são cientificamente comprovados.

E, por último, a provocação final do Conselheiro José Francisco. Não, eu estou certo de que eu não disse aquilo, que a atividade publicitária não é um direito. Eu disse que ela não é tecnicamente, ao nosso ver, garantida como comparada à liberdade de expressão constitucionalmente prevista para os indivíduos, mas isso não significa, como eu mesmo disse, que não é um direito constitucionalmente consagrado, direito de fazer publicidade. É uma liberdade, é um direito constitucional mais relacionado, ao nosso ver, às liberdades econômicas. E se ele fosse tal qual tratado como a liberdade de expressão, nenhuma restrição, nenhum controle nem mesmo do Código de Defesa do Consumidor seria possível.

Então, a própria existência do CDC para regular a atividade publicitária e vários outros normativos indicam que ele não tem esse mesmo patamar, mas isso não significa que não está abraçado pela...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Não nesses termos.

O que eu disse foi que, independentemente da expressão, o título de liberdade de expressão comercial pode querer significar qualquer coisa. Então, não há um problema em que ele seja utilizado, ao nosso ver, tecnicamente, para significar o direito de liberdade de agir e de fazer publicidade no Brasil. Mas a gente não gosta de compará-lo ao direito de liberdade de expressão do indivíduo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – É, claro. Mas essa é a análise técnica que a gente visualizou.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Dr. Igor.

Dr. Edney Narchi.

O SR. EDNEY NARCHI – Muito bem. Em relação a cenários comparativos, Drª Liliana, nós temos o orgulho de termos sido classificados nas tabelas da EASA, a European Alliance, como uma das do primeiro nível, do primeiro patamar de autorregulamentação praticada em todo mundo. Eles estabeleceram uma série de critérios para classificar as organizações de autorregulamentação publicitária, gratuidade de queixas, velocidade de solução de processos, acatamento de recomendações, um código escrito de conhecimento do mercado. Enfim, eram vários critérios, e apenas três países atendiam todos os critérios estabelecidos lá na Europa, que foram exatamente o da Grã-Bretanha, o da Espanha e o brasileiro. Então, em relação ao cenário comparativo quanto à autorregulamentação publicitária, temos uma medalha no peito.

O Conselheiro Ismar falou muito sobre a educação. E eu reitero, Conselheiro: o CONAR se preocupa extremamente com publicidade que possa atingir público infantil, público adolescente, que possa despertar interesse desses públicos. Então, não apenas no art. 37 do Código, mas ao longo de todo o Código, quando se fala de segurança em acidentes, quando se fala de bebidas alcoólicas, quando se fala de vários produtos e serviços, sempre há uma demonstração da nossa preocupação em relação à defesa do público infantil. E é claro que isso pode vir a ser atualizado sistemática e periodicamente.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 38

07/03/2016

O Conselheiro Davi Emerich falou a respeito do elogio da classe média, de questões de gênero.

Existe, Conselheiro, como o senhor sabe, questões aspiracionais na propaganda. É evidente que se procura mostrar a família feliz ao consumir a margarina, procura-se mostrar a classe, na sala de aula, todos os alunos bem arrumados, bem vestidos, bem comportados. São sinais aspiracionais daquilo que é interessante demonstrar, daquilo que seria o objetivo, daquilo que seria o melhor que pudesse acontecer, tanto com as pessoas quanto com os grupos. E, por isso, então, a nossa preocupação, por exemplo, com questões de gênero. Discriminação é radicalmente proibido dentro do Código de Autorregulamentação Publicitária. Qualquer que seja a discriminação, de gênero racial, de opção sexual, enfim, todas as discriminações são condenáveis para a ética publicitária.

Não sei a que o senhor atribui o fato de o CONAR ser elitista ao convidar pessoas...

O SR. DAVI EMERICH – Desculpe. A minha ideia foi geral, para os conselhos de modo em geral.

O SR. EDNEY NARCHI – Ah, da publicidade. O.k.

O SR. DAVI EMERICH – Não só da publicidade. De todos os conselhos brasileiros de modo geral...

O SR. EDNEY NARCHI – Qualquer conselho.

O SR. DAVI EMERICH – ... há uma tendência de se formar por cima e não pelo resto da sociedade.

O SR. EDNEY NARCHI – O.k. Recebo, então, apenas parcialmente a crítica, mas o que nós prezamos muito, Conselheiro, é que as decisões tomadas dentro do CONAR sejam tomadas por pessoas de muito boa extração intelectual, formação profissional, comportamento ético e inatacável. Ou seja, de fato, nós gostaríamos de ter uma elite de pessoas junto a nós para julgar processos que envolvem milhões e milhões de reais, que envolvem interesses de muitas empresas, que envolvem, às vezes, guerras fatais entre uma empresa e sua concorrente principal. Então, nós temos, de fato, grandes preocupações em relação a isso. E, nos 35 anos em que o CONAR existe, temos conseguido apresentar para a sociedade um produto, uma resultante muito conveniente.

O senhor falou da velocidade da leitura de alertas sanitários. Da mesma forma que o Dr. Igor, eu queria dizer para o senhor que esse é um assunto criado e fiscalizado pela Anvisa. Essa advertência sanitária é criada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. E a lei que criou a Anvisa dá a ela o direito de acompanhar a propaganda brasileira de todos os produtos e serviços que precisem ser registrados, autorizados lá dentro do Ministério da Saúde.

O Ceneviva falou a respeito do processo da ação de constitucionalidade por omissão, pelo fato de a Lei nº 9.294, que regulamentou o art. 220, §4º, não tratar de bebidas abaixo de treze graus Gay Lussac. E a decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, em um voto relatado pela eminente Ministra Cármem Lúcia, foi a de que, aplicando-se o princípio da subsidiariedade, se o Estado não faz, mas a sociedade toma a frente e adota aquela providência, a sociedade como um todo está garantida, está assegurada...

(Soa a campainha.)

O SR. EDNEY NARCHI – ...e, portanto, foi julgado o processo, a ação de constitucionalidade, foi improvido o pedido do Ministério Público e se manteve a situação atual, com outra medalha no peito do CONAR ao ser considerado pelo Supremo Tribunal Federal como um organismo capaz de ser fonte de direito no País.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 39

07/03/2016

Acho que quanto ao Araújo não preciso fazer nenhum comentário, porque a nossa exposição entende, com muita clareza, que o art. 220, *caput*, refere-se também à publicidade. O texto é muito claro, fala de informação sob qualquer forma. Então, como propaganda comercial, publicidade é informação comercial, entendemos que ela está descrita no *caput* do art. 220.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Finalizando, Dr. Orlando dos Santos Marques, da Abap.

O SR. ORLANDO DOS SANTOS MARQUES – Eu queria aproveitar um comentário do Conselheiro Davi Emerich e um comentário, na passada anterior, da Conselheira Maria José Braga, que falava dos estereótipos da mulher na propaganda. Eu acredito que, às vezes, podemos cometer algum exagero. Acho que devemos deve estar sempre vigilantes porque essa é uma coisa que tem que ser levada a sério, porque compromete as marcas quando não tratamos gêneros com o devido respeito. E não importa qual seja. Nós temos que fazer disso uma coisa respeitosa, porque temos que zelar pelas marcas dos nossos clientes.

E vale lembrar que uma das marcas de utensílios domésticos mais famosas neste País eram dois homens sentados em uma poltrona e que falavam: "isso não é uma Brastemp."

Acho que é importante ter isto em mente, que quando se sai do lugar-comum, vira sucesso. É uma das campanhas mais premiadas pela sua criatividade, e eram dois homens falando da qualidade da máquina de lavar.

Com relação a investimento publicitário do Governo Federal, se isso financia um pouco a proliferação, a liberdade de imprensa e o pluralismo, eu não tenho nenhuma dúvida de que o investimento publicitário do Governo deva ser feito nessa direção. E acho que a sociedade civil deve fiscalizar quando não é.

Eu não tenho críticas. Acho que ele é feito de maneira técnica. Pode haver algum deslize aí. É aquela história, é *jus spemiandi*. Se há algum deslize e alguém está prejudicado, ele deve ser o primeiro a espernear, porque aí as agências vão se manifestar, esta associação pode se manifestar. Nós não temos tido reclamações, não nos tem chegado nenhuma reclamação nesse sentido.

Ainda referendando o que o Walter Ceneviva falou, o cidadão brasileiro, Walter, gosta efetivamente da propaganda. O Brasil é um dos países em que há menos escape nos intervalos comerciais. E voltando também ao que a Maria José falou antes, Conselheira, colocar um sinal no final da programação para dizer que vem aí publicidade é uma invenção brasileira, é invenção do Boni. Ele criou o tal "plim plim", e a televisão francesa, uns 20 anos depois, copiou para botar no final da programação: vem aí publicidade.

O "plim plim", no Brasil, todas as emissoras têm – a Record, o SBT –, todas elas têm uma sinalização característica no final da programação indicando que vem aí publicidade, para deixar claro que é publicidade.

Então, o brasileiro deveria, neste momento, fugir diante do aparelho de televisão. Não, o brasileiro fica. É um dos países onde há menos evasão no intervalo comercial. O brasileiro gosta da propaganda. E graças ao talento dos publicitários brasileiros, temos uma propaganda de boa qualidade, premiada mundialmente e protegida localmente por uma série de regulamentações e até da nossa autorregulamentação, como a do CONAR, aqui expressada.

A Conselheira Maria Célia falou da importância da propaganda na geração de emprego e no PIB. O Brasil nunca teve esse tipo de *report*, esse tipo de análise. A



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 40

07/03/2016

Deloitte faz isso nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha. Nós trouxemos esse estudo para o Brasil e está sendo feito neste momento. Mais uns três meses ele estará pronto. No Reino Unido, cada libra investida em propaganda gera um crescimento de nove vezes na economia. No Brasil, o que nós sabemos até agora, passa de doze. Mas não está pronto o estudo ainda. E aí envolve tudo: envolve a produtora, envolve a contratação do distribuidor, envolve tudo que é motivado pela propaganda.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (3^a Reunião) CN - 41
07/03/2016

DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO

1. Lista de Presença;
2. Apresentação do Sr. Rodrigo Britto, Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.



CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 3ª Reunião do CCS

Data: 07 de março de 2016 (segunda-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
	Representante das empresas de rádio (inciso I)
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto <i>Walter</i>
	Representante das empresas de televisão (inciso II)
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes <i>Márcio</i>
	Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)
Marcelo Antônio Rech	1. Maria Célia Furtado <i>Marcelo Furtado</i>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj <i>Liliane Nakonechnyj</i>
	Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga <i>Maria José Braga</i>
	Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo <i>Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo</i>
	Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho <i>Jorge Coutinho</i>
	Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva <i>Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva</i>
	Representante da sociedade civil (inciso IX)
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco <i>Patrícia Blanco</i>
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares <i>Ismar de Oliveira Soares</i>
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. Murillo de Aragão <i>Murillo de Aragão</i>
VAGO	4. Aldo Rebelo <i>Aldo Rebelo</i>
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich <i>Davi Emerich</i>



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

Seus Direitos
Sua Proteção
Sua Segurança

SENACON
Secretaria Nacional do Consumidor

Restrições em Publicidade e Propaganda

Igor Rodrigues Britto

Coordenador Geral de Estudos e
Monitoramento de Mercado
DPDC/SENACON

Conselho Nacional do Ministério Público
12 de Novembro de 2015

Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor

A Secretaria Nacional do Consumidor

- Atribuições definidas pela Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97
- Responsável pela **elaboração e execução da Política Nacional das Relações de Consumo**
- **Coordenação e articulação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor**
- Articulação e cooperação com **agências e órgãos reguladores** para defesa dos interesses dos consumidores
- **Prevenção e repressão** de práticas infratoras com impacto nacional



Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor

Gestão do conhecimento para a defesa do consumidor

- Legislação referente ao assunto
- Dados empíricos para subsidiar a tomada de decisão



Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor

Controle da Publicidade no CDC

- Publicidades Cladernistas
- Publicidades Enganosas
- Publicidades Abusivas

Secretaria Nacional do
Consumidor

Ministério da
Justiça



Restrições constitucionais à atividade publicitária (art. 220, § 4º da CF)

- Tabaco
- Bebidas alcoólicas
- Medicamentos
- Agrotóxicos
- Terapias



Publicidade e Telecomunicações

- Serviço de conexão de dados
- Descumprimento da oferta



Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor

Publicidade de Alimentos

➤ Consumo seguro e saúde



Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor

Preocupações a respeito da publicidade infantil

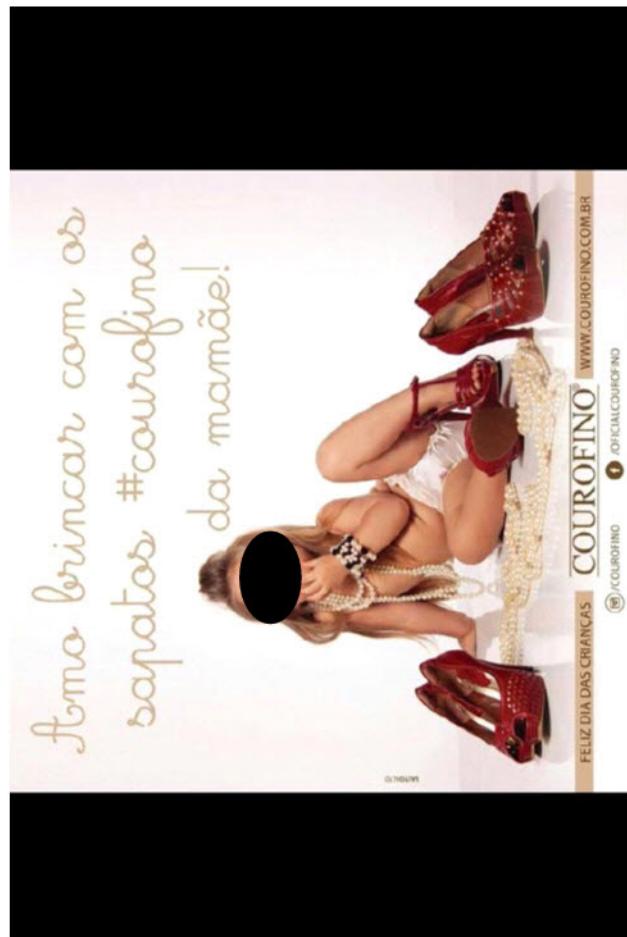
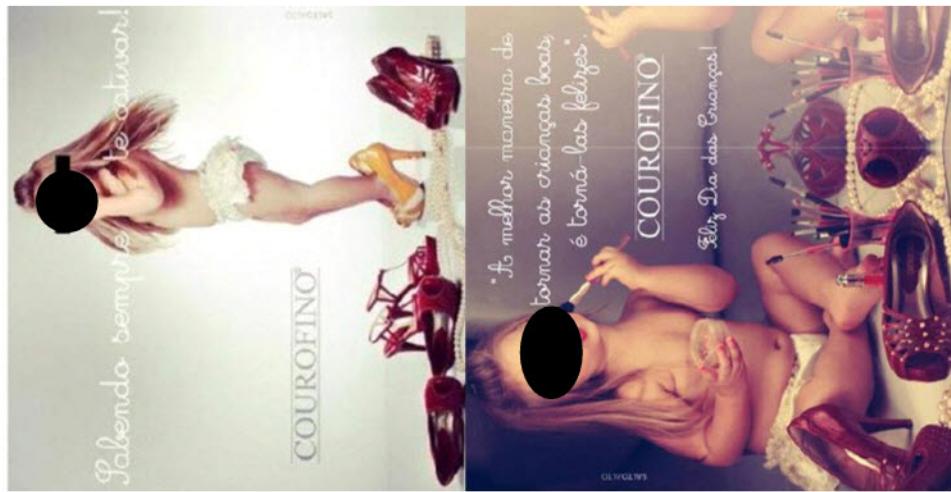
- Erotização precoce
- Adultização (saúde e segurança)
- Alimentação não saudável
- Propagação de estereótipos de gênero
- Incitação ao consumismo
- Representatividade e reflexos na autoestima
- Ambientes vulneráveis

Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor



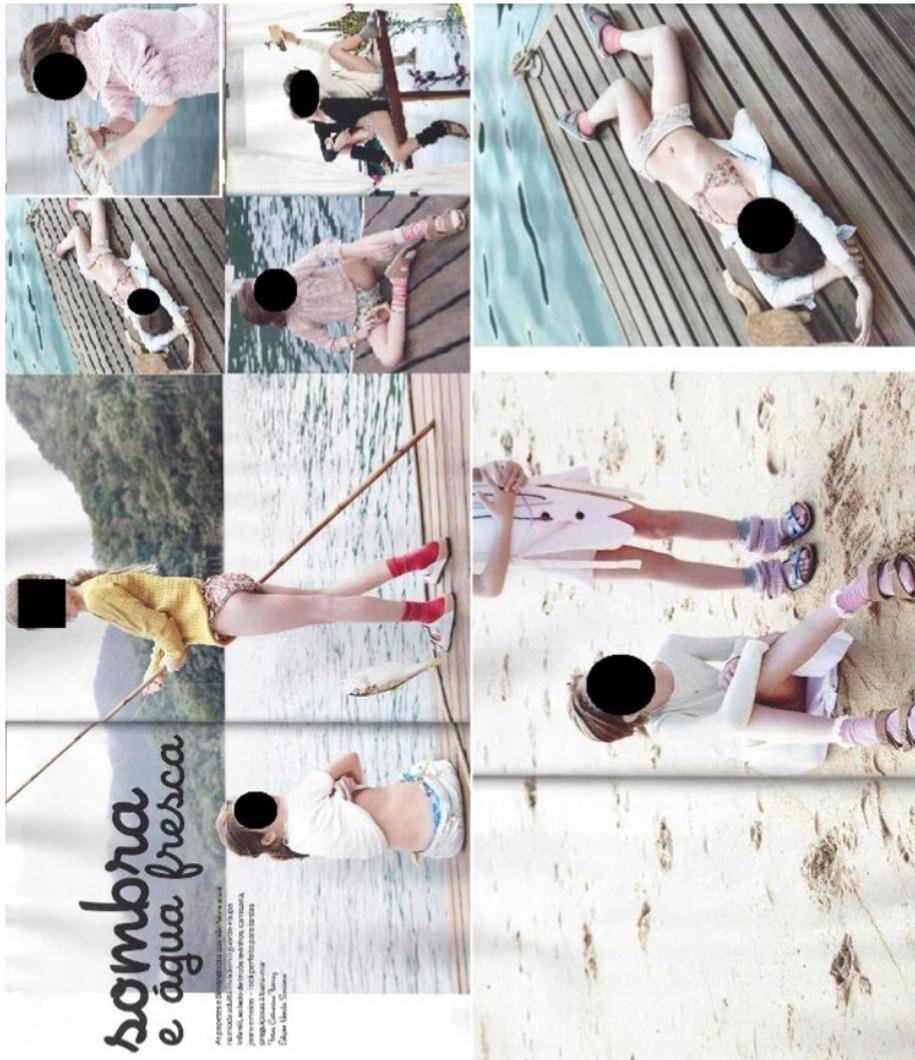
Couro Fino – Dia das Crianças



Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor

Editora Globo – Vogue Kids – Editorial Sombra e Água Fresca



Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor



Sanrio – Hello Kitty Party



Secretaria Nacional do
Consumidor

Ministério da
Justiça



CRS Brand - Spunch



Secretaria Nacional do
Consumidor

Ministério da
Justiça



Nota Técnica recomendando a sanção do Marco Legal da Primeira Infância

- Art. 5º. Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.



Regulamentação da publicidade infantil

- 20 Projetos de Lei, em trâmite na Câmara de Deputados e no Senado, que abordam o assunto.

- Incerteza quanto à aplicabilidade da Resolução n. 163 do CONANDA, em razão do PDC 1460/2014, com a finalidade de sustar os efeitos da Resolução.



Ministério da
Justiça

Secretaria Nacional do
Consumidor



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria Nacional do Consumidor

igor.britto@mj.gov.br

Coordenador-Geral de Estudos e
Monitoramento de Mercado



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (3ª Reunião)

CN - 42

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito bem, agradeço mais uma vez, em meu nome e, naturalmente, em nome do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, pela excelência do que aqui hoje ouvimos das exposições: o Dr. Igor Britto, representando a Senacon, do Ministério da Justiça; o Dr. Edney Narchi, Vice-Presidente Executivo do CONAR, e o Dr. Orlando dos Santos Marques, da Abap. Muito obrigado aos três por terem participado conosco desse evento.

Vamos extrair daqui, certamente, conclusões importantíssimas para os nossos trabalhos.

Agradeço às Sras. Conselheiros, a todos os convidados, a quem nos assiste pela internet.

Convoco a reunião para daqui a uma hora e meia, às 14 horas.

Muito obrigado.

(Suspensa às 12 horas e 19 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 9 minutos.)



Aprovada na 6ª reunião
ordinária de 2016, realizada em
11 de abril de 2016.
Publique-se.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
DIA 7 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H,
NO PLENÁRIO Nº 3 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Ata Circunstaciada da 4ª reunião (ordinária) de 2016 do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, realizada em 7 de março de 2016, segunda-feira, às 14h, no Plenário nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do Conselheiro Miguel Ângelo Cançado, destinada à seguinte Ordem do Dia: ITEM 1 – Discussão acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor da Comunicação Social, a partir de proposta da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita; ITEM 2 – Apresentação de conclusão e encaminhamentos em relação ao “Seminário sobre Migração das Rádios AM para FM”, a partir de proposta do Conselheiro Walter Vieira Ceneviva; ITEM 3 – Formação de comissão de relatoria sobre RTV (repetidoras de televisão), conforme proposta do Senador Wellington Fagundes.. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros Titulares: MIGUEL ÂNGELO CANÇADO, Presidente; RONALDO LEMOS, Vice-Presidente; WALTER VIEIRA CENEVIVA, representante das empresas de rádio; JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA, representante das empresas de televisão; JOSÉ CATARINO DO NASCIMENTO, representante da categoria profissional dos radialistas; PEDRO PABLO LAZZARINI, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; e MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA, representante da sociedade civil. Estiveram presentes, também, os Conselheiros Suplentes: PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO, representante das empresas de rádio; MARIA CÉLIA FURTADO, representante das empresas de imprensa escrita; LILIANA NAKONECHNYJ, engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social; MARIA JOSÉ BRAGA, representante da categoria profissional dos jornalistas; LUIZ ANTÔNIO GERACE DA ROCHA E SILVA, representante das categorias profissionais de cinema e vídeo; PATRÍCIA BLANCO, ISMAR DE OLIVEIRA SOARES e DAVI EMERICH, representantes da sociedade civil.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 2

07/03/2016

(Texto sem revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Boa tarde às Sras Conselheiras e aos Srs. Conselheiros, a todos os presentes, aos servidores, às pessoas que nos assistem, que nos prestigiam ao nos assistirem pelos canais de comunicação do Senado Federal. Muito boa tarde!

Havendo número legal, declaro instalados os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional em 2016.

A pauta foi previamente distribuída às Sras Conselheiras e aos Srs. Conselheiros, onde consta como Ordem do Dia a discussão acerca dos efeitos da crise econômica sobre o setor de Comunicação, a partir de proposta da Comissão de Relatoria formada pelos eminentes Conselheiros Marcelo Rech, Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita.

O item 2 da pauta trata da apresentação de conclusões e de encaminhamentos em relação ao Seminário sobre Migração das Rádios AM para FM, a partir da proposta do eminente Conselheiro Walter Ceneviva.

O item 3 da pauta trata da formação de Comissão de Relatoria sobre RTV (Repetidoras de Televisão), conforme proposta apresentada por nós aqui mesmo, em plenário, na sessão do mês de fevereiro, pelo eminentíssimo Senador Wellington Fagundes, que nos deu a honra de sua presença entre nós.

Há também o relatório das comissões temáticas específicas, as comunicações dos Srs. Conselheiros e a participação da sociedade civil.

Essa é a pauta que foi previamente distribuída às senhoras e aos senhores.

Justificou ausência o eminentíssimo Conselheiro Sydney Sanches. Foi convocado o seu suplente, Jorge Coutinho, que também justificou sua ausência.

O eminentíssimo Conselheiro Roberto Franco justificou que, por questões familiares, não poderia estar entre nós hoje, estando muito bem representado pela eminentíssima Conselheira Liliana Nakonechnyj.

O eminentíssimo Conselheiro Celso Schröder teve um imprevisto hoje pela manhã, acabou perdendo o voo, não pôde vir e também se faz muito bem representar pela eminentíssima Conselheira Maria José Braga.

Há, sobre a mesa das senhoras e dos senhores, as Atas da 1ª e da 2ª Reuniões de 2016, que foram enviadas, com antecedência, pelo canal de e-mails do nosso grupo de conselheiros. Eu consulto se há alguma objeção, alguma alteração e se posso considerar dispensada a leitura desses instrumentos. (Pausa.)

Nada havendo e tendo sido dispensada a necessidade de leitura, considero lidas e aprovadas as duas Atas da 1ª e 2ª Reuniões Ordinárias de 2016 do CCS.

Há também sobre a mesa de V. Exªs – foi encaminhada – a Ata da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC. Algum comentário, alguma observação acerca dela? (Pausa.)

Considero cientificado todo o colegiado acerca da ata em questão.

Comunico ter recebido um ofício da TV Senado agradecendo pelo ofício por nós encaminhado àquele veículo de comunicação, agradecendo pelos cumprimentos por nós transmitidos a eles pela passagem dos 20 anos da TV Senado, conforme proposto em plenário pelo Conselheiro Fernando César Mesquita.

Eu comunico a todos que o Supremo Tribunal Federal julgou recentemente o Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 33.705, na questão relativa à composição do Conselho de Comunicação Social na sua quarta edição. Essa quarta



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 3
07/03/2016

composição, como sabemos todos, foi objeto de impetrado de mandado de segurança por alguns Parlamentares. Essa matéria mereceu decisão unânime do Supremo Tribunal Federal – da Turma a que foi submetida, naturalmente – quanto ao agravo regimental. O mandado de segurança já tinha sido julgado, tendo sido negado seguimento pelo eminentíssimo Relator.

Algum comentário?

Eminentíssimo Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria saudar a decisão do Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo em que registro o desaponto e o lamento com a iniciativa que foi adotada, que na prática implicava a inviabilização do funcionamento do Conselho de Comunicação Social. Que a formação dele possa ser melhor ou pior, conforme sucedam-se as legislaturas, é da cena política, mas que alguém ou que Parlamentares e entidades pleiteiem o não funcionamento do Conselho de Comunicação Social é lamentável.

A derrota da empreitada judiciária deles é uma vitória importante para a comunicação social no Brasil. Essas entidades que tomaram essa iniciativa judiciária, ao longo dos anos, reclamaram tanto e muito do não funcionamento do Conselho de Comunicação Social. Depois passaram para o ataque, querendo fazer com que ele não funcionasse. Isso, no melhor caso, é uma incoerência – talvez haja um adjetivo mais preciso.

Mas eu queria registrar, insisto, o meu desaponto com a iniciativa e saudar a decisão do Supremo Tribunal Federal que assegura o funcionamento do Conselho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Se V. Ex^a me permite, pessoalmente faço minhas as suas palavras. Lamentavelmente, tendo tentado contato com alguns dos eminentes Deputados que impetraram essa medida, não fui bem recebido nessa tentativa. Se me permite, faço minhas as suas palavras, porque, de fato, é melhor o Conselho funcionando – V. Ex^a já disse isso aqui, em plenário – ainda que com algumas deficiências – se é que elas existem, eu não sinto que haja deficiências, todos nós estamos empenhados no sentido de fazer o Conselho ativo e efetivo – em qualquer circunstância, do que não funcionando.

A eminentíssima Conselheira Maria José fez referência, hoje pela manhã, à passagem amanhã do Dia Internacional da Mulher. Eu proponho que nós façamos um registro específico, na ata desta reunião, da nossa saudação, do nosso reconhecimento da importância de que essa data seja uma data sempre celebrada, para chamar atenção para a importância de se comemorar o Dia Internacional da Mulher, que, tecnicamente – não sei se posso dizer assim – é dia 8 de março, mas, na verdade, são todos os dias, deveriam ser todos os dias. Há essa cultura internacional de uma celebração específica, mas é preciso que celebremos e nos preocupemos todos os dias.

Hoje pela manhã, a propósito, foi muito importante o debate provocado pela eminentíssima Conselheira Maria José quanto ao papel da mulher na propaganda, quanto aos equívocos que se cometem nessa seara.

De modo que, se não houver objeção, sugiro que se faça, como ato do Conselho, o registro da passagem desta data importante.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, eu só faria uma sugestão quanto à nota. Acho que a ideia é muito boa, mas sugiro que não saia aquela nota formal "O Conselho aplaude as mulheres no seu dia, tal, tal", mas que fossem incorporadas as questões levantadas. Como nós tratamos de comunicação...



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 4

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Especificamente.

O SR. DAVI EMERICH – ...poderíamos abordar o papel da mulher na publicidade. Que se desse um conteúdo de comunicação para essa nota, para não ser apenas uma nota formal.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente, boa sugestão.

O Conselho acata, acolhe? (*Pausa.*)

Alguém pode me sugerir o texto dessa nota enquanto trabalhamos aqui? Não posso eu fazê-lo porque estou conduzindo os trabalhos.

Alguém sugere um texto? Conselheira Maria José Braga?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Eu me proponho a fazer um esboço e a compartilhá-lo com as colegas Conselheiras antes de passá-lo ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E aprovamos ainda nesta assentada. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Redijam um texto básico.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Caberia alguma manifestação para a Ministra das Mulheres, para um ministério específico, ou o senhor acha que não...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente. Penso que podemos encaminhar essa nota por expediente a todos esses... E, aí, a indicação da Ministra.

O SR. DAVI EMERICH – E vai haver um ato do Bertha Lutz amanhã. Acho que poderíamos arrumar uma forma de alguém ler essa nota amanhã por ocasião da entrega do Prêmio Bertha Lutz no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – No plenário do Senado ou da Câmara?

O SR. DAVI EMERICH – É uma sessão do Congresso, mas será no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Dr. Walmar, diligente como sempre, me informa que a Secretaria é a mesma que eficientemente nos acompanha, que nos assessorava aqui, e poderá fazê-lo.

Estarei em Brasília amanhã. Se for necessária a minha presença para algo, comuniquem-me por favor.

Fica, então, aprovada a referência. A nota será produzida e aprovada ao final desta reunião de hoje.

A Conselheira Maria Célia pede a palavra?

A SR^a MARIA CÉLIA FURTADO – Sim, apenas para fazer um contraponto à moça que se ofereceu, a Maria: eu acho que, já que é uma homenagem às mulheres, os homens é que deveriam escrever.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Acho que fica de bom tamanho assim. Os homens contribuiremos para a discussão final e para a aprovação, se me permite.

A SR^a MARIA CÉLIA FURTADO – Defesa em causa própria é...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas essa causa é de todos nós! Se há causa, ela é de todos nós, Conselheira Maria Célia!

E, quanto ao tema específico, eu tenho que o eminente Conselheiro Davi Emerich foi muito feliz ao sugerir que passássemos algo além de uma nota genérica, fazendo referência ao debate que se realizou nesta manhã aqui mesmo, neste plenário.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião)

CN - 5
07/03/2016

Temos prevista proposta – o Conselheiro Marcelo Cordeiro está em plenário – de S. Ex^a, um seminário sobre incentivos à produção cultural, que se realizará na reunião do dia 11 de abril. Lembrem-se todos que já aprovamos na reunião passada que postergaremos a realização da reunião do próximo mês de abril da primeira para a segunda segunda-feira, já que, na primeira, por coincidência, estaremos fora eu e o Vice-Presidente Ronaldo Lemos, que hoje não compareceu. Estarei fora também na segunda segunda-feira, dia 11, mas Ronaldo Lemos vai presidir. Temos prevista a realização de seminário sobre incentivos à produção cultural.

Hoje devemos definir nomes, porque precisamos de tempo. Eu tenho aqui sugestões, se me permitem – eminent Conselheiro Marcelo Cordeiro, em seguida lhe passo a palavra – para que convidemos o eminent Ministro da Cultura Juca Ferreira, que integrou este Colegiado no mandato passado, produtores culturais e alguém do mundo acadêmico. Preciso de nomes para isso.

O Conselheiro Marcelo Cordeiro tem a palavra.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, conversei com o Conselheiro Nascimento, com o Conselheiro Ceneviva e com o Conselheiro Lazzarini. Nós achamos que, melhor do que o Ministro Juca Ferreira, talvez fosse o Secretário Executivo João Caldeira Brant, que é mais técnico e pode trazer informações mais técnicas e, talvez, mais proveitosa para o Conselho do que as informações que viriam do Ministro.

Além dele, até uma opinião...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos por etapas.

Eu não tenho, evidentemente, nenhuma preferência.

Há alguma objeção do Colegiado quanto à proposta de que não convidemos o Ministro, como sugerido inicialmente, mas sim o Secretário-Geral do Ministério?

Conselheira Maria José e, na sequência, o Conselheiro Araújo.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Com todo respeito à preocupação de que tenhamos aqui um debate mais técnico, creio que, ao convidar um ministério, nós devemos convidar o ministro. E o ministro, se achar por bem, designa um técnico ou tem plenas condições de se subsidiar tecnicamente para fazer o debate conosco. Portanto, penso que, ao convidar o Ministro, nós não provocamos nenhum prejuízo para que o debate tenha elementos técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Seria até uma *capitis diminutio* ao Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu concordo com a Conselheira. Neste ponto ela tem razão: se convida o Ministério, está convidando o Ministro, embora continue achando que o Secretário-Executivo seria uma escolha melhor. Mas, diante da impossibilidade de se convidar diretamente o Secretário-Executivo, concordo com a Conselheira Maria José.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu queria fazer uma sugestão: o convite ao Presidente da Ancine. À Ancine cabe a gestão do maior fundo setorial de financiamento da produção de audiovisual, além de ser a maior em disponibilidade de recursos. No entanto, a Ancine passa por uma crise muito séria, porque houve um mandado de segurança que prosperou, inclusive já confirmado em segunda instância, e as telefônicas pararam de fazer contribuições. Elas respondiam por mais ou menos 80%... Pouco mais de R\$900 milhões, no ano passado, vieram dessas empresas.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 6

07/03/2016

Eu acho que essa reunião é muito importante – pena que seja tão depois – o tema é atualíssimo. O Manoel Rangel está lutando com todos os meios, com o apoio do Ministro.

Com relação ao Secretário, como eu componho com o colega o Conselho Superior do Cinema e do Audiovisual, sei que quem representa o Ministro e atua realmente na presidência é o Brant. Realmente, há o aspecto formal do convite, mas o Brant estaria mais preparado para enfrentar uma discussão mais técnica. De qualquer maneira, eu sugiro, e o senhor submeterá, Presidente, aos demais Conselheiros, o nome de Manoel Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

Conselheiro Lazzarini.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – O Sr. Francisco está certo. Faremos uma reunião, no dia 22, do Conselho Superior do Cinema. Ou seja, isso está muito candente e, terminando a Condecine, no dia 31 de março, haverá um prejuízo muito grande. Aliás, como digo sempre, um dos maiores prejuízos é para a nossa produção, porque somos o elo da produção mais débil. Mas no dia 22 faremos essa reunião, e parece que estamos encontrando um caminho. Vamos ver.

Eu também concordo com a Maria José, penso que tem de ser convidado o Ministro Juca.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Será muito interessante se essa questão do Condecine vier a debate aqui, trazida exatamente no contexto de incentivo à produção cultural, porque essa decisão é um desincentivo à produção cultural, não é? Por retirar recursos de alta monta do audiovisual.

Portanto, acredito que não haja objeção quanto às duas ponderações nesse sentido.

Convidamos, então, o Ministro da Cultura Juca Ferreira – como disse, nosso ex-companheiro aqui – e convidamos o Presidente da Ancine, que já esteve conosco no ano passado. Podemos chamá-lo aqui e tentar jogar luzes sobre esse assunto.

Eu gostaria muito – já lhe passo a palavra, eminente Conselheiro – que nós passássemos a adotar a política de, em cada um desses seminários, procurar ter conosco um Parlamentar de uma das duas Casas, exatamente para o que tenho querido fazer, que é dar visibilidade ao Parlamento quanto aos trabalhos que fazemos aqui.

Alguém quer comentar essa proposta? Alguém tem alguma crítica a respeito? Não a tendo, há sugestão de nome?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Concordo com a proposta e, nesse sentido, acho que teria de ser alguém de presidência de comissão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pois é, presidência de comissão... Conselheiro Davi Emerich, alguma sugestão quanto a presidente de comissão de alguma das duas Casas, alguém ligado à cultura?

O SR. DAVI EMERICH – No momento, não. Aliás, talvez seja mais ciência e tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos convidar o Senador Lasier Martins, Presidente da CCT?

O SR. DAVI EMERICH – Acho que seria um bom nome.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, a assessoria fica encarregada, já com esses três nomes... Mais alguém para fechar quatro?

Lamento não poder estar nesse evento...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu sugeriria, privilegiando o lado mais técnico, que se convidasse o Presidente do TCU. É cultura, mas



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 7

07/03/2016

toda essa verba que vamos discutir aqui passa pelo Tribunal de Contas da União. Então, para evitar ficarmos ouvindo "Temos isso, temos aquilo, temos aquilo outro" e o TCU dizer "Não tem, porque está travado no Orçamento, isso ou aquilo", talvez fosse uma sugestão para darmos um eixo mais forte para essas discussões em termos de recursos orçamentários.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É interessante a sua ponderação, ela daria um sentido técnico expressivo ao seminário, mas não seria o caso de chamar alguém da área artística, cultural? Pergunto porque já estamos com o Ministro, um Parlamentar e um executivo aqui representado. De modo que ficaríamos muito restritos ao Governo, talvez fosse bom alguém da área cultural.

O Conselheiro Ceneviva tem alguma sugestão?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim, Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria aderir à proposta de que viesse o TCU. Do ponto de vista prático, toda essa confusão que cerca o tema de financiamento da produção cultural não esbarra nem nos produtores nem no pessoal da área cultural: esbarra na burocracia. O dinheiro é tomado do bolso dos contribuintes, o dinheiro não está no bolso dos contribuintes. Há bilhões no Tesouro, mas esses bilhões não chegam às produtoras e não chegam aos artistas.

Considero, com todo respeito, inútil perguntar a eles por que não chega. Eles não têm a menor ideia. Eles não são burocratas, eles são artistas. Quem pode dar conta disso, dizer onde é possível mexer para viabilizar a produção cultural, é a burocracia pública. Quem cuida dessa burocracia pública? A Ancine, com o maior fundo; o Ministério da Cultura, com muitos recursos; dentro do Governo, a Receita Federal, que cuida da arrecadação e da renda, do dinheiro, e, portanto, é contra a maioria dos projetos. Estou, evidentemente, fazendo uma caricatura, mas é mais ou menos assim que a coisa funciona. E o único equidistante em relação aos atores da produção cultural propriamente dita, aos financiadores, que são os que patrocinam essas coisas todas, e às entidades de gestão desse dinheiro, é o Tribunal de Contas da União e, diferentemente do que já aconteceu conosco, não vai ter constrangimento de revelar os números, de fazer as críticas, de desvelar as mazelas que existam. Os demais virão aqui para repetir um discurso que já ouvimos algumas vezes, que não muda rigorosamente nada na ordem das coisas – ou porque choram, reclamam, como eu tantas vezes fiz aqui, porque o dinheiro não chega, ou porque choram, reclamam dizendo: "Cortaram o meu orçamento, estou contingenciado".

O Tribunal de Contas, por exemplo, em relação ao Fundo de Telecomunicações, está fazendo um trabalho gravíssimo, porque denuncia de maneira muito consistente que o dinheiro está sendo desviado. É um fundo para o qual cada um de nós que tem telefone celular paga ano a ano, mas o dinheiro está sendo desviado para pagar rodovia no interior, para pagar funcionário público em algum lugar em que não haja dinheiro orçamentário suficiente. Só quem pode desnudar essa situação e ajudar a romper o bloqueio que impede artistas e produtores de terem dinheiro, a esta altura do campeonato, é o Tribunal de Contas da União. Insisto: diferentemente de Ancine e Ministério da Cultura, tem a informação e não vai querer escondê-la.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado, Conselheiro.

Eminente Conselheiro Nascimento Silva.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, na realidade, nós queremos respostas. Diante dessa fala do Conselheiro Walter Ceneviva – estou aqui pensando alto – acho que



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 8

07/03/2016

um nome que poderia vir e nos ajudar é o do Gilberto Gil. Estou sugerindo aqui o nome do Gilberto Gil.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só isso?

Temos o Ministro da Cultura, o Presidente da Ancine, o Senador Lasier Martins – eu estava tentando lembrar o nome dele – e o Presidente do TCU Aroldo Cedraz. E agora temos a sugestão do eminente Conselheiro Nascimento para que se chame Gilberto Gil.

Seria bom chamarmos Gilberto Gil. Podemos tentar, com esses cinco nomes, compor a nossa Mesa? Podemos considerar aprovados esses nomes todos? É sempre bom ter um número que sobeje. Pode ser?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ficamos, então, acordados.

Desde já ficam convocados os Conselheiros titulares e suplentes para as 9h da manhã do dia 11 de abril próximo.

Quanto ao seminário realizado na manhã de hoje: assim como vamos fazer daqui a pouco uma leitura, uma compilação das conclusões tiradas do seminário sobre a migração das rádios AM para FM, tenho para mim que também seria importante que extraíssemos algum resumo dos trabalhos da manhã de hoje. O que pensa o Conselho sobre isso? E, se é para que o façamos, alguém se dispõe a fazê-lo para a próxima reunião?

Cordeiro, pode fazer um resumo dos debates de hoje?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – O.k. Faço.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Peço à assessoria que o auxilie quanto à reprodução do material, trazendo um resumo para que depois isso possa se converter num texto a ser divulgado pelo Conselho. Pode ser?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Pode ser. A próxima reunião é agora em abril?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Em abril, na mesma reunião do mês de abril em que teremos o seminário sugerido por V. Ex^a. Eu reitero apenas que o eminente Conselheiro Ronaldo Lemos presidirá a próxima reunião.

São esses os avisos que eu tinha. Eu consulto se, sobre eles, há mais alguma ponderação.

Eminente Conselheiro Walter Ceneviva com a palavra.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de fazer um registro sobre o episódio das últimas 72 horas, de agressões contra profissionais da comunicação. Não sei se o momento é agora ou ao fim da reunião. Consulto o senhor sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pode fazê-lo agora.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nada impede.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Nas últimas 72 horas, nós assistimos, de maneira extraordinária, ainda mais exacerbada, a uma série de agressões contra profissionais da comunicação, contra empresas de comunicação. Não que eu perceba a diferença entre uma coisa e outra, ambas são igualmente graves, mas me chama muito a atenção a circunstância de que homens, trabalhadores, pessoas que também estavam na rua fazendo uma manifestação política, possam apanhar, possam levar socos, tapas, empurrões, possam sofrer xingamentos e ofensas.

Proponho para cada um dos Conselheiros e para cada um dos cidadãos que acompanham os trabalhos do Conselho que imaginem o que é você, no exercício da sua



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 9

07/03/2016

atividade profissional, levar tapa na orelha, ser xingado, ser empurrado, ver o seu equipamento de trabalho ser destruído por pessoas que discordam daquilo que supõem que esteja sendo dito ou feito a partir do seu trabalho.

O tema da violência contra profissionais da comunicação é uma preocupação permanente deste Conselho de Comunicação, e os episódios das últimas 72 horas deverão fazer crescer a nossa preocupação, porque, se nós nos detivermos no excelente relatório que a Conselheira Maria José nos apresentou na reunião anterior, vamos perceber que a violência é disseminada e que, muitas vezes, o criminoso que agride o profissional da comunicação faz isso tomando vantagem de uma situação de surpresa ou de uma situação em que o profissional esteja indefeso.

Assistimos nas últimas 72 horas a uma agressão clara e aberta contra a liberdade de expressão, o que é um desrespeito ao direito ao trabalho de cada profissional que foi agredido como também é um desrespeito ao direito da cidadania de receber a informação. A democracia convive com a divergência, e a divergência se manifesta de várias maneiras. Ela se manifesta através do debate, como nós fazemos aqui tantas vezes, ela se manifesta de uma maneira que considero maravilhosa e que louvo todas as vezes em que dela nos utilizamos, que é o voto, e não através do espancamento, da ofensa e do impedimento do funcionamento dos veículos de comunicação.

Neste momento grave da história do País, eu queria convidar o Conselho, ainda uma vez – lamentavelmente, isso está sendo reiterado – a se pronunciar e a se manifestar dirigindo correspondência, mais que às instituições, às pessoas que foram agredidas, para que elas saibam que, naquele instante, elas estavam sozinhas nas ruas, mas, do ponto de vista institucional, elas não estão sozinhas na luta pela liberdade de expressão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheira Maria José Braga.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também havia programado uma manifestação a esse respeito, mas, assim como o Conselheiro, eu pensei que isso seria ao final desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Há mesmo aqui uma inversão. Já anuncio que estamos fazendo uma inversão, dadas a relevância e a urgência do tema.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Reitero as palavras do Conselheiro Ceneviva. Realmente, é muito preocupante que os profissionais jornalistas e radialistas sejam vítimas de agressões durante o exercício de sua profissão.

Isso ocorreu no último final de semana de forma acentuada, mas não é uma novidade, como nós vimos no relatório apresentado pela Fenaj. E essas também não foram as primeiras agressões ocorridas neste ano, o que só mostra a gravidade do problema. Neste ano, houve profissionais agredidos em várias ocasiões e em mais de um Estado. Então, isso mostra que realmente estamos diante de uma grave crise, que eu não chamaria de institucional, mas de uma grave crise política no Brasil em que parte da sociedade sequer reconhece o papel da imprensa no Brasil.

Mais uma vez, chamamos atenção para a questão de que os profissionais jornalistas e radialistas cumprem o importante papel de levar informação à sociedade. Se qualquer membro dessa sociedade tem críticas a essa informação, essas críticas devem ser recebidas, mas não há nenhuma forma de crítica que justifique a violência ao trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu consulto os dois Conselheiros que se manifestaram se têm sugestão de encaminhamentos práticos.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 10

07/03/2016

Ceneviva, que foi o autor inicial da proposta, produzimos aqui uma nota acerca desses atos? Eles, de fato, são graves. O Brasil vem passando, como disse o Ministro Marco Aurélio Mello ainda neste final de semana, por uma quadra – essa é uma expressão de que o Ministro gosta muito, usou-a reiteradamente neste final de semana – complexa, confusa, de fatos que se sobrepõem e se avolumam cotidianamente. Nessa quadra, é triste o registro dessas agressões aos profissionais de imprensa.

Como V. Ex^as pensam que este CCS pode conduzir o trato da matéria? Produzindo também uma nota? Se é o caso, aprovamos seu texto aqui hoje. Se é para dirigir, como V. Ex^a diz, um expediente que seria uma espécie de manifestação de solidariedade do Conselho aos profissionais ou, eventualmente, a algum veículo, eu gostaria que fosse indicado exatamente quem.

Abro espaço para as sugestões de V. Ex^as quanto à matéria.

Conselheiro Ceneviva, por favor.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – A minha sugestão é, sim, de uma nota em que o Conselho diga que reitera a repulsa que tem pela violência contra os profissionais da comunicação e anuncie que endereçou para as vítimas dessas agressões uma manifestação de solidariedade, colocando o Conselho e os Conselheiros à disposição delas para o que seja necessário para garantir que possam trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Colegiado está de acordo com essa proposta?

Conselheira Maria José.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Parcialmente de acordo, porque não tenho objeções em relação ao Conselho se manifestar por meio de uma nota. Obviamente, cada manifestação reforça a preocupação deste Conselho em relação à violência com os jornalistas. Agora, acho que essa nota deve ser dirigida – perdoe-me, Conselheiro – às empresas cujos profissionais foram vítimas e às entidades representativas dos profissionais, que, inclusive, já se manifestaram.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sem dúvida.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Eu creio que a direção personalística pode nos criar uma situação de dificuldade, que é nós termos de nos manifestar personalisticamente a cada situação que ocorrer. Então, eu creio que devamos nos dirigir às empresas que empregam esses profissionais, inclusive chamando a atenção dessas empresas para o papel que têm de desempenhar na proteção de seus profissionais, e às entidades representativas, que inclusive já se manifestaram publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Ceneviva, V. Ex^a, pelo que entendi da manifestação geral aqui, fica designado para produzir esse texto, submetendo-o ainda nesta assentada. Pode ser? V. Ex^a produz algo? Naturalmente uma nota, uma manifestação do Conselho, porque será uma manifestação pública. Em seguida, nós a encaminharemos.

V. Ex^as me indiquem, por favor, a quem devemos encaminhar o expediente. Essa nota, é claro, eu vou pedir que tentemos dar ampla publicidade a ela. Inclusive, espero que V. Ex^as, na medida da atuação de cada um, consigam fazê-lo no âmbito de suas respectivas instituições, entidades e grupos de comunicação.

Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Obrigado.

Eu acho que, como já foi sugerido pela Conselheira, a nota deve ser dirigida aos sindicatos e, no caso das empresas, deveria ser dirigida às suas representações, Abert, Abratel, Abra, ANJ e Aner...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 11
07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Assim será feito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ...a todas as grandes associações de revistas, jornais e radiodifusão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Assim será feito. E como eu disse, insisto que V. Ex as procurem contribuir para dar visibilidade a isso, mostrando que o Conselho reage a esse...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – E há possibilidade de essa nota ser publicada no *Jornal do Senado*?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou pedir.... É possível, não é?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Porque seria mais fácil para que nós depois nos incumbíssemos de viralizar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

O SR. DAVI EMERICH – É possível, mas se trata de uma decisão editorial. Nós vamos trabalhar para que seja publicado, mas cabe a decisão aos editores.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A imprensa gosta de manifestações que contenham um alto nível de carga crítica. E o Conselheiro Ceneviva, com a habilidade que tem, saberá nos conduzir por esse caminho.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, em relação à nota – eu não queria falar – eu acho o seguinte. Nós vivemos um cenário difícil, complicado. Há uma parcela da opini o p blica, da cidadania, que questiona a cobertura das m dias. Isso não justifica, em hipótese nenhuma, agredir jornalistas nem quebrar equipamentos. Não se admite isso em hipótese alguma. Então, seria interessante, nessa nota do Ceneviva, reafirmar os princípios que norteiam as institui es democráticas; o respeito ao cidadão – h cidad os que se julgam desrespeitados –; fazer uma condena o para que a m dia divulgue sempre de forma imparcial e tal; e condenar veementemente as agressões. Eu acho que a nota teria que pegar esse pequeno universo, porque, politicamente, nós estar mos acertando, para não ficarmos apenas presos a uma perna dela.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Certamente nós teremos aqui, quando da análise da minuta que nos submeter  daqui a pouco o eminente Conselheiro Ceneviva, esse cuidado na elabora o.

Veja, a advocacia também passa por um momento de rea o ´a sua atua o. Se isso acontece com a imprensa, também acontece com nós outros, advogados, no exercício da garantia dos direitos constitucionais, sobretudo o direito ao contraditório, ´a ampla defesa. Ainda agora o debate se faz mais intenso acerca de recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que, de certa forma – pode-se dizer isso – mitiga um pouco o princípio constitucional da presun o de inocência.

Há muitos fatos acontecendo em torno dessa – volto a tomar de empréstimo a expressão do Ministro – quadra que vivemos hoje. Jornalistas, profissionais de imprensa em geral e advogados vêm sofrendo críticas. Alguns as sofrem por divulgar informa es, e aí há mesmo o debate quanto ´a linha de condu o de alguns veículos de imprensa; nós outros, advogados, sofremos também críticas por defender alguns acusados que, em tese, já estão condenados aos olhos da opini o p blica.

Ainda ontem fiz um comentário numa rede social dizendo que alguns fatos são estranhos. ´E um fato inusitado, ao menos para mim, com 30 anos de exercício profissional na advocacia na \'rea criminal, ver um magistrado soltar uma nota oficial para explicar uma decisão sua. Isso, para mim, ´e algo absolutamente estranho e inusitado. O juiz decide e, se não estiver certa a decisão, que ela seja submetida, conforme as regras



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 12

07/03/2016

processuais, legais e constitucionais principalmente, à revisão, à análise do poder revisor que têm os tribunais de segundo grau. É por esse momento que estamos passando.

Então, Conselheiro Ceneviva, prepare esse documento. Eu acho que é importante que nós façamos isso, eu acho que dá um sentido efetivo de visibilidade.

Eu quero, inclusive, fazer um registro aqui e fazer um agradecimento público. Tenho conversado muito sobre isso com o Prof. Renato, que aqui está, que está sempre conosco nas nossas reuniões. Nós temos conversado muito. Ele é um estudioso, é um homem preparado e atento às nossas atividades. Nós temos conversado sobre o sentido de funcionamento, de visibilidade e de efetividade. Eu uso essas palavras, provavelmente, à reiteração. Talvez se cansem de mim, talvez fiquemos todos cansados de tanto que insisto que temos que procurar tornar visível o Conselho. O Renato tem me ajudado nessa linha – ainda hoje vamos conversar um pouco a respeito dessa visibilidade. Manifestações assim, com certeza – e não é só querer aparecer, para usar uma expressão mais vulgar – darão sentido à existência do Conselho.

Eu aguardo então. Temos duas notas sendo produzidas para serem, ambas, publicadas.

Eu consulto os eminentes Conselheiros... O Conselheiro Marcelo Rech justificou sua ausência, os Conselheiros Nascimento Silva, Marcelo Cordeiro e Fernando César Mesquita não estavam presentes também, mas foram designados para integrar a Comissão de Relatoria dos efeitos da crise econômica sobre o setor de comunicação social. V. Ex's têm algum trabalho para ser apresentado hoje nessa seara? Ou vamos adiar essa discussão ainda uma vez?

Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu sempre fui pautado pelo trabalho. Mesmo que eu não dê conta de fazer as coisas, faço.

Eu fiquei no aguardo, porque não temos ainda um responsável efetivo por essa Comissão, correto? Somos todos responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Correto em termos.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Quem é?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Correto em termos.

Há uma Comissão de Relatoria cujos membros são os Conselheiros que declinei. Entre os quatro, serão designados um relator e um coordenador.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Isso, não há coordenador. Até agora, até o exato momento, não há coordenador. Correto, Marcelo? Nós não definimos isso.

Eu trouxe um texto em que havia colocado o meu nome, mas, depois, tirei o meu nome e coloquei "Federação dos Trabalhadores em Rádio e TV". A intenção é falar sobre essa questão da crise. Posso distribui-lo agora, neste momento, para fazermos uma reflexão. Alternativamente, só enviá-lo ao Marcelo e, posteriormente, aos outros dois – para evitar que falem "Você passou por cima".

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu penso que esse texto deve ser submetido como uma iniciativa sua, eminente Conselheiro, submetido primeiro ao colegiado, à Comissão de Relatoria.

Se falta um coordenador, eu consulto o eminent Conselheiro Marcelo Cordeiro se pode assumir tal encargo.

Já fica designado nesta assentada o coordenador. Já que tem um texto básico, V. Ex^a relata, ele coordena, discutem no âmbito da Comissão e nos trazem na próxima reunião.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Combinado.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 13

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Fica assim?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Perfeito.

O SR. DAVI EMERICH – E que o texto seja enviado para todo mundo para não sermos pegos de surpresa aqui.

O SR. NASCIMENTO SILVA – O que ocorre é o seguinte. Eu estou dizendo que está pronto. Se o senhor ouviu bem o que o Presidente falou... Ele falou: "Primeiro, mande para a Comissão".

Há um texto pronto. Agora, evidentemente, eu não vou entregar o que escrevi agora em função dessa orientação do Presidente.

Muito bem orientado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Ficamos assim definidos: V. Ex^{as}s ficam com essa tarefa para a próxima reunião.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, em tempo, ainda voltando ao item anterior, sobre o Seminário de Incentivo à Cultura. Houve a sugestão de se convidar o Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão, o Sr. Marco Altberg. Essa sugestão é feita porque, na verdade, são eles os grandes captadores de recursos. Então, são eles os que sentem mais falta e que conhecem mais o problema da captação e do incentivo à cultura. Eu conversei com os colegas, e há uma sugestão interessante da Conselheira Maria José para que coloquemos, então, já que nós fechamos o nome, o Altberg em substituição ao Gil no caso de impedimento, no caso da impossibilidade de ele comparecer ou na impossibilidade de qualquer um dos outros convidados comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como um cadastro reserva?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – É, como um cadastro reserva. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Assim será feito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Não, não foi formalizado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A matéria acaba de ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu também acho produtiva a vinda dele. Não digo que seja mais produtiva do que a do Gilberto Gil ou de qualquer outro, mas acho produtiva a vida dele. Acho um dos mais produtivos também, concordo inteiramente com o Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A matéria já estava decidida. Nós retornamos a ela com um acréscimo, como disse, em uma espécie de cadastro reserva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Exatamente. Na verdade, já estava decidido aqui.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu vou pedir ao eminent Conselheiro Vice-Presidente Ronaldo Lemos que se empenhe nesse sentido, já que S. Ex^a vai conduzir a próxima reunião.

Conselheiro Gerace.

O SR. LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA – Eu lembrei do nome do Marco Altberg por causa do fenômeno que se acentuou depois da ratificação da Lei nº 12.485, que prevê três horas e meia de conteúdo original na TV brasileira. Essa



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 14

07/03/2016

Associação de Produtoras Independentes, em menos de três anos, pulou de 260 para 600 produtoras. Essas pessoas lidam diuturnamente com a captação. Então, se os gestores da Ancine e do Ministério da Cultura vão falar das linhas de fomento, esses caras poderão nos dar o outro lado, como é que está sendo, quais são os nós e quais estão sendo os fatos positivos. Acho que seria produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente. É altamente produtivo.

Eu quero dizer aos senhores – mera curiosidade, sem nenhum outro sentido – que eu vejo esse sofrimento cotidianamente, dentro de casa. Meu filho é produtor independente, é cineasta – inclusive, teve dois projetos selecionados na Ancine. Então, eu vejo esse sofrimento, essa dinâmica – se é que se pode dizer sofrimento – essa peleja toda cotidianamente.

Está acolhida, se não houver objeção de ninguém, a sua sugestão para esse acréscimo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quanto ao tema que eu estava encerrando, os efeitos da crise econômica, fica postergado para a próxima, designados formalmente Relator e Coordenador dessa Comissão os Conselheiros Nascimento Silva e Marcelo Cordeiro, que se encarrega de organizar a reunião, ainda que virtual, entre os membros, a tempo de que o Nascimento apresente a sua proposta e que isso seja encaminhado a nós outros, todos, antes da reunião do dia 11 próximo.

Conselheiro Walter Ceneviva, V. Ex^a foi designado para relatar o resumo do seminário sobre migração. Quer fazê-lo agora ou vai primeiro produzir a nota? Ou V. Ex^a vai produzir ambos ao mesmo tempo?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA (Fora do microfone.) – Eu faço os dois ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu, então, anuncio que vamos discutir as conclusões acerca do seminário sobre a migração das rádios AM para FM, conforme debatido aqui em seminário no mês passado. Para tanto, eu concedo a palavra ao eminente Conselheiro Walter Ceneviva.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Sr. Presidente. Dizem que as mulheres têm a capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo: mais uma razão para admirá-las tanto! Vou procurar, então, fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mais um motivo para as celebrarmos ainda mais, amanhã e sempre.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Dupla jornada, tripla jornada...

Eu pedi o apoio da assessoria para trabalhar a nota a partir de uma nota que já fizemos. Então, enquanto eles estão nos ajudando, eu vou fazendo aqui o relato – o testemunho, como eu até prefiro chamar – de como foi a audiência pública relativa à migração do AM para o FM.

Eu fiz a proposta de que fizéssemos a audiência pública porque a Intercom – uma associação sem fins lucrativos de pesquisadores, de cientistas da área de comunicação – o bloco de mídia rádio e mídia em áudio da Intercom fez um manifesto, chamando atenção para o fato de que as emissoras públicas que operavam em ondas médias não migrariam para frequência de FM, o que era grave em si mesmo, porque implicava, no fim das contas, que elas seriam desligadas, ou seja, era como se o Poder Público, por



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 15

07/03/2016

decisão da diretoria da entidade a ou b, desistisse de ter uma emissora pública, uma coisa estarrecedora. Então, o alerta – e eu quero insistir – veio da academia.

A partir desse alerta da academia, eu propus, e os Conselheiros aprovaram, que se fizesse uma audiência pública, e a presença dos palestrantes brilhantes mostrou não apenas a importância do tema, mas também a importância de repercutirmos as grandes pautas do setor da comunicação.

O Dr. Roberto Pinto Martins, pelo Ministério das Comunicações, descreveu, do ponto de vista do poder concedente, por que se concebeu a migração, por que o Ministro das Comunicações e o Poder Executivo estabeleceram a migração, como ela se daria e a evolução dela País afora.

O Conselheiro Rodrigo Zerbone Loureiro, Conselheiro da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), explicou, do ponto de vista técnico, como essa migração aconteceria, explicando a importância de fazer com que tudo acontecesse de maneira articulada para assegurar que não houvesse interferências e que os brasileiros, os radiouvintes, pudessem receber adequadamente a programação de rádio e que as emissoras pudessem também, evidentemente, irradiá-la.

O Dr. Luís Roberto Antonik, representando as emissoras de rádio e televisão, a Abert, explicou, do ponto de vista das empresas, os desafios que essa migração trazia; desafio de investimento, necessidade de pagar o Poder Público por esse novo espectro que seria ocupado.

Por fim, eu considerei, sem demérito para os demais, que a melhor apresentação foi a da Professora Nélia Del Bianco, da Intercom. Ela apresentou, de uma maneira não menos que genial, um panorama da mídia rádio, descrevendo, em primeiro lugar, a importância e a imprescindibilidade do rádio na vida dos brasileiros. Em segundo lugar, a completa viabilidade do meio rádio no futuro do ambiente digital – o rádio, todos sabem, teve a sua morte decretada em 1950, quando surgiu a televisão, mas ele é um *walking dead*, ele se recusa a morrer. O rádio é crucial, é fundamental, e é a segunda mídia mais consumida por todos brasileiros. Isso ficou muito claro na apresentação da Professora Nélia Del Bianco.

Se, então, o rádio é tão importante como a gente viu nas apresentações, com ênfase, evidentemente, na da Professora Nélia, mas também na dos demais – do poder concedente, do Ministério das Comunicações, da agência reguladora, das empresas de rádio e de televisão – então isso deve ser objeto da nossa preocupação permanente; segundo entendo, deve ser objeto de preocupação permanente do Conselho de Comunicação Social. E, para essa finalidade, eu proponho que se estabeleça uma Comissão de Relatoria para o acompanhamento permanente da migração, ou seja, que haja um subcolegiado do Conselho de Comunicação Social para interagir com o poder concedente, o Ministério das Comunicações, com a agência reguladora dos aspectos tecnológicos, que é a Anatel, com a associação setorial, que é a Abert, e, mais importante – disperso, mas mais importante – com os radiouvintes, com os pleitos e as dificuldades que esses radiouvintes possam ter.

O Conselho de Comunicação Social, segundo entendo, deve estar à disposição de todo radiovinte, especialmente das cidades mais distantes, que possam estar sob ameaça de perder a programação da emissora a ou da emissora b, para que se assegure que, no Brasil, com o trabalho daquelas autoridades e personalidades que estiveram aqui na audiência pública, a migração possa acontecer, a programação de rádio possa seguir sendo produzida e seguir sendo ouvida e consumida por toda a cidadania.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 16

07/03/2016

Temas que eu considero importantes, se vier a ser aprovada essa comissão, seriam: identificar quais cidades correm o risco de ficar sem rádio porque o radiodifusor dessa cidade não pediu a migração; quais emissoras públicas insistem ainda em não migrar. Segundo nós entendemos da representante da EBC, a Conselheira Ana Fleck, a EBC terá revista a sua posição em relação a migrar ou não migrar, mas, considerando a situação de penúria.... Ela mesma me dizia na audiência pública que ela não era uma TV estatal, não era uma emissora estatal.

Todavia, temos visto – já é o terceiro presidente nos últimos oito meses – que o corte de recursos imposto pelo Estado, de quem ela deveria ser independente, está comprometendo completamente o seu funcionamento. Vai haver mais emissoras públicas que vão ter de desligar seus sinais? O que vai acontecer do ponto de vista do radiouvinte? Vai haver emissora que vai ter de ir para os canais 5 e 6, portanto emissoras cujo conteúdo só vai ser recebido por receptores que ainda não existem no mercado hoje, ou que, ainda existindo, não são disseminados? Quem vai fabricar esses novos receptores? Há alguma solução tecnológica para fazer caber mais emissoras naquele mesmo espectro?

Então, de novo, repetindo: a proposta que eu faço ao Conselho ao dar este testemunho é a de estabelecer uma Comissão de Relatoria para acompanhar periodicamente o assunto e trazer ao Conselho, quando for o caso, o andamento e os principais eventos do processo de migração, que já está em curso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguém mais? Nascimento?
Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, eu só gostaria de deixar registrado que a manifestação da professora foi no seguinte sentido: não que ela seria favorável à migração, mas é porque não há mais jeito. As novas tecnologias impuseram isso. Inclusive aqueles – e eu sou um deles – contrários à migração entendem que não há saída. Então, é preciso relaxar. Porém, isso vai trazer um prejuízo para nós, trabalhadores.

As emissoras de rádio que trabalham com AM e FM, com certeza, vão mandar embora o pessoal da FM ou o pessoal da AM e vão fazer esse trabalho que, para nós, que vimos discutindo isso há muito tempo, é prejudicial para a categoria.

Deixo esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Ceneviva, V. Ex^a sugere que nós criemos uma Comissão de Relatoria. Vou submeter sua proposta.

Estou em sede de consulta a V. Ex^a e aos demais.

Nós devemos produzir alguma manifestação específica do Conselho acerca do tema? Ou consideramos o debate encerrado aqui, com a previsão de que essa Comissão de Relatoria apenas acompanhe os trabalhos?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Entendo que é importante haver uma comissão para o acompanhamento permanente, porque, como as nossas reuniões são mensais...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

No meu questionamento – não é uma ponderação – uma posição não exclui a outra. Criar a Comissão de Relatoria, para mim, não exclui – muito pelo contrário – a possibilidade de que nós nos manifestemos, positiva ou negativamente, acerca desse tema. Ou deixamos o debate apenas como um debate acadêmico mesmo? Pode ser. Não



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 17
07/03/2016

estou defendendo posição, estou questionando, porque acho que essa é a obrigação de quem conduz os trabalhos.

Conselheira Maria José.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Não sei se entendi bem a proposta do Conselheiro Ceneviva. Eu estava aqui com tarefas paralelas, mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mulher!

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Não, quem faz múltiplas coisas ao mesmo tempo é o homem, não é a mulher não, por isso é que faz um monte de coisas malfeitas..., mas, tudo bem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não vamos a essa dialética, não é, Ceneviva? Não vamos a esse debate dialético, dicotômico.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Isso só foi uma piadinha!

Eu queria ponderar com o Conselheiro Ceneviva e com o Presidente para tentar conciliar as duas preocupações.

Concordo que nós precisamos de uma Comissão de Relatoria para fazer esse amplo levantamento, mas acho que ela não deve ser permanente, como o Conselheiro Ceneviva falou. Que ela tenha um tempo de trabalho e, a partir desses levantamentos, desses tantos problemas que merecem que nós nos debrucemos sobre eles, aí sim, nós nos manifestemos. Obviamente, isso tem de ser num curto prazo, visto que a migração já começou.

Então, tentando conciliar as duas propostas, sugiro que a Comissão de Relatoria tenha um prazo para trabalhar e que o Conselho se manifeste após a apresentação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Davi Emerich.

O SR. DAVI EMERICH – Em relação a isso.... Houve uma discussão em que ficou claro o seguinte: não é uma questão de decidir a favor ou contra. O processo está em marcha, e nós não vamos parar o processo. Este Conselho não tem...

A não ser que houvesse algum ponto em torno do qual houvesse absoluto consenso.... Acho que todas as posições do Conselho estão manifestadas na taquigrafia: as críticas, o fato de não termos tido uma discussão ampla. Então, acho que não se precisa, necessariamente, de um relatório escrito – até porque ele não fez o relatório escrito. Na minha opinião, o relatório são as notas taquigráficas, porque a gente não...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Gravação. Não temos taquígrafos aqui.

O SR. DAVI EMERICH – Desse nós temos, não temos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desculpe.

O SR. DAVI EMERICH – Então, as notas taquigráficas são o mais fiel retrato do que se discutiu aqui. Cada um deu a sua opinião.

Em relação à comissão que está sendo proposta pelo Ceneviva, volta-se àquele debate do menino da Fenaj, no sentido de que nós temos as comissões temáticas. Eu já faço o adendo de que essas comissões estão sem funcionar, Presidente. As nossas comissões estão morrendo por inanição. Então, se nós temos uma comissão especializada nessa área – a não ser que não tenha – acho desnecessário criar uma comissão especial para isso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 18
07/03/2016

Então, primeiro, indagaria se há alguma das nossas comissões permanentes que poderia tratar desse assunto para não criarmos mais uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro, nós vamos avançar no debate e chegar a um denominador comum. Chegaremos a um final com relação a essas ponderações todas.

O Conselheiro Ceneviva está inscrito. Depois, Marcelo Cordeiro.

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Obrigado, Presidente.

Queria esclarecer que acho importante que haja uma comissão permanente, sim, diferente do que ponderou a Conselheira Maria José, porque a migração vai acontecer ao longo do tempo. Se esperarmos que haja um problema para, então, voltar a pautar o tema, estabelecer uma comissão e tudo o mais, pode ser que nos surpreendamos com os fatos consumados. Para evitar isso é que imagino uma comissão permanente. Ela não é uma blindagem completa, mas ela tem uma chance maior de dar ao Conselho a oportunidade tempestiva de se pronunciar sobre eventuais problemas.

É imprescindível que haja essa comissão? Claramente não. Como nós ouvimos dos palestrantes na audiência pública, o tema está sendo tratado de maneira articulada entre o poder concedente, a agência técnica e as entidades da radiodifusão, de maneira que essa comissão não vai fazer grande diferença sobre esse trabalho excelente que está sendo feito. No entanto, se formos esperar dar problema para, então, fazer uma comissão, provavelmente vai sobrar para nós chorar sobre o leite derramado. Então, para evitar que isso aconteça, ou para tentar evitar que isso aconteça, é que proponho que a comissão seja permanente.

Por outro lado, também reconheço: existe uma comissão, que é a Comissão de Tecnologia, que poderia ser encarregada disso. O defeito da ideia de que seja a Comissão de Tecnologia está ligado ao fato de que a Comissão de Tecnologia não se reúne nem mensalmente.

O SR. DAVI EMERICH – Mas não se pode tirar essa comissão da Comissão de Tecnologia?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – O Conselheiro Davi propõe: "E se tirarmos essa comissão da Comissão de Tecnologia?" Também funcionaria.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Marcelo Cordeiro.

No final, é lógico, vou direcionar a solução.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Era exatamente para falar o que o Conselheiro Ceneviva acabou de falar, até porque o Conselheiro Davi falou: "Fomos pegos de surpresa. Não tem mais como brigar. Isso já está em andamento". É por isso que eu acho que uma comissão permanente, uma comissão que acompanhe esse andamento, fará com que não sejamos pegos de surpresa de novo. Até pelo que o Ceneviva estava lembrando: quantas cidades vão ficar sem emissora de rádio? E se isso não acontecer? E se não for feito da forma como se está pensando em fazer ou como foi relatado que seria feito? Então, acho que a nossa parte seria, realmente, ter uma comissão permanente para acompanhar, daqui, a continuidade do processo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheira Liliana.

O SR. LILIANA NAKONECHNYJ – Entendo que o seminário elucidou bem os problemas que estão sendo enfrentados, ou seja, na verdade, os problemas que existem. Há dificuldade, por exemplo, de muitas rádios poderem se regularizar, de terem toda a



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 19

07/03/2016

documentação para passarem para FM. Uma parte delas terá de passar para a nova faixa de frequência e vai precisar de novos rádios.

Eles apresentaram aqui o *range* de dificuldades que vão existir, achei que eles apresentaram. Agora, realmente, vamos ter de ver se essas dificuldades vão ser superadas ou não ao longo do tempo.

Então, acredito, também, que faça mais sentido fazer numa comissão permanente, talvez a Comissão de Tecnologia, e aí vermos se é uma subcomissão que deve fazer esse acompanhamento, mas não é uma coisa que, infelizmente, vamos conseguir levantar, apontar e acabou. Não adianta, porque, infelizmente, ao longo do tempo é que veremos se esses problemas todos serão superados ou não, quer dizer, na medida que forem sendo enfrentados os traríamos aqui para debater se há alguma solução alternativa. "Isso está acontecendo. Essas rádios não estão conseguindo. Será que a gente sugere, por exemplo, que se alongue o tempo?" Ou denunciar se nada puder ser feito.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Presidente, uma ponderação.

Realmente, eu não tinha entendido bem a proposta do Conselheiro Ceneviva, mas a proposta me causa preocupação. Não é nenhum demérito ao nosso trabalho, mas creio que não temos a agilidade operativa que essa proposta pressupõe, que é uma agilidade operativa mesmo, ou seja, surgiu um problema hoje, essa Comissão tem que apontar esse problema e o Conselho tem que se manifestar sobre aquele problema. Volto a dizer, creio que não temos essa agilidade.

Quando o nosso Presidente propôs que o Conselho tenha uma manifestação formal sobre o caso, sobre a questão da migração, sugeri uma Comissão de Relatoria. E por que uma Comissão de Relatoria? Porque ela é direta para o Plenário, ou seja, nos daria condições de nos manifestar, com os dados que temos e com os que seriam coletados, provocar uma manifestação ágil do Conselho, inclusive apontando para os possíveis problemas que podem surgir ao longo dessa transição e pedindo, vamos dizer assim, o cuidado para que esses problemas sejam solucionados nesse decorrer e que não se tornem problemas sem solução, porque aí não poderíamos fazer mais nada.

Seria no sentido de o Conselho poder agir mais tempestivamente e já se posicionar, contribuindo efetivamente para minimizar esses problemas da migração.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vocês me permitem fazer um encaminhamento para concluir? Porque ficarmos discutindo por longo tempo, embora importante a composição ou não de um grupo entre nós, que será um subgrupo...

Primeiro, tenho obrigação de prestar um esclarecimento, o Conselheiro Davi Emerich tem razão: as Comissões estão sem se reunir pela dinâmica do trabalho que temos imprimido de realizar esses seminários – e realizamos bons encontros, particularmente nestas duas últimas sessões, a primeira e a segunda deste ano. Os horários coincidem, essa é a razão fundamental por que não estamos conseguindo horário para reunir as Comissões.

Até pensei em, quem sabe, sugerir a V. Ex^{as}s, não sei se nossa estrutura comporta isso, tenho que conversar aqui também: quando tivermos um seminário, fazermos a sessão do Conselho à tarde e, depois, ao final, durante uma hora mais ou menos, fazemos reunião das Comissões, das cinco às seis. Não sei se a assessoria comporta e se os Conselheiros admitem isso. Podemos implementar essa dinâmica já a partir da próxima sessão. Às 5h, terminamos a sessão do Pleno e reunimos pelo menos uma Comissão, uma vez por mês. Poderíamos estabelecer essa dinâmica, mas vamos discutir isso depois, para não atropelar o que já está posto quanto a essa Comissão de Relatoria.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 20

07/03/2016

É uma Comissão de Relatoria que pode ser tirada dentre membros que já compõem a Comissão Temática de Tecnologia de Informação e Comunicação, para acompanhar e trazer informações a nós. Não estou conseguindo entender o porquê da resistência à ideia dessa figura que vai trazer informações a nós, imagino que sequer poderá criar polêmica, porque, se há um problema na migração e que esta Comissão.... Serão observadores, olheiros nossos e trarão aqui, no plenário, informações para serem debatidas mais ampla e abertamente, como fazemos tudo.

Não sei se vejo com tanta simplicidade assim ou se me equivoco. Pode ser assim, não?

Maria José parece que resiste um pouco, discorda. Serão três olheiros, sugeriria inclusive nomes.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Presidente, pode ser realmente uma preocupação excessiva com a condução dos nossos trabalhos, mas, se os demais Conselheiros acham que teremos condições de fazer o trabalho dessa forma como está proposta, não tenho nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento, sobre esse ponto.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Diante da fala da Conselheira Maria José, coloco o meu nome à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu já iria sugerir o seu nome mesmo, o Ceneviva, que integra a Comissão de Tecnologia, o Nascimento, que integra a Comissão e um terceiro nome.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Fora do microfone.) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Paulo Machado.

Pode ser? Os três. Pode ser assim?

Ceneviva e Paulo são do rádio e Nascimento é essencialmente do rádio.

Fica assim...

O SR. DAVI EMERICH – Pode ter uma coordenação, Sr. Presidente? Esse negócio de comissão sem coordenação realmente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Ceneviva coordena essa Comissão? (Pausa.)

Está designado.

A Comissão vai ficar com o encargo de vigiar e de auscultar, observar e trazer a nós, no plenário, suas conclusões.

O Senador Wellington Fagundes, que esteve conosco no seminário passado, trouxe a nós o tema da RTV, repetidoras de televisão. Então, extraímos daqui a ideia de criar uma Comissão de Relatoria para discutir esse tema conosco, em especial a questão Região Amazônica, não é isso que está anotado? Perdão, Amazônia Legal.

Também acho que não devamos nos estender muito na constituição de uma, não vou dizer nem simples, Comissão de Relatoria, até porque é complexo o tema. Consulto os meus pares quem se dispõe a integrar esta Comissão, iniciando esse trabalho de estudo acerca das repetidoras de televisão RTVs.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Esse é um grave problema que Minas Gerais sofre. Presidente, na realidade, não é porque quero estar em todas, mas todos esses problemas que acontecem aqui me afligem e afligem a representatividade que eu tenho.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 21

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a está se dispondo a participar?

O SR. NASCIMENTO SILVA – Estou me expondo em função da...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ainda que já participando da outra.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, submeto Araújo Lima, Nascimento.... Mais alguém? Sociedade Civil. Alguém? Cordeiro? Já está com atividade demais. Alguém da sociedade civil? Ronaldo não está aqui, não tem mais ninguém.

O SR. NASCIMENTO SILVA – A Liliana falou que sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Liliana. Perfeito. Alguma objeção?
(Pausa.)

Araújo Lima. A nossa reunião agora cresce muito.

Estávamos todos esperando V. Ex^a para começar o seminário. (Risos.)

O SR. NASCIMENTO SILVA – V. Ex^a quer uma gravata emprestada? (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, para esta Comissão de Relatoria ficam designados os eminentes Conselheiros Araújo Lima, Liliana, Nascimento, excepcionalmente sem a representação da sociedade civil, que se fará representada aqui no plenário por todos nós, seus integrantes, quando da discussão do trabalho que nos trouxer essa Comissão, cujo coordenador, Araújo Lima, me pede a palavra.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, como eu não estava presente na última reunião, o Senador, com quem tenho uma excelente relação, chegou a adiantar, "brigou" sobre a preocupação nesse caso das Artes?

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – "Bifou" não, posicionou-se.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Nas notas taquigráficas temos isso, mas sugiro logo a V. Ex^{as}...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Fazer uma reunião com ele.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ... que, quem sabe, procurem o eminente Senador para um debate nessa linha.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Infelizmente, como disse o Conselheiro Davi Emerich, nós não temos certamente relatório de comissões temáticas, como disse há pouco, pela impossibilidade de reunião.

Aqui estamos no momento de discussão do relatório delas.

Vou modificar, colocar em discussão essa sugestão minha, que é uma sugestão para tentar acudir.

Eu sei que há sempre o problema do retorno de muitos aos seus lares, aos seus endereços originários. Eu estou fazendo uma sugestão, eminente Vice-Presidente Ronaldo, porque há uma preocupação que ainda há pouco o Conselheiro Davi Emerich manifestou, de que as Comissões não estão se reunindo e, por óbvias razões, temos tido os nossos espaços da manhã ocupados pelos seminários, à tarde pelas reuniões ordinárias, e, em razão disso, não tem havido essa possibilidade.

Eu sugeri que fizéssemos um arranjo – reconheço que é um arranjo – e que, a partir de abril, a Comissão se reúna das cinco às seis da tarde pelo menos por uma hora, até para dar uma dinâmica de trabalho, depois da nossa plenária aqui, como uma solução de emergência. Eu estou colocando esse tema em discussão.

Eminente Conselheiro Vice-Presidente.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 22
07/03/2016

O SR. RONALDO LEMOS – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão e verificar se é possível regimentalmente. Por que não fazer também a possibilidade de os coordenadores de Comissão, e se os Conselheiros concordarem, realizarem reuniões da Comissão por videoconferência ao longo do mês? De modo que a gente poderia usar uma dessas ferramentas que são fáceis de utilização, sejam elas Hanot, Skype. Eu posso até ajudar a fazer a plataforma, de modo que seja acessível para todos, e eventualmente os coordenadores de Comissão poderiam convocar as reuniões das Comissões em preparação para as reuniões do Conselho ao longo também do mês. Eu acho que seria conveniente, pouparia, inclusive, verba de deslocamento e aproveitaria para a gente também não perder tempo com essa agenda.

Se todos os Conselheiros acharem que é uma metodologia válida, eu acho que pode ser uma boa estratégia também, para além da sugestão do Presidente de ter uma hora adicional após as reuniões aqui do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Nascimento.

O SR. NASCIMENTO SILVA – Presidente, a única dificuldade que eu, em particular, teria em uma hora a mais é que eu não chegaria a minha cidade no mesmo dia. Ou seja, eu teria que ficar em Brasília, ponto.

A outra preocupação que eu tenho com relação à proposta do Conselheiro Ronaldo é com relação também à minha limitação e, acredito, eu poderia elencar – não vou fazê-lo – alguns outros Conselheiros que teriam dificuldade de fazer, de realizar essa proposta que o eminentíssimo Conselheiro faz. É só nesse aspecto.

As tecnologias estão aí, estão fortes e tal, mas muitos de nós ainda não têm esse domínio todo e não temos as ferramentas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor, Conselheiro Ronaldo.

O SR. RONALDO LEMOS – Conselheiro Nascimento, eu poderia me dispor, pessoalmente, inclusive, a auxiliar na utilização das ferramentas. E eu garanto: eu tenho utilizado isso, enfim, na minha vida profissional e acadêmica, e é muito simples: basta ter um computador conectado à internet e a pessoa clica em um *link*, que vai ser enviado para a Comissão, e, ao clicar no *link*, automaticamente ela já é levada à página da reunião da Comissão.

E a outra vantagem é que, se assim determinarmos, essas reuniões podem ser, inclusive, públicas. De modo que poderia convidar qualquer pessoa da sociedade para que também assistisse às reuniões. Poderia até, eventualmente, dependendo do coordenador da Comissão, convidar as pessoas, ao final, por exemplo, para se manifestarem. Então, também daria uma transparéncia para a reunião da Comissão. Muitas vezes é transmitida, já, pela TV Justiça, outras vezes não é, mas, se o Conselheiro achar interessante, eu posso me dispor a auxiliar também nos aspectos técnicos com relação a facilitar a realização das Comissões.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – O.k., vamos conversando.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Presidente, só com relação a esse ponto, eu acredito que a utilização de uma ferramenta como essa permitirá que a gente dê uma celeridade aos trabalhos, que as reuniões sejam muito mais dinâmicas. E nesse sentido eu vejo que a utilização do Hanot, por exemplo, é extremamente fácil e dá para a gente fazer isso rapidamente.

E um outro ponto, uma sugestão para que a gente possa ter reuniões físicas aqui, depois da Comissão, é: há a possibilidade de reduzirmos o tempo das reuniões ordinárias? Isso é uma questão regimental? A gente poderia, por exemplo, fazer uma



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 23

07/03/2016

reunião ordinária das 14h às 16h e, depois, das 16h às 17h30? Até que horas é o seu limite de tempo, Conselheiro Nascimento?

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – O voo está marcado para as 16h45, aliás, 18h45.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Vejo que, muitas vezes, nos alongamos tanto nas discussões das reuniões ordinárias que poderíamos fazer uma coisa um pouco mais célere, mais reduzida, para que possamos ter tempo também de ter as reuniões das Comissões nesse período da reunião ordinária. Não sei se, regimentalmente, isso é possível, mas é uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sobre a reunião individual de cada Comissão, fica a sugestão já posta aos coordenadores de cada uma das Comissões, e aí é da dinâmica do trabalho de cada um dos coordenadores chamar os seus para essas reuniões via videoconferência. Isso é prático e já pode ser feito, não precisa tomar deliberação em plenário. O coordenador da Comissão de Tecnologia, quem é?

O SR. RONALDO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ronaldo. Já convida logo e já marca com antecedência, e não precisamos debater em plenário esta questão.

Quanto à reunião de Comissão ao final das sessões ordinárias dos nossos trabalhos, estou entendendo que também podemos fazê-lo.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, acho que aí deveria ser o inverso, porque a reunião da Comissão pode implicar em deliberação. Então, ela teria que ser antes...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Deliberação na próxima sessão, não tem jeito de inverter.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Sr. Presidente, só há um Conselheiro que teria problema, que seria o Nascimento, porque tanto o Schröder, eu e tal, temos voo às 8h da noite, acho que é o último, não é? Então, daria para ficar uma... O que não entendi, Ronaldo, é se, com esse encontro pela internet, não haveria esse de uma hora a mais. É isso que você estava dizendo ou não? As duas coisas?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Haverá, uma coisa não exclui a outra.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Para agilizar, não é, Ronaldo?

O SR. RONALDO LEMOS – Conselheiro Pedro Pablo, sim, a ideia é agilizar e não prejudicar aqueles que não podem permanecer para além. Algumas vezes também, por exemplo, eu não poderia permanecer em Brasília uma hora a mais, algumas outras vezes, poderei participar.

Então, isso dá uma liberdade aos coordenadores de Comissão de marcarem suas reuniões e fazerem-nas por meio de videoconferência, lembrando que, quando isso acontece, a reunião fica gravada também, de forma que pode ser assistida. Posteriormente, os Conselheiros que não participaram podem assistir à reunião também.

Eu acredito que pode ser uma experiência que vá agilizar, vamos dizer, as nossas atividades do Conselho. Poderia, inclusive, sugerir uma reunião inaugural por videoconferência da Comissão de Tecnologia, de forma a dar até o exemplo, de mostrar como é que funciona, etc., e, com isso, ganhariamos essa agilidade necessária.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente...



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 24

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vou fazer a leitura e você vai fazendo as sugestões, pode ser? Ou você já quer fazer?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Araújo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Ronaldo, se você pudesse, então, fazer uma reunião didática...

O SR. RONALDO LEMOS – Pois não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ... de um modo geral. No dia 11, no final da reunião ordinária...

O SR. RONALDO LEMOS – Certo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – ... para nos reunirmos e sugerir qual é o melhor software que devemos utilizar. Acho que poderíamos fazer uma reunião da Tecnologia, mas também didática.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito, Conselheiro Francisco. Vou só verificar a agenda, porque a sua sugestão é que seria após a reunião do Conselho, naquela hora adicional, né? Está bom, só preciso verificar se poderei estar nessa hora adicional. Em podendo, fica esse...

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Ou, então, antes do almoço, do sanduíche.

O SR. DAVI EMERICH – Proponho que o Ronaldo já faça um tutorial, ouviu, Ronaldo, e já indique qual o programa ideal antes dessa reunião.

O SR. RONALDO LEMOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos adiante.

Conselheira Patrícia.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Sugiro uma outra coisa: que façamos um teste prévio, que não esperemos o dia 11 chegar para fazer essa convocação. Então, na Comissão de Tecnologia, poderíamos fazer a convocação, testar, e, aí, no dia 11, resolvemos a questão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito.

O SR. RONALDO LEMOS – Com o maior prazer, Conselheira.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E, aí, se for preciso postergarmos, ou estendermos nossos trabalhos até 18h, será comunicado a todos para que cada um, na sua possibilidade, se adapte.

Bom, temos, agora, a fase de comunicação dos Conselheiros, mas já tenho aqui a proposta, a minuta da nota para a celebração do Dia Internacional da Mulher.

Vou colher inscrições, Conselheiro Lazzarini.

Eu gostaria já de fazer a leitura e, na sequência, colho inscrições para manifestação dos Conselheiros para temas em geral.

O SR. DAVI EMERICH – Nossas mulheres vão receber uma flor, Presidente, as nossas Conselheiras.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Conselheiro.

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Pegando, um pouco, o que a Patrícia falou, eu acho que ela tem razão, mas, Ronaldo, eu acho que isso teria que ser feito, um teste, já amanhã ou depois, não sei, e não esperar dia 11...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ronaldo está encarregado de fazê-lo, ainda provavelmente esta semana.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 25

07/03/2016

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Eu não sei fazer nada disso. Eu sou cineasta, eu faço película.

O SR. RONALDO LEMOS – Prometo que vou auxiliá-lo, ouviu, Conselheiro? Pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esta nota veio aqui, e eu próprio já fiz duas ou três.... Vou ler a nota e, em sequência, vamos colhendo pontualmente, parágrafo por parágrafo – pode ser? –, eventuais sugestões.

Diz assim a nota, cuja redação foi proposta pelas nossas conselheiras mulheres:

Nota em homenagem ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em Sessão [sessão, aqui, com "S" maiúsculo] Ordinária realizada no dia 7 de março do corrente ano, homenageia as mulheres brasileiras pela celebração do Dia Internacional da Mulher. [O.k.?]

O Conselho ressalta a importância dessa celebração como forma de homenagem às mulheres e também de luta pela superação das desigualdades de gênero ainda existentes. [O.k.?]

O SR. NASCIMENTO SILVA (Fora do microfone.) – Eu só colocaria dia 8. O Dia Internacional é dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Já está escrito isso aqui. E prossigo. "Na vida pública"...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, poderia ler o segundo parágrafo de novo, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – O segundo parágrafo de novo.

O SR. DAVI EMERICH (Fora do microfone.) – Foi só lido o primeiro, até agora.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não, o segundo eu já li. Eu volto a ele, desculpe: "O Conselho ressalta a importância dessa celebração como forma de homenagem às mulheres e também de luta pela superação das desigualdades de gênero ainda existentes." Esse é o segundo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Nós não temos uma homenagem, lá no primeiro parágrafo. Não é melhor botar logo direto.

O SR. DAVI EMERICH (Fora do microfone.) – Leia a nota toda, Sr. Presidente, para a gente ter a noção de conjunto. E, aí, cada um já anota.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – É porque ouvi "homenagem" no primeiro, "homenagem" no segundo, e achei repetitivo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ele pede que eu leia em parte, e você pede que eu leia toda a nota.

O SR. DAVI EMERICH (Fora do microfone.) – Não, não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Eu pedi em parte porque ficou decidido que ia ser lido em parte, mas pode ler no conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Estou lendo. O terceiro parágrafo diz assim: "Na vida pública, as mulheres ainda ganham menores salários, têm menos acesso às funções de comando e menos reconhecimento de sua capacidade intelectual."

Eu, nesse parágrafo, tenho observações. Posso fazê-las já?



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 26

07/03/2016

"Na vida pública", diz assim, Maria José, "as mulheres ainda ganham menores salários, têm menos acesso às funções de comando"... Isso pode ser dito como verdade sendo que o Brasil tem, no seu comando, ainda uma mulher?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Presidente, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – "Ainda", porque existe um prazo de vencimento... A nota está lá.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Com todo respeito, eu sugeriria que lesse a nota toda, porque, aí, as pessoas têm noção do conjunto e não vão fazer observações...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Depois, as observações.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – ... que podem estar mais adiante, mas todos os dados estatísticos do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Indicam.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – ... mostram que as mulheres trabalhadoras recebem menores salários e que as mulheres têm menos acesso a postos de comando. Isso é dado estatístico do IBGE.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom. Eu vou ler, então, o quarto parágrafo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Está lá na tela.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É, exato.

Na vida privada, as mulheres encaram dupla jornada. Ainda mais grave é a violência de gênero que se perpetua no País e que precisa ser combatida por todos. [Esse "país" aí é letra maiúscula e eu sugiro que já coloque assim.]

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em especial, expressa a sua preocupação com a imagem da mulher nos meios de comunicação, com ênfase para a publicidade, na qual, reiteradas vezes, a mulher é tratada como objeto de desejo ou apresentada em condições de subalternidade.

Atento ao papel de discutir as questões da comunicação social no País, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional conclama os meios de comunicação a dispensar às mulheres o tratamento respeitoso e igualitário que merecem e exigem.

Brasília, 7 de março de 2016.

Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Esse é o texto.

Sugestões? (Pausa.)

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Eu me sinto representado aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu tenho algumas pontuais. Vou indicar as sugestões que tenho aqui.

Colocar em caixa alta a letra s da palavra "sessão", "sessão ordinária", no primeiro parágrafo. Está certo? Está minúsculo no meu.

Maria José, podemos efetivamente dizer, não será um juízo de valor nosso, que a mulher tem menos reconhecimento de sua capacidade intelectual? Devemos dizer isso?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 27
07/03/2016

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não fica parecendo ser um juízo de valor nosso aqui, não?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. DAVI EMERICH – O problema que eu vejo nessa frase, Presidente, não é esse, mas é que, quando é falado que, na vida pública, as mulheres ainda ganham menos, menores salários, têm menos acesso às funções de comando e menos reconhecimento, é como se ela estivesse num patamar, e agora caiu. Então, ali teria de haver uma relação com o masculino. "Na vida pública, em relação aos homens, as mulheres ainda..." Porque aí se faz uma comparação com os homens.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E eu sugiro, Maria José...

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Na vida profissional.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – ... que, em vez de dizermos na vida pública, na atividade pública...

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Não, acho que é na vida profissional – na vida profissional!

O SR. DAVI EMERICH – Sim, mas tem que haver uma comparação. Na vida profissional em relação aos homens, senão dará a ideia de que ela estava em um patamar, e caiu.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Davi, perdoe-me, não podemos fazer a comparação, senão vamos estar exatamente fazendo o que nós não queremos que seja feito, que é incentivar o conflito de gêneros.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Eu sugeriria.... Na vida profissional as mulheres ainda ganham menores salários. Eu acho que esse é um ponto que é conhecido por todos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Como está agora naquela revisão.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está ótimo!

Pode ser assim? (*Pausa.*)

Então, está aprovado até aí?

O SR. DAVI EMERICH – A outra é no próximo parágrafo em que se fala que mais grave ainda é a violência de gênero. Ora, gênero é homem também. É isso mesmo? O termo é esse, violência de gênero? É homem contra mulher e tal?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA (*Fora do microfone.*) – O termo é esse. Ela sofre a violência, por ser mulher, como o homossexual sofre a violência, por ser homossexual, não é por outro motivo.

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone.*) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O.k.?

Quando os senhores estiverem falando, usem o microfone, senão depois é um sofrimento para quem irá fazer a transcrição dos nossos trabalhos.

No parágrafo seguinte, eu sugiro que este "em especial" venha para depois de "expressa a sua preocupação", Maria José e senhoras. O.k.?

Estão sugerindo aqui também que "na qual reiteradas vezes ela", porque a mulher já está dito antes, "é tratada como objeto de desejo..." Alguém tirou aqui. Foi o Ronaldo que sugeriu tirar? (*Pausa.*)

Justifique!

O SR. RONALDO LEMOS – A minha sugestão é só, em vez de colocar objeto de desejo ou do desejo... A mulher é tratada como objeto, e ponto final.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pode ser? (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 28

07/03/2016

Aí, "ou apresentada em condições subalternidade".

E eu estou sugerindo que seja acrescida a essa nota a sua data, antes da assinatura, "Brasília tanto de tanto, de tanto".

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone.*) – Então, tire lá em cima, Sr. Presidente, o dia 7, que confunde, é o dia da reunião do Conselho, e põe dia 8 de março, porque em nenhum momento está referida a data.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está no título, em cima.

Está aprovada assim a nota? (*Pausa.*)

Perfeito, peço que se encaminhe à Mesa para assinatura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Voltemos lá.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – É nota, como é que...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Eu só disse que tem "homenagem" em cima e "homenagem" embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Talvez pudéssemos trocar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Cordeiro, o de baixo pode-se colocar como reconhecimento; substituir homenagem por reconhecimento. Pode ser, Maria José? Forma de reconhecimento pode ser?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – É porque as datas comemorativas, às vezes, não temos como fugir da repetição. As datas comemorativas têm essencialmente duas funções.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Homenagem e reconhecimento.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – As datas comemorativas homenageiam e as datas comemorativas protestam.

O significado dessa frase é justamente para enfatizar que o dia não é só de homenagem. O dia é de luta. As mulheres do mundo inteiro ainda estão em luta pelo reconhecimento dos seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Mas essa parte não está em discussão. A parte da luta não está em discussão. É só a palavra homenagem, para não ficar repetitivo.

Reconhecimento, pode ser?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – É porque não se trata de reconhecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É homenagem mesmo?

Então vamos atender às mulheres, Cordeiro.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – É homenagem mesmo. Não se trata de reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom. Pode voltar à homenagem, por favor.

Eu tenho inscrito aqui o Conselheiro Lazzarini para...

A nota está devidamente aprovada. Está no prelo ainda.

Conselheiro Lazzarini, V. Ex^a se inscreveu para comunicações gerais?

O SR. PEDRO PABLO LAZZARINI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não?

Conselheiro Davi Emerich se inscreveu? (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 29

07/03/2016

Patrícia Blanco? (Pausa.)

Patrícia Blanco?

Mais alguém? (Pausa.)

Os dois.

Ronaldo Lemos.

Davi Emerich com a palavra.

O SR. DAVI EMERICH – Presidente, na última reunião, eu tinha sugerido que os nossos relatórios.... Usa-se a palavra relatório aqui para tudo, para estudos, documentos, para fazer diagnósticos e tal.

Então, eu acredito que, quando se tratar de um relatório referente a um projeto em tramitação, que é uma das nossas principais prerrogativas, ele deve seguir o modelo que é adotado aqui no Senado. Trata-se de um modelo simples, que já foi distribuído.

Eu já li dois relatórios, um da proposta do Requião sobre liberdade de imprensa, aquelas coisas, e outra sobre a violência, que foi exarado na penúltima reunião.

Então, Presidente, quando se tratasse de projeto em tramitação, que nós seguíssemos esse modelo que apresentamos para vocês, que é mais ou menos o modelo do Senado, ou seja: o relatório apresenta o problema, trata-se do projeto tal e tal; aí se faz a análise do projeto, refere-se ao projeto, explica-se o projeto, e depois vem o voto e, se houver, a emenda e tal, para que ele seja perfeitamente compreensível para os Senadores e os Deputados, que estão acostumados com esse modelo.

Então, eu proponho a aprovação e que todos que fizerem relatório de tramitação de projeto sigam esse modelo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Esse modelo foi distribuído aos Conselheiros? Foi distribuído.

Alguém pretende se manifestar sobre a pertinente proposta do eminent Conselheiro Davi?

Alguém objeta? (Pausa.)

Considero aprovada a proposta.

Fica, então, assim fixado, e peço que a nossa assessoria registre isso expressamente, porque, a partir daqui, os relatórios das comissões de relatoria e os relatórios todos que vamos votar em plenário deverão seguir exatamente esse modelo de formatação.

Muito obrigado, Conselheiro Davi Emerich. Cumprimento-o pela iniciativa.

O SR. DAVI EMERICH – Outra proposta, Sr. Presidente.

Eu tenho tentando ler as leis sobre a nossa área de abrangência.

No nosso site há um conjunto de leis.

Eu perguntaria se aquele conjunto de leis está absolutamente atualizado, se aquele conjunto é universal ou se faz-se necessário trabalhar aquilo.

Então eu proporia que fosse indicado alguém, provavelmente a Patrícia Blanco, que está muito ligada a esses estudos, para analisar aquele conjunto de leis e fazer novas propostas, até de formatação dentro do nosso próprio site. O ideal seria publicarmos inclusive um livro impresso com toda essa consolidação, mas, nessa fase de se gastar pouco papel, nós teríamos que atualizar aquele conjunto de leis, porque o Conselho de Comunicação passa a ser uma referência para a busca de qualquer informação de nossa área de competência.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu consulto a assessoria. Peço auxílio da assessoria para nos indicar se essas informações...

V. Ex^a se refere...



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 30
07/03/2016

O SR. DAVI EMERICH – É o que está no portal. Há um conjunto de leis...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Dr. Walmar está me dizendo que é o trabalho elaborado na composição anterior.

Vou pedir, então, que seja atualizado e pergunto à Conselheira Patrícia Blanco se aceita o encargo, designada que foi pelo eminente Conselheiro Davi, para...

O SR. DAVI EMERICH – É porque eu conheço os livros da entidade.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podiam até fazer os dois esse trabalho em sintonia.

Pode ser?

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Sim, sim. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Contando, certamente, com o concurso, com o auxílio da nossa assessoria.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Com o apoio da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Também obrigado por essa sugestão, Conselheiro Davi. Foi muito importante.

Conselheira Patrícia, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Bom, agradeço a indicação do meu nome. Tentarei fazer esse trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É possível fixar um tempo para esse trabalho? Porque é preciso ter tempo definido para execução.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Eu vou fazer um levantamento, então, a partir do site. Aí, eu posso propor uma agenda. Acredito que, para a próxima reunião, a gente já tenha isso feito.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeitamente.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Não é uma coisa muito...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a tem a palavra, então.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Bom, como comunicação, são três pontos. Eu ia falar sobre quatro, mas um já foi bastante abordado, que foi sobre a segurança dos jornalistas e ameaças. Já vamos aprovar a nota daqui a pouco.

O primeiro ponto que eu queria levantar é que nós temos acompanhado as reuniões da comissão especial de inquérito, a CPI dos Crimes Cibernéticos. Na reunião passada, eu havia proposto ao Conselheiro Ronaldo que nós fizéssemos uma manifestação. Fiquei até de sugerir esse texto, mas a Comissão foi adiada. Ela teve um adiamento, foi adiada por mais 30 dias.

Mas, mesmo assim, eu gostaria de propor que o Conselho se manifestasse, até previamente ao relatório final da Comissão, no tocante a ressaltar que toda e qualquer ação que venha sair dessa Comissão tem que respeitar os princípios da liberdade de expressão. É mais uma ação propositiva de respeito aos direitos constitucionais, à liberdade de expressão, do que qualquer coisa.

Eu não tive acesso ao relatório e também acredito que não vá ter antes do término e da apresentação desse relatório, mas é sempre bom deixar claro que qualquer tentativa de cerceamento pode ser prejudicial à liberdade de expressão.

Então, eu proponho que, na próxima reunião, do dia 11, a gente aprove essa comunicação. Pelo calendário que foi colocado, a Comissão deve encerrar seus trabalhos no dia 14 de abril. Então, teríamos um tempo aí. Acho que podemos discutir isso por e-mail, até para que a gente tenha esse texto aprovado.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 31

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um minuto, Conselheira, nesse ponto. V. Ex^a está sugerindo objetivamente, então, que nós nos manifestemos na sessão do dia 11?

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu, então, peço a V. Ex^a, já lhe designando, apesar de tê-la designado para importante tarefa há pouco, mas que traga o texto básico dessa nossa manifestação.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Como teremos pouco tempo para...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – V. Ex^a pode fazer em sintonia aqui com o Ronaldo. Pode ser?

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Com o Conselheiro Ronaldo. Eu até vou propor que a gente já pense na minuta dessa carta um pouco antes. Podemos fazer isso por e-mail...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por e-mail. V. Ex^a encaminha a nós todos.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Exatamente, a todos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Conselheiro Ronaldo certamente prestará uma importante contribuição.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Um outro tema que eu queria trazer é que, no dia 3 de maio, no dia em que se comemora o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, a revista *Imprensa* realizará aqui em Brasília o Fórum Liberdade e Democracia. Já é um fórum que está na sua nona edição. Oitava ou nona, não me lembro agora, mas é de extrema importância. Ele tem levado Parlamentares, Ministros do STF para discussões, e sempre enaltecendo o papel da liberdade de imprensa e comemorando também o Dia Internacional da Liberdade de imprensa, instituído pela Unesco.

O Palavra Aberta é um apoiador desse evento. O convite ainda não está pronto, por conta da programação, mas vou também circular, em nome da revista *Imprensa*, um convite para que todos que estejam aqui possam participar.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Qual é o horário do evento?

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – É o dia todo, das 9h às 17h. E eu acho que é muito pertinente pelo fato de que, como Conselheiros, teremos a reunião do dia 2 de maio. Se todos pudermos ficar para o dia seguinte, para acompanhar pelo menos a abertura desse evento, seria bastante interessante.

Eu vou fazer circular, então, assim que a programação tiver fechada, em nome da revista *Imprensa*, para todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Obrigado.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – E, rapidamente, para que todos possam colocar nas suas agendas, este ano o Palavra Aberta realizará um seminário bastante interessante sobre liberdade de expressão na América Latina, com enfoque especial e comemorativo nos 80 anos do escritor Mario Vargas Llosa. Ele virá para uma palestra para o Palavra Aberta, em São Paulo, no dia 12 de maio. Já estão todos convidados. Por favor, reserve a data quem puder participar. Eu vou oportunamente...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Também o dia todo?

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Não, só das 17h às 20h, em São Paulo. Eu vou, depois, circular para vocês o convite a todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Dia 12 de maio.

Obrigado pelos convites que nos vem fazer. Eu próprio tentarei estar, senão em ambos, pelo menos em um deles.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 32
07/03/2016

Quem mais?

Conselheiro Ronaldo Lemos. Em seguida, Nascimento.

O SR. RONALDO LEMOS – Bom, queria só fazer uma observação, Conselheira Patrícia.

Eu acredito que o resultado da CPI dos Crimes Cibernéticos é um dos eventos mais importantes para o tema de liberdade de expressão ao longo deste ano. O resultado, dependendo de como for a proposta da CPI dos Crimes Cibernéticos, pode ter um impacto direto na questão da liberdade de expressão, sobretudo por meios digitais, especialmente porque a CPI está tratando de problemas que são muito complexos, incluindo o problema da privacidade. Como a gente sabe, a privacidade é um requisito para a liberdade de expressão. Ninguém pode expressar o seu pensamento com tranquilidade, com franqueza, se há um terceiro, muitas vezes desconhecido, ouvindo a expressão particular daquele pensamento.

Então, eu acredito que esse assunto é muito importante. Eu acho que, se o Presidente e os demais Conselheiros acharem que é uma boa ideia, valeria uma manifestação do Conselho, que eu posso, se for o caso, redigir, ou a Conselheira pode redigir, ou algum outro Conselheiro pode propor a redação, só para dizer que o Conselho de Comunicação Social está acompanhando os trabalhos da CPI, gostaria de acompanhar proximamente.

E, se houver a possibilidade, acredito que valeria à pena até convidarmos para uma das nossas reuniões a Deputada Mariana Carvalho, que é Presidente da CPI dos Crimes Cibernéticos, o Deputado Esperidião Amin, que está diretamente envolvido também na CPI, e o Deputado Sandro Alex, que são, vamos dizer, os três Deputados que estão coordenando esses trabalhos, a fim de ouvi-los.

Se houver interesse, eu acredito que valeria enviarmos, Sr. Presidente, uma comunicação a eles para que, caso eles tenham a possibilidade de nos dedicar, cada um deles, dez minutos do seu tempo, viessem aqui ao Conselho, na reunião do dia 11, para conversar um pouco sobre os trabalhos da CPI dos Crimes Cibernéticos e tomarem contato com o Conselho de Comunicação Social. Então, fica feita essa proposta.

E a segunda proposta, o Conselheiro Walter Ceneviva já mencionou sobre isso aqui. O Brasil está rediscutindo o Plano Geral de Outorgas para o setor de telecomunicações, outro ponto que tem direta repercussão nas condições e na infraestrutura propriamente dita da liberdade de expressão. Eu não tenho uma proposta específica, mas só gostaria também que o Conselho estivesse envolvido eventualmente para que, nas sessões futuras, tivéssemos a oportunidade de participar e analisar a reformulação do Plano Geral de Outorgas.

E, por fim, uma manifestação de caráter pessoal de repúdio a toda e qualquer violência contra comunicadores. Eu vi a nota da Fenaj...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado. *Fora do microfone.*) – Está saindo uma aqui agora.

O SR. RONALDO LEMOS – Está saindo uma aqui agora? Então, cheguei atrasado, já de bom-tom que o Conselho se manifeste. A minha manifestação pessoal é não só contrária à violência contra comunicadores, mas contrária a qualquer tipo de violência. A violência não é aceitável.

Acho que a gente, especialmente neste momento, tem que ser muito vigilante, repudiando toda e qualquer forma de violência e preservando, sobretudo, as condições de debate no momento que o Brasil muito precisa delas.

É isso.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 33
07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Essa nota está no prelo.
O SR. RONALDO LEMOS – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Alguém mais? Araújo Lima.
Ah, sim, só um minutinho, por favor.

Quanto ao ponto anterior, da sugestão de que convidemos aqui os três Parlamentares, nós teríamos que fazer uma mudança na nossa pauta. Estamos no momento oportuno para isso.

Nós temos três temas já postos na nossa pauta do dia 11, além do seminário pela manhã, que V. Ex^a vai presidir, mas, para os trabalhos da tarde, nós temos o relatório acerca da crise no setor de comunicação – há pouco definimos, acho que V. Ex^a não havia chegado ainda, uma comissão específica de relatoria para trazer o relatório a respeito –, temos a concentração dos meios de comunicação e processo de outorga, três relatórios, e já com um convidado, que é o representante da Unesco – já convidado o representante da Unesco. Ou mexemos nessa pauta, ou deixamos esse convite a eles para a reunião do mês de maio, 2 de maio.

Pode ser?

O SR. RONALDO LEMOS – Para mim, pode ser. Só tenho receio de que em 2 de maio o relatório já tenha sido apresentado.

O SR. DAVI EMERICH – O que tramita no Congresso é muito mais importante do ponto de vista do tempo do que debates de temas gerais. Eu acho que um está no tempo e o outro...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos postergar esses outros dois temas para a reunião de maio? O Plenário é que tem autoridade para decidir isso. O Presidente aqui é mero executor de ordens.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – O convidado da Unesco viria quando?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – 11 de abril.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Mas ele falaria sobre?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É 2 de maio, sim.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – É 2 de maio.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É 2 de maio, houve uma confusão aqui, foi bom o seu alerta. Mas de qualquer maneira não acho que seja razoável o tempo, três temas que absorverão longo debate e, ainda, três convidados, sobretudo, integrantes do Parlamento.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Presidente, eu e o Conselheiro Nascimento não vemos nada contra postergar para maio a entrega do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E aí deixamos os outros dois temas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Porque realmente os temas estão em tramitação são mais urgentes.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E aí deixamos os outros dois temas e o que não der tempo adia automaticamente, pode ser?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então, a pauta será montada assim. Eu peço ao eminentíssimo Conselheiro Ronaldo que encaminhe aqui com a assessoria qual o teor do convite a ser formulado aos eminentes Parlamentares. O.k.?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 34
07/03/2016

Aí a pauta, então, do próximo mês fica assim fixada: concentração, outorga e esse debate com os Deputados, que, penso, tem que ser logo no início dos trabalhos, até para que haja uma reacomodação da pauta, se for o caso. O.k.?

Desculpe ter interrompido.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, antes da comunicação, eu queria tirar uma dúvida: a Comissão de concentração é coordenada por quem? Porque eu não estava, eu sei que eu fui integrado, mas eu não sei como é que ficou composta e se...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Na verdade, é a Comissão que decide o coordenador. Quando ela se reunir, ela que vai decidir.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Então, não tem nem...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ainda não.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Está certo. Presidente, então, eu queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – E assim, foi bom o seu alerta, boa a sua indagação. É bom que essas Comissões se reúnam, ainda que virtualmente, ainda que pelos meios de comunicação, e são muitos e fáceis, para definir não só a coordenação, mas, fundamentalmente, o conteúdo das suas manifestações.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim, Conselheiro Araújo Lima ainda.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – As comunicações são as seguintes: primeiro, para dar conta de que eu acelerei aqui o processo, mas preciso da concordância da Liliana e do Nascimento para que eu tenha uma reunião essa semana com o Senador.

Não sei se eles vão estar aqui em Brasília. Eu estarei até sexta-feira em Brasília e acabei de falar com a secretaria da Liderança do PR – que hoje está confiada ao Senador Wellington Fagundes – e ele me receberá ainda esta semana para falar sobre RTV e qual seria o propósito do nosso relatório. Se estiverem de acordo, posso tocar esse negócio ou, se puderem, participaremos da reunião quando ele designar.

Maravilha.

Outro ponto que eu gostaria de incluir nessa pauta de tecnologia que você levantou: regulação do marco civil. Como sabem, há muita preocupação, houve 48 manifestações na consulta pública, praticamente denunciando uma brecha que está feita ali, a neutralidade. Então, eu não sei se nós podemos dirigir ao Ministério da Justiça talvez alguma manifestação, o apoio, não é? Se o Vice-Presidente pudesse preparar uma nota e submeter a todos, porque eu acho que isso tem que ter uma aprovação, não é? Mas a neutralidade ali, eu vejo ameaça, queria até ouvi-lo a respeito disso.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O Presidente tinha bloqueado aqui a palavra do Vice-Presidente. (*Risos.*)

Assim é tolher a liberdade de expressão. Desculpe.

O SR. RONALDO LEMOS – É bom saber que essa função existe, viu, Presidente. Fico feliz em saber sobre essa função.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 35
07/03/2016

Eu acho excelente ideia. Se todos os Conselheiros permitirem, acho que vale a pena.

Então, Conselheiro Nascimento.

A SR^a LILIANA NAKONECHNYJ – Eu sugeriria...

O SR. NASCIMENTO SILVA – Olha só.... Eu estou voltando em um ponto, porque eu havia me inscrito, mas foram passando a palavra para outros.

Com relação a essa questão da internet, quero deixar registrado, porque eu pensei trezentas mil vezes se eu ia falar ou não. A minha anjinha, a minha mulher, que é Secretária de Saúde do PSDB, esta semana ficou indignada e falou: "Você, sendo do Conselho de Comunicação Social, não fazer nada é um absurdo." Colocaram na rede, na internet, no Facebook.... Porque há uma campanha para se eliminar o mosquito da dengue, e aí um cidadão, uma pessoa, uma cidadã colocou no Facebook o seguinte: "Pessoal, não deixe o pessoal entrar na sua casa, não, porque os uniformes da prefeitura foram roubados." E mais: "Não deixem entrar na sua casa, não, porque os agentes falam que você tem galinha, passarinho e te denunciam." Isso saiu na cidade de Itaúna para todos, enfim. E foi um alvoroço danado. Quando se faz uma campanha para que, efetivamente, se elimine o mosquito da dengue, chikungunya e zika – um mosquito só para isso tudo –, é complicado ir às redes sociais fazer o trabalho oposto, ou seja, contrário.

E como é que se pune? Eu queria, um dia desses, conversar com o Conselheiro Ronaldo para ver que ação que nós poderemos fazer, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NASCIMENTO SILVA – Pois é... É polícia? Enfim, é o quê? Mas e a liberdade de expressão? Porque, para qualquer coisa que se vá fazer com relação às participações nas redes, a primeira palavra é: está ferindo a liberdade de expressão.

Eu tinha que colocar isso. Missão cumprida.

Obrigado à Conselheira Patrícia Blanco por ter colocado o tema em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Estamos colocando a nota para revisão final, por favor.

Conselheira Liliana, eu peço que a nota seja submetida às três redatoras – parece que foram três...

A SR^a LILIANA NAKONECHNYJ – Não, era só...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Redação final.

A SR^a LILIANA NAKONECHNYJ – Eu ia só, a respeito do tema, agradecer, justamente, ao nosso colega aqui por já esclarecer com o Senador e sugerir que, então, depois dessa conversa, colocassem em um *mail* para o Nascimento e para mim qual foi o esclarecimento. Aí, a gente começa a trocar informações.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Mas vamos sugerir os três, para fortalecer mais. Nós três...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SR^a LILIANA NAKONECHNYJ – Infelizmente, não vou poder vir a Brasília. Mas quem puder vir, depois, coloca uma mensagem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Senhores... Senhores, posso? Vamos adiante. Mais alguém?



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 36

07/03/2016

Então, tenho aqui a minuta da nota, que já está posta ali no telão, sugerida pelo eminente Conselheiro Walter Ceneviva, que diz assim: "Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional repudia a repetição de agressões contra jornalistas, radialistas e profissionais da comunicação". Esse é o título da nota, o.k.?

Profissionais da comunicação, como jornalistas, radialistas e outros profissionais, garantem que a cidadania receba, a todo tempo, informações, imagens, depoimentos, análises e opiniões sobre os fatos da vida.

Entretanto [estou marcando aqui, porque há uma repetição de palavras no primeiro parágrafo], nas últimas horas, agressões físicas como forma de expressão da discordância têm-se repetido com frequência alarmante. É a sequência de um processo de violência contra os trabalhadores da comunicação denunciado pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Para pôr fim a esse estado de coisas, o Conselho exorta a todos para que a liberdade de se expressar prevaleça e as discordâncias sejam manifestadas com vigor, mas nunca com o emprego da força.

Quando a força prevalece, a cidadania padece.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional solidariza-se com as famílias das vítimas e condena o lamentável aumento da violência contra comunicadores no Brasil, tema que considera da maior gravidade.

Ceneviva, nesse primeiro parágrafo nós estamos começando por dizer assim: "profissionais da comunicação, como jornalistas, radialistas e outros profissionais...".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim. Vamos. "Trabalhadores"...

A assessoria está anotando? Então, não vou anotar.

"Entretanto, nas últimas horas, agressões físicas"... O Ronaldo está sugerindo que tiremos aquela vírgula – acho que ele está certo – e também tiremos a vírgula depois da discordância. O.k.?

E essa expressão invertida, no segundo período desse parágrafo, parece-me que acabou ficando um pouco, perdoem-me, confusa. É a sequência de um processo denunciado pelo conselho. Ceneviva, "o Conselho denuncia", se o sentido era esse... Ficou confusa aqui essa inversão semântica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Desinverter. A assessoria entendeu?

"O Conselho denuncia"...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu acho que poderíamos dizer ali, permitam-me: "O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional denuncia e



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 37

07/03/2016

manifesta sua preocupação com a violência contra os trabalhadores da comunicação." Não é esse o sentido?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Entendeu? Então, vamos voltar lá. Cintia, por favor, volta lá no começo do período.

Vai ficar assim: "O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional registra [...]" Eu vou fazendo aqui, depois vamos corrigindo. Vou sugerindo: "[...]" registra a sua preocupação com a sequência continuada [...]" É isso, Ceneviva?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – "Com a sequência continuada"...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – A sequência já é continuada.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É, é redundância aí. Então: "[...]" com a sequência do processo de violência [...]".

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Não. Coloca "de um processo crescente de violência".

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – "Do processo crescente"...

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – "De um processo crescente".

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – "De um processo crescente"...

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Sr. Presidente, se me permite, logo após esse parágrafo, eu queria fazer algumas observações.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Terminando este.

"De um processo crescente de violência contra trabalhadores da comunicação".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Pronto.

Conselheira Maria José, acréscimo?

Põe lá. Só um minutinho, Maria José. Volta lá. Vírgula, "conforme já registrado", ou melhor, "conforme já manifestado", porque há "registro" lá atrás. Portanto: "[...]" conforme já manifestado no seu Parecer nº 1, de 2016."

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Talvez até "registra sua reiterada preocupação".

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Vamos fazer no final da redação. E nós voltamos ao ponto. O.k. assim, por enquanto? O.k., Araújo?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (*Fora do microfone.*) – Perfeito. Tá ótimo, aí mencionando o parecer.

O SR. DAVI EMERICH (*Fora do microfone.*) – Tira o "últimas horas", põe "últimos dias", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito bem. Cintia, muda lá "últimas" para "últimos dias", senão dá um problema de gênero. (*Risos.*)

Conselheira Maria José, a emenda é de acréscimo de redação?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA (*Fora do microfone.*) – Não. Presidente, da forma como está o título, fica parecendo que jornalistas e radialistas não são profissionais da comunicação. Então, é contra jornalistas, radialistas e outros profissionais da comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Basta acrescentar "outros" aí.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 38

07/03/2016

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Ou só "profissionais da comunicação". Porque, da forma como está, fica parecendo que não são.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Então assim está melhor.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Isso.

Eu ia também me referir à questão das horas, uma vez que não se trata, digamos assim, de horas precisamente, apesar da expressão gaúcha "há horas que não te vejo", que significa anos. Era exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Podemos seguir adiante com a leitura?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Podemos ir adiante.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Muito obrigado.

Por fim, "para pôr fim a esse estado de coisas, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional" ou deixemos só "Conselho" ele mesmo?

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Só "Conselho".

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O "Colegiado", então, para não ficar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está certo.

"O Conselho exorta a todos para que a liberdade de [...]", eu acho que é "se expressar", não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – O "de" atrai, é? "De se expressar prevaleça"...

O SR. DAVI EMERICH – "Que a liberdade de expressão prevaleça [...]."

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – "Que a liberdade de expressão prevaleça [...]", é verdade.

Eu tinha até tirado esse "se" aqui. "Que a liberdade" – tirá lá – "de expressão prevaleça e as discordâncias sejam manifestadas com vigor, mas nunca com o emprego da força. Quando a força prevalece, a cidadania padece."

O SR. DAVI EMERICH – Não, tira isso aí, isso parece coisa de poeta de mesa de bar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tiremos, Ceneviva? Tiremos?

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Patrícia, o microfone, por favor.

Tiremos essa...

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Antes disso, Sr. Presidente, eu incluiria "da violência", "nunca com o emprego da violência" porque aí fica mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um minutinho, pessoal, por favor.

A SR^a MARIA JOSÉ BRAGA – Eu sei, mas é que aí é força e violência...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um minutinho, um de cada vez.

Cintia, por favor, tira então...

(*Intervenção fora do microfone.*)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 39
07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está certo assim?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Tira tudo.

Aí, Cíntia...

Tira o "para"? "Exorta a todos a que", sem "para", certo? A alguma coisa sem, o para, no transitivo. O.k?

"A que"... Sim, sem o "para", hoje. Quem exorta, exorta a. É porque tinha um "para" ali, Cordeiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CORDEIRO DE OLIVEIRA – Não, mas é o certo, porque exorta a quem? A todos. Para, com a finalidade de... Para que. Pode voltar o "para".

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom. Então, vamos adiante.

"O Conselho de Comunicação Social solidariza-se com a família das vítimas e condena o lamentável aumento da violência contra comunicadores no Brasil."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – É "com as vítimas", eu ia dizer isso porque não morreu ninguém.

Tira lá "famílias", deixa "vítimas", Cíntia, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Eu não diria nem "vítimas", talvez não fosse o caso de "com os profissionais agredidos"?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – "Vítimas" é melhor?

O SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA – Eu prefiro vítimas.

Esse texto não é para nós, nem para os jornalistas. Esse texto é para a sociedade. A sociedade se solidariza com vítimas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Está bom assim? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Aprovado.

O SR. RONALDO LEMOS (*Fora do microfone.*) – Eu fiz uma nota aqui para a CPI.

Se achar que vale a pena, posso ler agora.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Por favor.

Vamos só reafirmar a aprovação.

Esse texto está aprovado.

Maria José, já validou o texto final da nota das mulheres?

Eu vou pedir à assessoria que providencie, então, a publicação de ambas as manifestações e que procuremos dar a mais ampla publicidade a elas.

A SR^a PATRÍCIA BLANCO – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Só um minutinho, Patrícia, o eminente Conselheiro Ronaldo está inscrito aqui.

O SR. RONALDO LEMOS – Só uma observação, Presidente.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 40

07/03/2016

Eu fiz aqui uma redação para a carta a ser enviada para os integrantes da CPI. Eu gostaria de ler para tomarmos isso como uma disposição. Então, ficaria da seguinte forma:

Ex^{mo}s Srs. [E aí colocamos a Deputada Mariana Carvalho, o Deputado Esperidião Amin e o Deputado Sandro Alex].

Em razão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito relativa aos crimes cibernéticos em curso nesta Casa, encaminhamos a V. Ex^{as} o presente ofício.

Gostaríamos de convidar V. Ex^{as} para falarem ao Plenário do Conselho de Comunicação Social no dia 11 de abril de 2016, às [aí as horas a serem preenchidas].

O Conselho de Comunicação Social foi criado pela Constituição Federal como órgão auxiliar do Congresso Nacional com atribuição de tratar de temas relativos à liberdade de expressão e outros temas conexos. Por entendermos que os trabalhos desta CPI podem ter relações diretas com esse tema, gostaríamos de ter oportunidade de ouvirmos V. Ex^{as} sobre o relatório final e conclusões colhidas até o presente.

Atenciosamente,

Presidente Miguel Cançado.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Perfeito. Por mim, está o.k..
Conselheira Liliana.

A SR^a LILIANA NAKONECHNYJ – Só uma questão.

Eu queria pedir para a Secretaria que, se pudesse, nos enviasse o quanto antes essas notas, para que nós pudéssemos dar total publicidade nos nossos respectivos sites e veículos de comunicação das entidades.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A assessoria tem como encaminhar as notas ainda hoje para todos? Agora mesmo? Eu já as estou assinando.

Mais alguém?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Conselheiro Araújo Lima.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Presidente, a confirmar-se para o dia 11 um relatório sobre a concentração dos meios de comunicação, seria importante se definir uma coordenação para atuar nisso. E eu gostaria de me disponibilizar para essa coordenação, para permitir que apresentemos alguma coisa. Eu gostaria que fosse submetida a minha candidatura.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Para trazer alguma conclusão já para a reunião do dia 11?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Fora do microfone.) – Pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Um esboço?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA (Fora do microfone.) – Exato. Uma proposta de relatório, uma formulação, porque é um assunto muito complexo.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Quem mais se dispõe a integrar este...?



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4ª Reunião) CN - 41
07/03/2016

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – São três já definidos.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – A Comissão já está formada.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA – Eu sei. A coordenação...

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Ah, sim. V. Ex^a pode acertar com seus pares essa coordenação. Já fica definido.

Mais alguém? (Pausa.)

Alguém da sociedade civil entre os presentes gostaria de se manifestar? (Pausa.)

Seria importante e, com certeza, saudável para todos nós que alguém que nos acompanha pudesse emitir algum juízo de contribuição ou até mesmo de valor. Alguém se dispõe? (Pausa.)

Não havendo mais nada...

O SR. DAVI EMERICH – Só o voto às nossas mulheres do Conselho, Presidente. É Dia da Mulher amanhã. Um voto formal nosso.

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
CCS (4^a Reunião) CN - 42
07/03/2016

DOCUMENTOS PERTINENTES À REUNIÃO

1. Lista de Presença;
2. Nota em homenagem ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março;
3. Nota de repúdio à repetição de agressões contra profissionais de comunicação;
4. Ofício 004/2016 do Conselho Curador da EBC.



CONGRESSO NACIONAL
Conselho de Comunicação Social

Reunião: 4ª Reunião do CCS

Data: 07 de março de 2016 (segunda-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCS

TITULARES	SUPLENTES
	Representante das empresas de rádio (inciso I)
Walter Vieira Ceneviva	1. Paulo Machado de Carvalho Neto
	Representante das empresas de televisão (inciso II)
José Francisco de Araújo Lima	1. Márcio Novaes
	Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)
Marcelo Antônio Rech	1. Maria Célia Furtado
	Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)
Roberto Dias Lima Franco	1. Liliana Nakonechnyj
	Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)
Celso Augusto Schröder	1. Maria José Braga
	Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)
José Catarino do Nascimento	1. Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
	Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)
Sydney Sanches	1. Jorge Coutinho
	Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)
Pedro Pablo Lazzarini	1. Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
	Representante da sociedade civil (inciso IX)
Ronaldo Lemos	1. Patrícia Blanco
Miguel Ângelo Cançado	2. Ismar de Oliveira Soares
Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	3. Murillo de Aragão
VAGO	4. Aldo Rebelo
Fernando César Mesquita	5. Davi Emerich



**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

PUBLICADO
BSB, 04/03/16.

Nota em homenagem ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em Sessão Ordinária realizada no dia 7 de março do ano corrente, homenageia as mulheres brasileiras pela celebração do Dia Internacional da Mulher.

O Conselho ressalta a importância desta celebração como forma de homenagem às mulheres e também de luta pela superação das desigualdades de gênero ainda existentes.

Na vida profissional, as mulheres ainda ganham menores salários, têm menos acesso às funções de comando e menos reconhecimento de sua capacidade intelectual.

Na vida privada, as mulheres encaram dupla jornada. Mais grave ainda é a violência de gênero que se perpetua no País e que precisa ser combatida por todos.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional expressa sua preocupação, em especial, com a imagem da mulher nos meios de comunicação, com ênfase para a publicidade, na qual reiteradas vezes ela é tratada como objeto ou apresentada em condições de subalternidade.

Atento ao seu papel de discutir as questões da comunicação social no país, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional conclama os meios de comunicação a dispensar às mulheres o tratamento respeitoso e igualitário que merecem e exigem.

Brasília, 7 de março de 2016.

Miguel Ângelo Cançado

Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional



**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

PUBLICA-SE
04/03/2016

**Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional repudia a repetição de
agressões contra profissionais da comunicação**

Profissionais da comunicação, como jornalistas, radialistas e outros trabalhadores, garantem que a cidadania receba, a todo tempo, informações, imagens, depoimentos, análises e opiniões sobre os fatos da vida.

Entretanto, nos últimos dias, agressões físicas como forma de expressão da discordância têm-se repetido com frequência alarmante. O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional registra a sua preocupação com a sequência de um processo crescente de violência contra trabalhadores da comunicação, conforme já manifestado no seu Parecer nº 1, de 2016.

O Conselho exorta a todos para que a liberdade de expressão prevaleça e as discordâncias sejam manifestadas com vigor, mas nunca com o emprego da violência.

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional solidariza-se com as vítimas e condena o lamentável aumento da violência contra comunicadores no Brasil, tema que considera da maior gravidade.

Brasília, 7 de março de 2016.

Miguel Ângelo Cançado
Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional



Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º subsolo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08840 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br

Ofício n.º.004/2016
Conselho Curador

Brasília, 26 de fevereiro de 2016

A Sua Senhoria a Senhora
SILVÂNIA ALVES DE AZEVEDO
Secretaria do Conselho de Comunicação Social

Ref: Documentos do Conselho Curador - EBC

Prezada Secretária,

1. Em cumprimento ao disposto no inciso V do Artigo 17 da Lei 11.652/2008, segue ata com deliberações da Reunião Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, realizada no dia 9 de dezembro de 2015, na cidade de Brasília. A presente ata foi aprovada durante a 60ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 25 de fevereiro de 2016, em Brasília.
2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rita Freire".
RITA FREIRE

Presidenta do Conselho Curador da EBC



*Empresa Brasil de Comunicação - EBC
SCS Quadra 08, Bloco B 50 - 1º sub-solo
Edifício Super Center - Venâncio 2000
Caixa Postal 08240 Brasília - DF
CEP: 70333 900
www.ebc.com.br*

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC, REALIZADA AOS NOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE, NA SEDE DA EBC, EM BRASÍLIA/DF, NA FORMA ABAIXO.

CNPJ Nº 09.168704/0001-42 NIRE Nº 53.5.0000348-7

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às 14 horas, na sede da EBC, em Brasília-DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros **Ana Luiza Fleck Saibro** (Presidente), **Rita Freire** (Vice-Presidente), **Pola Ribeiro** (Representantes do Ministro da Cultura), **Flávio Fonte Boa** (Representantes do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação), **Ana Maria da Conceição Veloso**, **Akemi Nithara Souza**, **Cláudio Salvador Lembo**, **Enderson Araújo de Jesus Santos**, **Evelin Maciel**, **Ima Célia Guimarães Vieira**, **Isaías Dias**, **Joel Zito Almeida Araújo**, **Letícia Luíza Yawanawá**, **Mário Augusto Jakobskind**, **Paulo Ramos Derengovski**, **Rosane Maria Bertotti**, **Takashi Tome**, **Venício Artur de Lima**, **Wagner Tiso**, **Américo Martins**, na qualidade de Diretor Presidente; **Asdrúbal Figueiró Júnior**, Diretor-Geral, além dos Diretores **Myriam Porto** (Diretora de Produção), **Ricardo Melo** (Diretor de Jornalismo), **Regina Maria Silvério** (Secretária Executiva) e ainda **Joseti Marques** (Ovidora). A reunião foi convocada para atender à seguinte pauta: 1-Abertura e aprovação da pauta da 59ª Reunião Ordinária; 2 – Leitura e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária de novembro; 3 – Deliberação do calendário de atividades do 1º semestre de 2016; 4 – Deliberação do Plano de Trabalho da EBC pra 2016. 5 – Informes Conselho Curador; 6 – Eleição do Conselho Curador da EBC; 7 – Informes Direção EBC ; 8 – Outros assuntos. A presidente **Ana Fleck** abriu a reunião dando as boas-vindas a todos e aos internautas. Em seguida apresentou o primeiro item da pauta: Leitura e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Curador de novembro. Aprovada pela plenária. A presidente **Ana Fleck** informou que cumprindo determinação do Conselho Curador a reunião estava sendo transmitida em Libras. 3. “Deliberação do calendário de atividades do primeiro semestre de 2016”. A presidente informou que em janeiro seria realizada a audiência pública sobre o modelo de Consulta Pública para a escolha de representantes da sociedade civil no Conselho Curador e que a proposta da audiência pública seria o dia 27 de janeiro, em São Paulo, no horário das 14 às 18 horas, e que em

[Assinaturas]

fevereiro seria realizada a 60ª Reunião Ordinária do Conselho, data proposta 17/2, em Brasília. As datas para as reuniões ordinárias ficaram assim estabelecidas: 13 de abril; maio, atividade a definir, 15 de junho. 4. O próximo tema de pauta foi “Deliberação do Plano de Trabalho da EBC para 2016”. Em seguida, o diretor-geral **Asdrúbal Figueiró Júnior**, iniciou a apresentação do Plano de Trabalho prevendo 115 projetos de conteúdo e relevância. Na área de conteúdo e programação são 83 projetos, a maior parte centrada em rádio, novas vinhetas e os demais projetos seriam de continuação de ações que já vinham sendo desenvolvidas. Segundo ele, planejariam 130 transmissões esportivas, várias delas nos campeonatos da série B, C e D, campeonato brasileiro feminino, e a cobertura da Olimpíada e Paraolimpíada. Sobre as rádios, enfatizou a nova Rádio Nacional, e que a ideia seria ter uma rádio 24 horas, 7 dias por semana, com programação jornalística, segundo ele, já estariam sendo feito os primeiros movimentos da grade da Rádio Nacional AM do Rio para transformá-la nesse projeto. Na área de produção seriam 9 projetos novos, a maior parte deles na televisão: criação da faixa da hora da criança, com Adriana Calcanhoto; programa de debates, de entrevistas e debates, ancorado pelo Paulo Marcum e com um grupo de jornalistas fixos e convidados; programa ancorado por Ellen Oléria “Estação Plural”. Em fase de negociação estaria um programa sobre música sertaneja, um programa de música de periferia, um programa de música pop e um *quiz* baseado no ENEM. Os programas da área jornalística, 10 projetos, um deles é o programa de entrevistas e os grandes investimentos no ano que vão ser a Olimpíada e a Paraolimpíada e as eleições municipais. Repaginamento do “Repórter Brasil” e o “Espaço Público. Segundo ele, o “Repórter Brasil” seria reformatado com ênfase na cobertura de eleições municipais. Na área de agência e conteúdos digitais seriam 5 projetos, destacando o aumento da produção regional de conteúdos e tornar a Agência Brasil de fato uma agência de notícias nacional. Ampliação do conteúdo da Agência Brasil em inglês e espanhol. Rede de relacionamento são 3 projetos; o foco seria aprimorar o compartilhamento do conteúdo com as emissoras parceiras, formalizar a rede pública de rádio. Sistema público de TV digital, projeto dos canais do Poder Executivo. Esse projeto almejaria na primeira fase atingir 279 municípios com mais de 100 mil habitantes, com investimento de 758 milhões. A maior parte do investimento viria dos Ministérios da Educação, Saúde. Sobre o orçamento, segundo ele, há um aumento na PLOA de 2016 e que esse crescimento contemplaria o acordo coletivo firmado e o Plano de Cargos e Remuneração. No custeio e investimento teve uma queda: 232 em 2015 e 148 milhões em 2016. O presidente **Américo Martins** alertou para o fato de que na PLOA 2016 70% do orçamento seria destinado a gastos de pessoal que ele consideraria muito alto e que seria na verba de investimentos que se poderia melhorar o sinal da Rádio Nacional, contratar produtoras ou aumentar equipamentos. E alertou que novos cortes poderiam surgir no decorrer de 2016. Nesse sentido, o diretor-geral **Asdrúbal Figueiró Júnior** salientou que existia um déficit de 70 milhões entre o custo do Plano de Trabalho e o que está previsto no projeto de

leis orçamentárias, já com todos os cortes no orçamento, e que boa parte dos projetos está condicionado a conseguir outras formas de financiamento, ou conseguir aumentar de alguma forma o orçamento e que muitos projetos idealizados a começar no início do próximo ano teriam que ser adiados. Em seguida diretor-geral **Asdrúbal Figueiró Júnior** discorreu sobre a prestação de contas e como os contratos estariam sendo renegociados, procurando, segundo ele, sempre renovar com algum corte. Finalizada a apresentação, a presidente **Ana Fleck** sugeriu que no programa “Palavras Cruzadas”, os jornalistas convidados nas bancadas fossem sempre empregados do quadro da EBC. E também no “Espaço Público”, as mudanças deveriam ser além de cenário e vinhetas, pois no programa faltaria profissionalismo, seriedade e isenção. O conselheiro **Cláudio Lembo** destacou que o mandato dele finalizaria e que ainda não fora atendido nas suas reclamações sobre programas que façam a história do Brasil, que a TV pública deveria servir para educar o povo e não imitar as TVs comerciais. O conselheiro **Enderson Araújo** fez referência ao lançamento do “Guilhermina” em Salvador, dizendo-se, enquanto conselheiro, desrespeitado por não ter recebido nenhum comunicado sobre o programa, bem como sobre a “Conferência Livre da Juventude” que mesmo tendo ocorrido na EBC, não houve divulgação nos veículos da empresa. Quanto ao Plano de Trabalho, o conselheiro **Enderson Araújo** manifestou-se preocupado sobre o *pitching* “Periferia” sugerindo uma apresentadora tanto de *hip hop ou do rap*. O conselheiro **Enderson Araújo** também indagou sobre a diferença entre os programas “Caminhos da Reportagem” e o “Observatório de Imprensa”, em razão dos elevados custos do segundo. O conselheiro **Joel Zito de Araújo** salientou que das iniciativas tomadas, do ponto de vista da diversidade de raça, elas estariam sento muito limitadas, sugerindo que nos programas a EBC efetivamente começasse a projetar comentaristas e pensadores negros existentes na sociedade brasileira e que estariam ausentes na programação de televisão do país, bem como os indígenas, para dar novo perfil às rádios e TVs do Brasil, acrescentando que seria oportuno o estreitamento de laços com as televisões de língua portuguesa. O conselheiro **Isaías Dias** referiu-se às questões de acessibilidade, dizendo não ser importante somente garantir tradução para Libras, mas garantir também o *Closed Caption* e audiodescrição, e que estas ferramentas serão indispensáveis durante os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos. A conselheira **Letícia Yawanawá** observou que no Plano da EBC para 2016 não viu nada que fosse dirigido aos povos indígenas e que isso seria importante para diminuir o preconceito, e propôs que tivesse cota para povos indígenas e comunidades tradicionais dentro da exibição e produção de conteúdo dos veículos da EBC. A conselheira **Ana Veloso** solicitou um documento que registrasse a posição que as mulheres ocupam na Empresa Brasil de Comunicação, pois, segundo ela, a mulher ainda não teria alcançado espaço adequado. A vice-presidente **Rita Freire** solidarizou-se com as questões apresentadas referentes a presença da mulher na mídia e também solicitou informações sobre os custos internos para a produção dos programas pela EBC para entender

o quanto isso impacta na produção de conteúdos e nos modelos de contratação da empresa. O conselheiro **Venício Lima** solicitou que o diretor-geral **Asdrúbal Figueiró Júnior** respondesse primeiramente às dúvidas dos conselheiros para posteriormente formular a fala. O diretor-geral **Asdrúbal Figueiró Júnior** explicou que somente a questão do orçamento do programa “Caminhos da Reportagem” dizendo que o valor se referia apenas à verba de produção dele que conta com equipe de 35 pessoas e o custo anual na faixa de 390 mil reais e que o “Observatório de Imprensa” seria um dos contratos que estariam sendo negociados com corte de 30%, mas, segundo ele, entendia que seria difícil comparar um programa da Casa com um programa de fora, mas que poderia para o próximo Plano tentar calcular os valores de produção interna da empresa. O conselheiro **Takashi Tome** reiterou demanda que teria sido apresentada por ele sobre o Plano de Marketing para divulgação da EBC em eventos que juntassem comunidade científica, por exemplo, como o congresso da SBPC ou nos Fóruns Sociais Mundiais. A segunda sugestão seria as demandas da sociedade, via Ouvidoria. O conselheiro enfatizou que a falta de resposta às reivindicações da sociedade seria total falta de respeito para com o público. O conselheiro também fez referência ao “Vida de Estagiário”, citado pela conselheira **Ana Veloso**, dizendo que o programa não teria por que estar na programação uma vez que o Conselho já teria proposto que o mesmo fosse interrompido, pois, o programa seria totalmente contrário aos objetivos de uma emissora pública. A conselheira **Akemi Nitahara** fez as seguintes considerações sobre o Plano de Trabalho: sobre a diretriz de aumentar a integração com a América Latina e com África, que a empresa não teria projetos para isso; sobre a cobertura dos Jogos Olímpicos, assim como as transmissões esportivas e eleição municipal, também não teriam uma estratégia de como seriam feitas em 2016; que existem repórteres com contrato via Pessoa Jurídica sem uma justificativa para isso; um espaço para pautar ideias vindas dos funcionários, segundo ela, também não existe. A conselheira **Akemi Souza** sugeriu, sobre a estratégia de redução de custos, que poderia vir da diminuição dos cargos comissionados. Finalizando, a conselheira **Akemi Souza** alertou para a baixa representação das mulheres no rádio e, finalmente, sugeriu que pudesse ser revisto o conceito de relevância adotado pela EBC. O conselheiro **Wagner Tiso** ponderou que teria que haver mais debates sobre a música, pois ele ouvira sobre o estilo sertanejo, periferia, hip hop, rap e pop, mas que deveriam debater mais sobre outros estilos musicais também. A conselheira **Rosane Bertotti** destacou que nas reuniões temáticas discutiu-se sobre modelo de gestão da EBC e que uma das discussões foi sobre a dificuldade de se perceber a relação entre as produções/orçamento que são da EBC e o que são da EBC Serviços. A conselheira enfatizou que havia pouca conexão, principalmente no que diz respeito a aprofundar temas, entre o que é programa de jornalismo de TV, o que é programa de jornalismo de rádio e o que é Agência Brasil, faltaria, segundo ela, articulação nesse sentido. A conselheira **Rosane Bertotti** pediu esclarecimentos sobre qual seria a ação de marketing da empresa para divulgar e para

conseguir aumentar seu alcance e sua relevância na sociedade. Segundo a conselheira, o Plano de Trabalho deveria ser aprovado, mas com as ressalvas e encaminhamentos dos conselheiros. A conselheira **Evelin Maciel Brisolla** indagou ao diretor-geral **Asdrúbal Figueiró Júnior** sobre a execução orçamentária 2012-2014 quando fala em pessoal e custeio, perguntando se o custeio incluía gastos com o pagamento de salários e benefícios. O diretor-geral **Asdrúbal Figueiró Júnior** respondeu que no custeio estariam também incluído o custeio obrigatório, que são benefícios voltados para pessoal, o custo total de pessoal, folha, previdência privada e benefícios que arredondaria na PLOA de 2016 em quase 400 milhões. Quanto ao Plano de Trabalho, a conselheira **Evelin Maciel Brisolla** teceu várias considerações e sugeriu uma revisão metodológica, pois, segundo ela, foram apresentados no plano 115 projetos, que deveriam ser reduzidos ou reorganizados para facilitar a análise do Conselho. Finalizando, a conselheira mencionou que considerava importante também ter um planejamento de criação de mecanismo de diálogo da empresa com os trabalhadores, um planejamento de envolvimento para inserir os empregados na implementação do Plano de Trabalho. A conselheira **Ima Célia Vieira** pontuou que a apresentação do plano de 2016 estava sendo um retrocesso. Segundo o entendimento da conselheira não bastaria dizer que o Conselho de Administração, o Conselho Curador e as diretrizes do Comitê de Programação e Rede orientaram o Plano de Trabalho, mas sim, demonstrar com metas passíveis de monitoramento e que no Plano não estaria sendo contemplado isso.

A conselheira enfatizou a dificuldade de monitoramento do que está proposto no Plano de Trabalho porque não havia relação entre metas e as diretrizes do Conselho Curador. Ao finalizar, a conselheira **Ima Célia Vieira** manifestou seu descontentamento com o Plano, solicitando a reformulação das diretrizes, metas, levando-se em consideração as orientações do Conselho Curador. O conselheiro **Venício Lima** salientou que a aprovação do Plano de Trabalho seria a principal competência do Conselho Curador numa empresa pública de comunicação, mas que ficara perplexo com o material que recebera, pois, segundo ele, era quase impossível de ser entendido. O conselheiro citou alguns pontos que não existiam no Plano de trabalho, por exemplo, estratégias de redução de custos. O conselheiro disse ser favorável a uma aprovação condicionada à reapresentação do Plano, de modo que ele possa ser, de fato, uma referência na condução do trabalho da própria EBC no próximo período. A presidente **Ana Fleck**, no encaminhamento do Plano de Trabalho, colocou para avaliação dos conselheiros a aprovação do plano com ressalvas, dando um prazo para que fosse refeito apresentando um documento mais palatável. A conselheira **Evelin Maciel Brisolla** indagou como os conselheiros definiriam e quais seriam os pontos de ressalva. A presidente **Ana Fleck** disse que poderia estabelecer 10 dias para que os conselheiros pudessem encaminhar à Secretaria Executiva por e-mail as suas considerações. O conselheiro **Takashi Tome** ponderou que já teria externada a rejeição pelo programa “Vida de Estagiário”, e como o acordo de cavalheiros firmado não teria sido cumprido, qual seria a garantia de

que o programa seria retirado da grade e que se não houvesse garantia, ele não poderia concordar com a aprovação do Plano de Trabalho. A diretora **Myriam Porto**, da Diretoria de Produção, explicou o porquê da segunda temporada do programa “Vida de Estagiário”, e lembrou que havia sido feito um acordo entre a Direção e o Conselho Curador para que a 2ª edição do programa fosse reformulada segundo os objetivos e diretrizes da Lei da EBC, para que fosse contemplada a preocupação do Conselho Curador com a qualidade do programa. A presidente **Ana Fleck** posicionou-se a favor de que firmassem um pacto de que seria a última temporada e que absolutamente não se faria a renovação. A presidente **Ana Fleck** sugeriu que o Conselho Curador fizesse consulta oficial a Procuradoria Jurídica da EBC sobre a possibilidade de que o contrato fosse revisto ou cancelado, e dependendo do resultado haveria a decisão do Conselho em solicitar a suspensão do contrato para a exibição da 2ª edição do programa. A sugestão foi aceita por todos. Dando prosseguimento à reunião, a presidente **Ana Fleck** voltou à deliberação sobre o Plano de Trabalho sugerindo que ele fosse aprovado com ressalvas e que todos tivessem o prazo de 10 dias para fazer as considerações sobre o Plano, possíveis mudanças, sugestões etc. e consultou se poderiam deixar para fevereiro, na próxima reunião, mas que uma reunião em janeiro de acompanhamento deveria ser feita, não com o pleno do Conselho, para evitar mais prorrogações. Encaminhamento aprovado. 6. Em seguida, foi feita a eleição para a presidência do Conselho. Havia uma chapa inscrita, Conselheira **Rita Freire**, como presidente e Conselheira **Evelin Maciel Brisolla** como vice-presidente. Havia uma cédula na pasta de cada conselheiro. Todos os conselheiros poderiam votar, inclusive os componentes da chapa. A conselheira **Ima Célia** proclamou o resultado: 17 votos. 15 votos pela chapa e 2 em branco. A conselheira **Rosane Maria Bertotti** pediu a palavra para dizer que foi a primeira vez que a sociedade civil ganhou uma eleição e desejou muito sucesso à nova presidente. Em seguida, a presidente **Ana Fleck** agradeceu a todos pela atenção, pelo trabalho e contribuição durante a gestão à frente do Conselho. Em seguida, leu o termo de posse da conselheira **Rita Freire**, como presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, seguindo-se as assinaturas do referido termo. A presidente **Rita Freire** agradeceu a todos pela confiança, especialmente à **Ana Luiza Fleck** pela condução da presidência. Proferiram também palavras de agradecimento o presidente **Américo Martins** e a conselheira **Evelin Maciel Brisolla**. Dando continuidade, a presidente **Rita Freire** concedeu a palavra à senhora Mara Régia para falar do Comitê de Pró-equidade. A senhora Mara Régia sentiu-se honrada em apresentar o V Selo Pró-Equidade e o dedicou à nova etapa do Conselho e a todas as mulheres negras e indígenas da EBC. A senhora Mara Régia explicou que o Selo Pró-equidade de Gênero e Raça foi entregue no último 24 de novembro, numa cerimônia realizada pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Como o evento teve a adesão da EBC pra a sexta edição, ela leu alguns pontos da carta divulgada às empregadas e empregados, mostrando um pouco do porquê da adesão da EBC ao

programa Pró-Equidade e também da necessidade de sensibilização de todos os gestores e cargos de direção da empresa, aos temas da equidade, quanto às identidades de gênero, raças e etnias. Em seguida, passou a palavra ao presidente da EBC, Américo Martins, para os informes da EBC. O presidente **Américo Martins** referiu-se à questão da multiprogramação que permitiria levar a programação para todas as cidades com mais de 100 mil habitantes junto com outros ministérios. O presidente **Américo Martins** disse que participou de evento na China, numa agência de notícias da China e que o evento reuniu a cúpula de mídia dos BRICS, e que foram discutidos justamente a questão de novas visões do mundo e como poderiam fazer uma cobertura melhor dos países dos BRICS e que parte da apresentação dele foi justamente a questão dos cinco países criarem um bloco de objetivos comuns. Segundo ele, de lá saíram 6 propostas concretas que permitiriam treinamento, troca de profissionais, troca de conteúdo. Ele disse que posteriormente seria encaminhado o relatório do evento. O presidente **Américo Martins** comunicou que iria ser realizado no dia 16 de dezembro a 10ª Reunião do Comitê de Rede que discutiria as principais atuações para o ano de 2016. No dia 15 de dezembro, seria realizado um seminário sobre a migração do padrão analógico para o digital, com a presença do Ministério das Comunicações, e transmitiu convite a todos os conselheiros e conselheiras. Também comunicou o recebimento do prêmio de desempenho funcional, cuja cerimônia seria realizada no dia 17 de dezembro e que o prêmio teria o objetivo de valorizar as ações de melhoria e atuação funcional dos empregados. A conselheira **Akemi Souza** elogiou o trabalho da Ouvidoria sobre a greve no sentido de elucidar os objetivos da mesma e a não intenção de prejudicar a programação da emissora, bem como a questão do direcionamento editorial da pauta e até das edições das matérias, dizendo que o Conselho Curador deve realmente discutir a questão editorial e as interferências nas pautas da empresa. A presidente **Rita Freire** agradeceu à conselheira pela participação e disse que estaria pendente uma conversa do Conselho Curador com a Diretoria de Jornalismo para tratar do assunto colocado, e que gostaria muito de contar com a ouvidora, principalmente no sentido de fazer reuniões técnicas e na construção de pautas. Dito isso, encerrou a reunião. Para constar, eu, Guilherme Strozi, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.

Ana Lívia Saibro
ANA LUIZA FLECK SAIBRO
Presidente



RITA FREIRE
Vice-Presidente

FLÁVIO FONTE BOA
Representantes do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação



POLA RIBEIRO
Representante do Ministro da Cultura



ANA MARIA DA CONCEIÇÃO
VELOSO
Conselheira



AKEMI NITHARA SOUZA
Conselheira



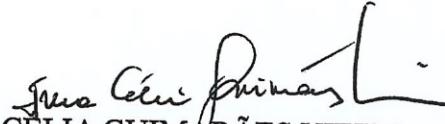
CLÁUDIO SALVADOR LEMBO
Conselheiro



ENDERSON ARAÚJO DE JESUS
SANTOS
Conselheiro



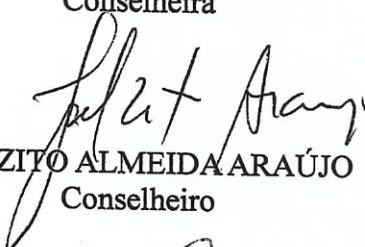
EVELIN MACIEL
Conselheira



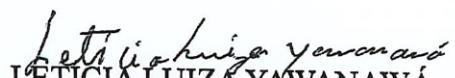
IMA CELIA GUIMARÃES VIEIRA
Conselheira



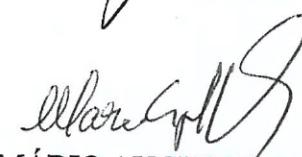
ISAIAS DIAS
Conselheiro



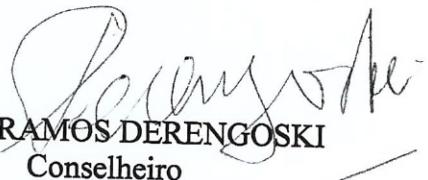
JOEL ZITO ALMEIDA ARAÚJO
Conselheiro



LETÍCIA LUIZA YAWANAWÁ
Conselheira



MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND
Conselheiro



PAULO RAMOS DERENGOSKI
Conselheiro



ROSANE MARIA BERTOTTI
Conselheira



TAKASHI TOME
Conselheiro



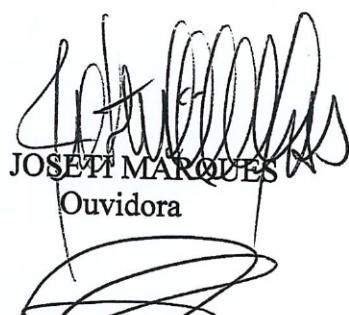
VENÍCIO ARTUR DE LIMA
Conselheiro

WAGNER TISO
Conselheiro

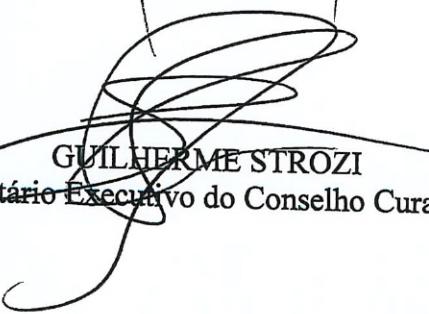
AMÉRICO MARTINS
Diretor-Presidente da EBC



ASDRÚBAL FIGUEIRÓ JÚNIOR
Diretor-Geral



JOSETI MARQUES
Ovidora



GUILHERME STROZI
Secretário Executivo do Conselho Curador



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM

CCS (4ª Reunião)

CN - 43

07/03/2016

O SR. PRESIDENTE (Miguel Ângelo Cançado) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, já convocando outra para o dia 11 de abril próximo, justificando, mais uma vez, a minha impossibilidade de estar aqui. Vão ganhar, pois estarão sob a presidência do eminentíssimo Vice-Presidente, Ronaldo Lemos, que será Presidente na próxima. Convoco titulares e suplentes para 9h da manhã no dia 11 de abril.

Desejo a todos um bom retorno a seus lares.

Muito obrigado.

Um forte abraço.

As notas serão encaminhadas ainda hoje, segundo me assegura aqui o Dr. Walmar. Elas vão para as nossas assessorias, para as assessorias de comunicação do Congresso Nacional.

(Iniciada às 14 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 19 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

S/Partido - Delcídio do Amaral*
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 18

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Sandra Braga.	AM
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco de Apoio ao Governo - 14

PT-11 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Telmário Mota.	PDT / RR

Bloco Parlamentar União e Força - 10

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE

Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zeze Perrella.	PTB / MG

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-6 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

S/Partido - 3

Delcídio do Amaral.	MS
Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

PMDB.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco de Apoio ao Governo.	14
Bloco Parlamentar União e Força.	10
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
S/Partido.	3
TOTAL .	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (S/Partido-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolph Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sandra Braga* (PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (S/Partido-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 14</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32,80) Lindbergh Farias (34,73,75) Telmário Mota (4,30,41,51,69) Gleisi Hoffmann (68,72,77) Regina Sousa (40)</p> <p>Líder do PT - 11 Paulo Rocha (36,48,67,74)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,73,75) Gleisi Hoffmann (68,72,77) Fátima Bezerra (33,71) Donizeti Nogueira (70)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (3,32,80)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,51,69)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM/PV) - 16</p> <p>Líder José Agripino - DEM (38,63)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (37) Antonio Anastasia (45)</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (11,57)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) Aloysio Nunes Ferreira (39)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (9)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (38,63)</p> <p>Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,78)</p>	<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (14,26)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (62,86) Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (62,86)</p> <p>Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (66) Roberto Rocha (44,65)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (76)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28)</p>
<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (16,53)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (10,15,43,52,56) Otto Alencar (59)</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (10,15,43,52,56)</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (16,53)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 10</p> <p>Líder Fernando Collor - PTC (5,6,79,85)</p> <p>Vice-Líderes Wellington Fagundes (50,55,84) Elmano Férrer (81,83) Eduardo Amorim (82)</p> <p>Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (81,83)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (50,55,84)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (82)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,79,85)</p>	<p>PMDB - 18</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,61,64)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49,58) Gleisi Hoffmann (68,72,77) Wellington Fagundes (50,55,84) Telmário Mota (4,30,41,51,69)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
16. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
38. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
39. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
48. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
52. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
53. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
56. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
57. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
58. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
59. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
61. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
62. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.

63. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
64. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
65. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
66. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
67. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
68. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
75. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
76. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
77. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
78. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
79. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
80. O senador Acir Gurgacz está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 01/04/2016 a 15/04/2016.
81. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
82. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
85. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
86. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

10) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)

Instalação: 01/12/2015

Prazo final: 11/05/2016

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

**. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. VAGO ^(5,13,16)
 Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcicio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agostini Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agostini Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinícius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinícius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

14) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).
2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).
3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

15) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

Prazo final prorrogado: 27/10/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

****. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

*****. Em 29.03.2016, foi lido o Requerimento nº 227, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).
8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 28/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

*****. Em 09.03.2016, lido o Requerimento nº 148, de 2016, de prorrogação do prazo final da Comissão por 45 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).
6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).
7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) (4)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
- 4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹²⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1. 2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽²⁵⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferrão (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,28)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
VAGO (32)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (31)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(7,30)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (34)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).

24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).

25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).

26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).

29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).

32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).

33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).

34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferreira (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(8,12)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scocomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
 3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
 4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
 5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
 6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- **. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽²⁰⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TG) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TG)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

- *. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).
- ****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).
- 1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).
- 2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).
- 3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).
- 4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)
- 5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).
- 6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).
- 7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).
- 8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁵⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMD).
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- 3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- 4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²¹⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO (18)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (18)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,23)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,23)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (14)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 9. Em 29.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios n°s 25 a 29/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁵⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (13)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽¹⁶⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) (2)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)

Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. VAGO ⁽³⁾

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

4.

Maioria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

Senador Otto Alencar (PSD-BA)

3.

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

4.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)

1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)

Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾

3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)

Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(11,12)

1.

Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(13,14)

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

(/)

Atualização: 01/03/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 7. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.
- 11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

12. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.

13. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.

14. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)⁽¹⁾

- 1^a Designação: 03/12/2001
- 2^a Designação: 26/02/2003
- 3^a Designação: 03/04/2007
- 4^a Designação: 12/02/2009
- 5^a Designação: 11/02/2011
- 6^a Designação: 11/03/2013
- 7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

VAGO ⁽²⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE:Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: titulares

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
---------------	------------------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) (19,20)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (19,20)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (19,20)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PPS/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PROS/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristina - PDT/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PV/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana ,Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015(Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
19. Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
20. Mesa eleita em 16-03-2016.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum
Telefone(s): (61) 3303-3534
E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PPS/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) (5)

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Maoria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM, PV)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTC, PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSD/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTN/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
Darcísio Perondi - PMDB/RS (22)	7. Delegado Edson Moreira - PR/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PSL/MG (16)
Ezequiel Teixeira - PTN/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PR/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
VAGO (4,23)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PP/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PHS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Darcísio Perondi, em vaga existente, em 1-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2016, da Liderança do PMDB/PEN.
23. A Deputada Érika Kokay deixa de integrar a Comissão nos termos do Ofício 74, de 2016, da Liderança do PT, em 4 de março de 2016 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 02/06/2015

Prazo final prorrogado: 01/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PSD/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PR-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - PPS/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PR/RR
Edio Lopes - PR/RR	5. Maia Filho - PP/PI (14)
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI (15)	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Benito Gama - PTB/BA (15,16)
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS (3,13)
Danrlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PSB/RJ
Domingos Neto - CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT (11)	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB (6)	6. Jaime Martins - MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO (11)
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Sandro Alex - PSD/PR (18)
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS (1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PR/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. Elizeu Dionizio - PSDB/MS (17)
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Paes Landim, que deixa de ser suplente, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.
16. Designado, como membro suplente, o Deputado Benito Gama, em vaga existente, em 17-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 27, de 2016, da Liderança do PTB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Elizeu Dionizio, em vaga existente, em 9-7-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 135, de 2016, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Sandro Alex, em substituição ao Deputado Moses Rodrigues, em 16-3-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34, de 2016, da Liderança do PPS.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ)	2º Secretário Senador Zeze Perrella (PTB/MG)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.

Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

